

# HABITAR CASAS DE ACOLHIMENTO PARA CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL



**Ana Sofia Gomes Silva**

Dissertação de Mestrado em Arquitetura  
Orientada pelo Professor Doutor José Bandeirinha e pela Arquiteta Carolina Coelho  
Departamento de Arquitetura da FCTUC

Julho | 2016





**HABITAR CASAS DE ACOLHIMENTO PARA  
CRIANÇAS E JOVENS EM PORTUGAL**

A presente dissertação foi escrita segundo o atual acordo ortográfico.

Todas as citações presentes no corpo de texto foram escritas na língua apresentada na fonte bibliográfica e estão referenciadas segundo as normas APA.

*“Não duvida o autor das suas limitações para tratar assuntos de tal envergadura; atrevese a fazê-lo apenas pela consciência que possui da necessidade de tal tema ser tratado, pois julga que uma das grandes batalhas a travar nos nossos dias é exactamente a da organização harmónica daquele espaço com que a natureza nos prodigalizou, batalha essa cuja vitória constitui um ‘sine qua non’ da felicidade do homem.”*

(Távora, 1982, p.21)



*Agradeço,*

*à Professora Carolina Coelho e ao Professor António Bandeirinha, pela orientação, disponibilidade e empenho;*

*às instituições que participaram e prontamente colaboraram na realização deste trabalho -*

*Casa da Infância Doutor Elísio de Moura, Ninho dos Pequenitos e Casa do Canto;*

*à minha irmã Sónia e ao Rui, pela motivação, pelas conversas e sugestões preciosas;*

*à Fanny, pela ajuda imprescindível na revisão dos textos, mas sobretudo, pela amizade;*

*ao João, pelo apoio fundamental, pela compreensão e pelo carinho;*

*à minha mãe e ao meu pai, por tudo o que sou.*



## RESUMO

Este trabalho tem por objetivo determinar o papel da arquitetura na conceção de espaços que promovam a integração, apropriação e as vivências das crianças/jovens residencializadas.

Num tema ainda pouco abordado pela disciplina, propõe-se analisar o programa das *casas de acolhimento* para crianças e jovens, explorando a dimensão social do arquiteto enquanto criador de lugares com esta especificidade.

Neste sentido, procura-se clarificar o conceito de acolhimento residencial, particularmente em Portugal, elaborando uma síntese das respostas existentes e sua evolução. Pretende-se entender as necessidades destes utilizadores para, assim, assinalar de que forma é que a arquitetura pode ser um contributo, refletindo sobre a influência do espaço nas dinâmicas sociais aqui envolvidas, sobre o conceito de habitar na sua génese e do seu significado aplicado ao contexto institucional.

Por fim, sintetizam-se os conceitos abordados em casos de estudo representativos, fazendo a sua interpretação espacial, comparando e analisando criticamente aspetos fundamentais a considerar pelo arquiteto para a compreensão deste programa e da complexidade que lhe é inerente.

**Palavras-chave:** *habitar; casas de acolhimento; crianças e jovens*





## ABSTRACT

This study aims to determine the role of architecture in the design of spaces that promote integration, appropriation and the experiences of institutionalized children/youth.

In a topic not deeply approached by the discipline, it is proposed to analyze the program of residential care homes for children and young people, exploring the social dimension of the architect, as a creator of places with this specificity.

In this sense, the purpose is to clarify the concept of residential care, particularly in Portugal, producing a synthesis of existing answers and their evolution. It aspires to understand the needs of these users to thus point out how architecture can be a contribution, reflecting on the influence of space in the social dynamics involved here, about the concept of dwell in its genesis and its applied meaning applied in an institutional context.

Finally, we summarize the concepts covered in representative case studies, comparing and critically analyzing crucial aspects to be considered by the architect to the understanding of this program and the complexity inherent to it.

**Keywords:** *dwell; residential care homes, children and youth*



# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>1. RESIDENCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS</b>	
1.1. O acolhimento residencial	21
1.2. As transformações do acolhimento residencial: das práticas aos espaços	27
1.3. Panorama nacional: enquadramento legal e caracterização	35
<b>2. HABITAR: DA CASA À INSTITUIÇÃO</b>	
2.1. O significado de habitar	43
2.2. A especificidade de habitar casas de acolhimento	49
<b>3. O PAPEL DA ARQUITETURA E DO ARQUITETO</b>	
3.1. O protagonismo da criança no discurso arquitetónico	55
3.2. 'Arquiteturas de acolhimento': o contributo do arquiteto	69
<b>4. CASOS DE ESTUDO</b>	
4.1. Enquadramento metodológico	79
4.2. Apresentação dos casos de estudo	83
<i>Casa da Infância Doutor Elísio de Moura, Coimbra, 1967</i>	83
<i>Ninho do Pequenitos, Coimbra, 1969</i>	89
<i>Casa do Canto, Chão de Couce, 2007</i>	95
4.3. Análise comparativa	99
<i>A Integração Social</i>	99
<i>A Apropriação</i>	107
<i>A Vivência dos Espaços</i>	115
4.4. Reflexão final	135
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>141</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>147</b>
<b>CRÉDITOS ICONOGRÁFICOS</b>	<b>157</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>167</b>



## **LISTA DE ACRÓNIMOS E SIGLAS**

**AA-** Apartamento de Autonomização

**CAT-** Centro de Acolhimento Temporário

**CPCJ-** Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

**CPM-** Comissão de Proteção de Menores

**IPSS-** Instituição Particular de Solidariedade Social

**ISS, I.P.-** Instituto da Segurança Social, Instituto Público

**LIJ-** Lar de Infância e Juventude

**LPCJP-** Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

**OMT-** Organização Tutelar de Menores

**RTES-** Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais



## INTRODUÇÃO

A residencialização de crianças e jovens tem sido, até hoje, abordada particularmente no âmbito das Ciências Sociais, enquanto temática que se caracteriza pela especificidade das problemáticas que comporta. Neste contexto, “*cada episódio é diferente, cada pessoa é diferente, e a maneira como este processo – complexo, multifactorial e oscilante – se faz é variável*” (Grupo CID, 2007, p.99). Estes intervenientes encontram-se envolvidos numa realidade marcada por um percurso de vida desestruturado que enfatiza a sua vulnerabilidade em relação ao mundo.

Enquanto medida de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo (Lei de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, art.º35.º), esta implica a sua colocação ao cuidado de uma entidade que lhes prestará apoio através de uma equipa técnica especializada e de instalações próprias. Assim, este é um processo que subentende o desenraizamento dos espaços e contextos de origem em prol de novos ambientes e pessoas estranhas, que poderão pôr em causa a definição identitária destes indivíduos e a sua vinculação social/espacial construída através das referências até então estabelecidas.

*As casas de acolhimento* surgem como programas com dinâmicas próprias que, por este motivo, pressupõem também espaços refletidos em função da especificidade dos seus habitantes e das necessidades particulares que estes apresentam. Contudo, revela-se que a atenção dedicada à dimensão espacial deste programa é escassa e que carece de uma abordagem centrada na área disciplinar da arquitetura enquanto parte interveniente e influente nesta problemática. Tal como refere Jack (2010, p.756):

*“It is as if the social relationships that are rightly the focus of so much attention in social work theory and practice are considered to have developed in a vacuum, rather than in specific places capable of leaving an indelible mark on a person’s identity.”*

Neste sentido, a pertinência da temática deste trabalho advém da necessidade de evidenciar o contributo do espaço através de um olhar que vai para lá das normativas técnicas





existentes, tendo como principal objetivo aferir qual o papel da arquitetura na concepção de espaços que promovam a integração, apropriação e as vivências de crianças e jovens residencializados em *casas de acolhimento*.

Num país com uma das maiores percentagens de crianças/jovens sob cuidados residenciais da União Europeia e onde este se torna um tema de discussão e debate recorrente por parte dos meios de comunicação social, da opinião pública em geral e das próprias políticas governamentais, admite-se que a disciplina da arquitetura não representa por si só uma solução total, mas sim um meio fundamental que necessita de aprofundar o seu potencial para poder responder eficazmente às necessidades desta população (ISS, I.P., 2014).

Assim, procura-se abordar o espaço arquitetónico das *casas de acolhimento* como uma ferramenta a ser utilizada em prol das crianças e dos jovens residencializados, colocando o arquiteto enquanto elemento mediador das relações sociais e do desenho do espaço, que assume a sua preponderância nas vivências quotidianas. Neste contexto, torna-se pertinente assumir a adoção de uma abordagem interdisciplinar, que permite relacionar os fatores sociológicos envolvidos neste cenário com a sua influência na arquitetura. Esta interdisciplinaridade constitui-se um ponto de partida basilar para a identificação de variáveis a explorar nos edifícios selecionados como casos de estudo e que se tornam importantes temas de reflexão neste trabalho.

Perante isto, a dissertação debruça-se primeiramente na contextualização da problemática, de modo a compreender os conceitos, as práticas e as transformações que esta realidade engloba. Esta contextualização subentende sempre a presença do espaço, de forma mais ou menos expressiva, como fator influente nas questões abordadas. Gradualmente, procura-se refletir de forma cada vez mais apontada sobre o papel da arquitetura na vida das crianças e jovens residencializados, concluindo esta análise com o estudo de casos representativos destes equipamentos e das dinâmicas que os envolvem.

De modo a dar resposta à questão de investigação, o corpo do trabalho é composto por quatro capítulos fundamentais.

O primeiro capítulo - **A residencialização de crianças e jovens** - pretende fazer o enquadramento da problemática através de três subcapítulos. Em primeiro lugar, faz-se uma breve definição do conceito de acolhimento residencial, passando, no segundo subcapítulo, à análise evolutiva das práticas deste sistema e das conseqüentes transformações arquitetónicas. O terceiro subcapítulo consiste na caracterização do panorama nacional, no enquadramento legal e na descrição dos modelos residenciais existentes e as suas particularidades.



O segundo capítulo - **Habitar: da casa à instituição** - aborda, no primeiro subcapítulo, o conceito de habitar no seu sentido mais lato, enquanto necessidade inerente ao homem para, no subcapítulo seguinte, apontar este conceito à realidade institucional e ao seu significado, tendo em conta o contexto específico que representa.

O terceiro capítulo - **O papel da arquitetura e do arquiteto** - aprofunda o papel da arquitetura nesta temática, explorando primeiramente a relação do discurso arquitetónico com a criança e expondo, no segundo subcapítulo, exemplos de concretizações projetuais que se aproximam do programa em estudo e que reflitam sobre a questão de investigação. Este capítulo (particularmente o segundo subcapítulo) marca a transição para uma abordagem que procura clarificar a relação da arquitetura, através da exposição de exemplos concretos, com as questões de carácter social abordadas nos capítulos anteriores.

Por último, o quarto capítulo - **Casos de estudo** - apresenta três exemplos de *casas de acolhimento* para crianças e jovens em contexto nacional. Estas são confrontadas com os conhecimentos anteriormente expostos através de um conjunto de variáveis que influenciam reciprocamente o espaço e as vivências das crianças e jovens acolhidos. Tais variáveis são analisadas à luz da interpretação espacial dos edifícios - que compreende a sua contextualização no tempo e no espaço e a sua leitura compositiva (formal, funcional, material, etc.) - bem como ao nível das práticas e relações que nele ocorrem.

Este capítulo é complementado por uma análise de campo na qual se realizaram visitas aos espaços e entrevistas aos Diretores Técnicos das *casas de acolhimento*. A proximidade com os objetos de estudo revelou-se fundamental para a uma compreensão mais rigorosa e aprofundada da forma como são utilizados os espaços -quer seja por parte das crianças e jovens residentes, quer seja por parte da equipa técnica -dos seus atributos relevantes e eventuais lacunas na resposta às necessidades desta população. Informações como estas incluem-se na comparação dos três casos e permitem a reflexão sobre aspetos espaciais mais ou menos favoráveis à efetivação das variáveis avaliadas.

Depois desta abordagem, as **considerações finais** procuram pôr em evidência a preponderância da arquitetura na temática da residencialização de crianças e jovens. Numa leitura transversal e sumária dos temas apresentados, reflete-se sobre a posição do arquiteto na interpretação deste contexto e das questões que se poderão levantar quando se projetam *casas de acolhimento* em Portugal, face à leitura dos conteúdos explorados ao longo deste trabalho.



# 1. RESIDENCIALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS

## 1.1. O ACOLHIMENTO RESIDENCIAL

A residencIALIZAÇÃO de crianças e jovens é uma temática complexa que engloba situações de grande heterogeneidade e onde intervêm múltiplos atores de diversos contextos: individual, familiar, escolar e comunitário. Tais intervenientes encontram-se, por sua vez, dependentes da influência das políticas vigentes em determinada época, dado que a forma de encarar as problemáticas relacionadas com as crianças e jovens tem vindo a sofrer constantes alterações ao longo da história<sup>1</sup> (Quintãns, 2009, p.16).

No sentido de proporcionar uma melhor compreensão deste trabalho, torna-se importante enquadrar esta realidade através da definição de *acolhimento residencial*, da sua especificidade e posicionamento, particularmente no contexto português.

Do ponto de vista internacional, a sua determinação clara e inequívoca não é efetiva, uma vez que este conceito abrange formas muito diversificadas de prestação de cuidados. O estabelecimento de uma definição que compreenda as inúmeras classificações e tipos de instituições de acolhimento para crianças e jovens torna-se uma tarefa complexa devido à dispersão e variedade de modelos e suas características funcionais, como por exemplo ao nível do dimensionamento, tipo de liderança, população acolhida e apoio prestado (Martins, 2004).

Ao analisar o Relatório de Utting (1991, citado por Martins, 2004), que corresponde a uma das mais importantes e referenciadas revisões ao sistema de acolhimento residencial inglês, entendemos a necessidade de uma definição subjetiva e abrangente, que inclua a diversidade de respostas existentes. William Utting descreve o conceito de acolhimento residencial como:

---

1. Esta informação será abordada com mais detalhe no capítulo 1.2.



*“Residência contínua para mais de três crianças, em equipamento orientado, em regime de permanência, por uma equipa que provê ou permite o acesso aos cuidados e serviços normalmente disponíveis para as crianças e outras medidas adicionais de cuidado, controlo e tratamento, de acordo com os requisitos das crianças residentes.” (Relatório Utting, 1991 citado por Martins 2004, p.218)*

Nesta definição poder-se-ão incluir, por exemplo, instituições públicas, privadas ou voluntárias; escolas ou colégios com regime de internato; serviços de saúde como hospitais ou unidades psiquiátricas; instituições penais, instituições de segurança e centros de tratamento para jovens. No entanto, é possível salientarem-se algumas características transversais a todas estas instituições, nomeadamente a presença de elementos técnicos especializados, a provisão de acomodação noturna e a existência de uma rotina diária (Kendrick & Fraser, 1992 citados por Quintãns, 2009).

No contexto português, enquanto medida de promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, o acolhimento residencial constitui apenas uma das respostas existentes. Estas medidas distinguem-se mediante os seus meios de atuação, podendo ser executas em *meio natural de vida*, que inclui o apoio juntos dos pais, apoio de outro familiar, confiança a pessoa idónea e apoio para autonomia de vida. Complementarmente existem as medidas por *regime de colocação*, onde se insere o acolhimento familiar, a confiança a pessoa, família ou instituição com vista a futura adoção e por fim o acolhimento residencial (Gomes, 2010; Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo n.º 142/2015, de 08 de Setembro).

A aplicação destas medidas é da exclusiva responsabilidade das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) e dos Tribunais, tendo como função principal afastar as crianças e jovens de situações de perigo, que no âmbito da Lei, acontece quando a criança/jovem:

- a) *Está abandonada ou vive entregue a si própria;*
- b) *Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;*
- c) *Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;*
- d) *É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;*
- e) *Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;*
- f) *Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação. (LPCJP, art. 3)*

Deste modo, segundo a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) n.º 147/99 de 1 de setembro, *“a medida de acolhimento residencial consiste na colocação da*





*criança ou jovem aos cuidados de uma entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados”, tendo como finalidade “[...] contribuir para a criação de condições que garantam o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e promovendo a sua educação, bem -estar e desenvolvimento integral” (LPCJP, art. 49).*

Assim, a Lei reconhece e destaca o espaço como um elemento determinante nas vivências associadas ao acolhimento residencial, uma vez que esta medida está inteiramente dependente da existência de *instalações* ou *equipamentos de acolhimento* adequados às práticas e necessidades destes utilizadores. Contudo, existe alguma subjetividade na caracterização apontada aos espaços, quando se refere que estes devem ser “*devidamente dimensionados e habilitados*”. A atribuição destas características dependerá de variáveis como o contexto urbano, social e pedagógico da *casa de acolhimento* e isso poderá conduzir a interpretações ambíguas acerca da sua composição espacial. Existe assim uma necessidade de clarificar estes conceitos para lá do seu sentido normativo, de modo a entender como se materializam espaços habilitados e adequados às crianças e jovens residencializados, colocando também o arquiteto, que é por excelência “*um organizador do espaço*”, como um agente ativo desta procura (Távora, 1982).

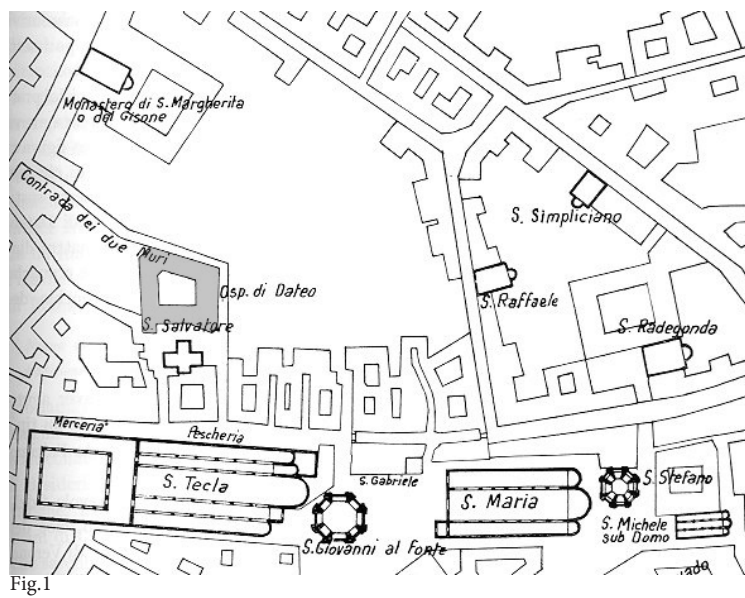


Fig.1

Figura 1 | Planta de implantação do brefotrofo de Milão (reconstituição) | Monneret de Villard

## 1.2. AS TRANSFORMAÇÕES DO ACOLHIMENTO RESIDENCIAL: DAS PRÁTICAS AOS ESPAÇOS

O acolhimento residencial conta com uma longa tradição na sociedade ocidental, assumindo - como veremos em seguida - diferentes formatos e tipologias ao longo do tempo, provenientes da necessidade da sociedade desenvolver meios que permitissem cuidar das crianças quando, por alguma razão, os próprios pais biológicos não puderam exercer este papel (Quintães, 2009).

A existência das primeiras instituições assistenciais remete-nos ao Império Romano, onde, ainda no início do século II d.C., Trajano (53-117) cria estruturas semelhantes a fundações, administradas com dinheiro público, designadas Instituições Alimentares. Estas funcionavam em quintas rústicas e destinavam-se a apoiar crianças até aos dezasseis anos de idade (Martins, 2004, p.220).

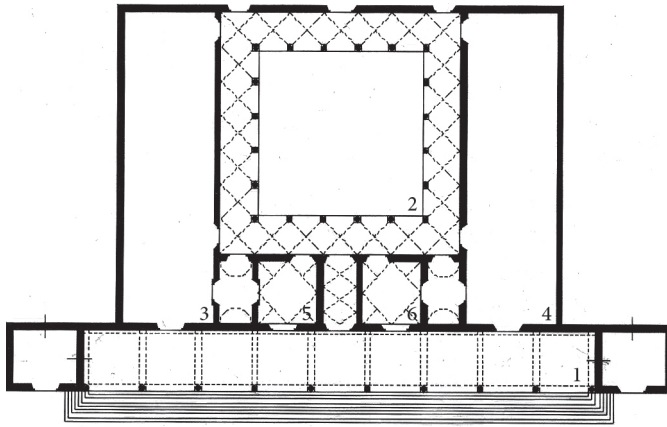
Com o decorrer do tempo, a evolução das práticas assistenciais tende a desenvolver-se numa perspetiva não especializada, na medida em que os equipamentos existentes tinham como finalidade o apoio indiscriminado a crianças órfãs e abandonadas, vagabundos, pessoas com perturbações mentais e outras que, com problemáticas distintas, careciam de albergue (Guimarães Sá, 1994). A este respeito destaca-se o papel da Igreja Católica que, já em 325, no Concílio de Niceia, decreta o estabelecimento de estruturas assistências em todas as vilas cristãs (Schneider & Mancey, 2002). O então designado *xenodochium* (que está na origem dos edifícios hospitalares) hospedava e assistia quem dele necessitasse, sem que existisse qualquer tipo de especialização. Contudo, mais tarde parte destas estruturas converte-se em *brephotrophia* ou asilos para crianças, sendo que o primeiro exemplar dedicado exclusivamente ao acolhimento de crianças abandonadas terá surgido em Milão no ano de 787 por ordem de Dateo, arcebispo da cidade<sup>2</sup> (Schneider & Mancey, 2002).

Na Europa Medieval as instituições surgem como forma de resposta aos problemas de ordem social originados pelas guerras e dificuldades económicas. Pertencentes na sua maioria às ordens religiosas, estas instituições estabeleciam-se preferencialmente na periferia dos centros urbanos, como espaços anexos aos mosteiros, isolando-se da comunidade e do ambiente normalizador que esta inculcia (Casas, 1988; Schneider & Mancey, 2002).

Algumas destas estruturas surgiam com a designação de *hospitals*, como é exemplo o *Ospedale degli Innocenti* (1419) em Florença, uma das mais importantes obras assistenciais realizadas na época pois, ao contrário dos seus semelhantes, dedicava-se exclusivamente ao

---

2. O brefotrofo, demolido no século XIX, localizar-se-ia na casa do arcebispo, onde este manda adicionar uma sala reservada para si, bem como uma capela anexa, dedicada a S.Salvador.



1. Loggia; 2. Pátio; 3. Igreja; 4. Dormitório das crianças; 5. Sala do Carmelengo; 6. Sala de audiência  
Fig.2



Fig.3



Fig.4

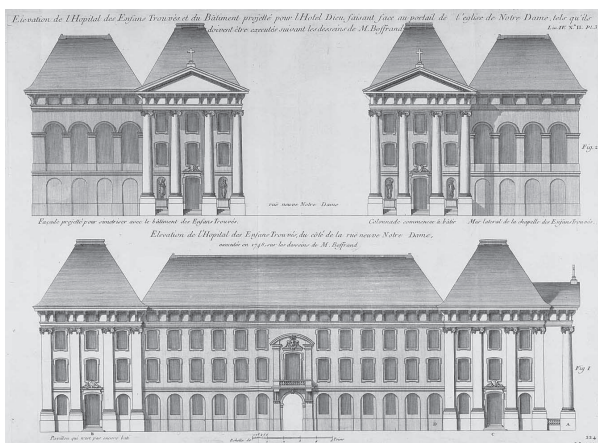


Fig.5

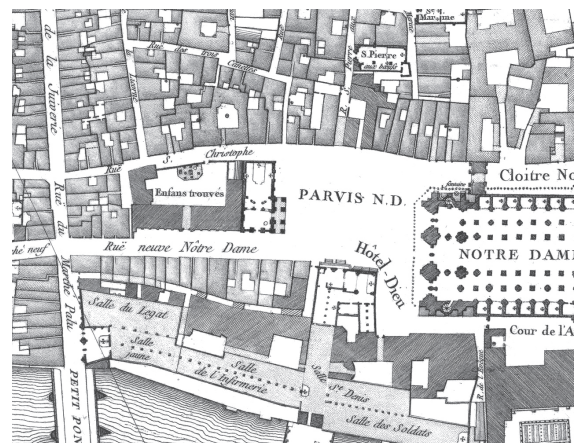


Fig.6

**Figura 2** | Planta do Ospedale degli Innocenti, hipótese da composição original | Filippo Brunelleschi, 1419

**Figura 3 e 4** | Loggia do Ospedale degli Innocenti; Vista geral da fachada a partir da Piazza Santissima Annunziata | Filippo Brunelleschi, 1419

**Figura 5 e 6** | Alçados do Hôpital dès Enfants Trouvés; Planta de implantação | Germain Boffrand, 1748



apoio de crianças abandonadas. Aqui, Filippo Brunelleschi (1377-1446) procurou desde logo expressar a relevância deste programa e do carácter público do edifício perante a cidade, ao “[...] marcar a fachada com uma arcaria frontal trabalhada em clássico [...]”. Este gesto resultou num “[...] sinal de dignidade e importância pública que não tinha paralelo nos porticados das casas de acolhimento antes construídas em Florença [...]” (Tavares, 2003, p.77). Neste caso, o equipamento assistencial já não é encarado como algo a ‘esconder’ e isolar na periferia, mas antes como um elemento urbano que assume significado e importância através do desenho arquitetónico.

Nesta sequência surgem inúmeras instituições de apoio à criança espalhadas por todas as cidades europeias, com principal destaque para Paris, onde Vicente de Paulo, preocupado com o número particularmente elevado de crianças abandonadas na cidade, utiliza o edifício do Hospital dos Enjeitados para aí instalar o *Hôpital des Enfants Trouvés* (1748) (Canha, 2000 citado por Quintães, 2009).

Em Portugal, a criação de equipamentos exclusivamente vocacionados para o acolhimento e apoio às crianças abandonadas remonta à segunda metade do século XIII, com a fundação do Hospital dos Meninos Órfãos de Lisboa, da iniciativa da rainha D. Beatriz, mulher de D. Afonso III. Tal obra integra “[...] um movimento de solidariedade cristã para com os mais desprotegidos, a acompanhar os tempos mais conturbados da afirmação da nossa nacionalidade [...]” (Fonte, 2005, p.109). Posteriormente, surge no século XIV o Hospital de Santa Maria dos Inocentes, em Santarém, logo seguido pela Real Casa dos Expostos, em Coimbra, constando entre as mais significativas obras de assistência que surgem, ainda de forma, dispersa em território nacional até ao século seguinte (Fonte, 2005, p.109).

Com a criação das Misericórdias em 1498, Portugal destaca-se dos demais países da Europa ao criar um sistema de assistência homogéneo que, segundo Martins (2002, p.179), marca o início de uma rede organizada de carácter religioso, dirigida à prática de obras de caridade com crianças abandonadas, órfãs, ‘expostas’, desamparadas, vagabundas e mendigas assim como os adultos pobres e idosos.

A partir deste momento são criados diversos estabelecimentos educativos e assistenciais específicos para crianças e menores delinquentes ou marginalizados, como hospícios, colégios, seminários, orfanatos, recolhimentos, asilos, etc.. Como exemplar surge a Real Casa Pia de Lisboa (1780), sendo esta uma das mais relevantes iniciativas governamentais no que concerne à assistência de crianças em situação de precariedade (Martins, 2002, p.179).

Em 1783, Pina Manique promulga uma das mais importantes leis reativas às crianças



Fig.7



Fig.8



Fig.9



Fig.10

Figura 7 e 8 | Sala de atividades da *Casa dei Bambini* de Altona | 1928

Figura 9 e 10 | Camarata do Preventório de Penacova; Sala de aula do Preventório de Penacova | 1959

abandonadas em Portugal. Esta lei visava o estabelecimento de instituições em todas as cidades e vilas que fossem centros administrativos, bem como a implementação das *rodas*<sup>3</sup>, enquanto resposta normativa às práticas do infanticídio e abandono de crianças, comuns nos séculos XVII e XVIII (Guimarães Sá, 1994).

Contudo, as Casas da Roda são extintas em 1867, devido ao aumento exponencial das crianças abandonadas, sendo estas substituídas pelos Hospícios de Acolhimento. Este processo viria a representar um crescente interesse social pela criança, fazendo com que a dimensão assistencial, para além da proteção, passasse a incorporar a satisfação das suas necessidades básicas, bem como uma vertente educativa com vista ao seu desenvolvimento integral (Alberto, 2003 citado por Quintães, 2009).

Na passagem do século XIX para o XX multiplica-se, por toda a Europa, a legislação dedicada à proteção da infância, o que resultou numa nova forma de encarar a criança, assim como os diferentes meios de assistência que lhe são dedicados (Caldeira, 2004). Em Portugal tal facto é particularmente evidente durante a Primeira República, no entanto ao longo deste período nota-se que “*por toda a Europa Ocidental se investe, de forma particular, na assistência às crianças e aos jovens, protegendo-os, educando-os e separando-os progressivamente da assistência à terceira idade, como público diferente que são*” (Caldeira, 2004, p.7).

No caso da Suíça, por exemplo, revela-se o seu desenvolvimento ao nível dos serviços de saúde pública e da qualidade da sua assistência, tanto pública como privada. Por sua vez, a França destaca-se pela criação de estruturas como as *Salle d'asile*, as *Maisons d'Enfants*, e as *Écoles maternelles* que inspiraram muitos países, nomeadamente Portugal. Na Alemanha Friedrich Fröbel (1782-1852) desenvolve o conceito do *Kindergarten* e posteriormente, em Itália, Maria Montessori (1870-1952) efetiva o seu *Método* com as *Casa dei Bambini* as quais, segundo Silva (2013, p. 51), serviram certamente de inspiração às designadas Casas da Criança promovidas por Bissaya Barreto no período do Estado Novo.

Neste contexto, é precisamente a figura de Bissaya Barreto que se destaca a nível nacional, particularmente na zona centro, pela sua importante obra em prol da defesa e cuidado da criança. Este terá levado a cabo de forma visionária “[...] a que foi talvez a mais importante rede de instituições assistências infantis até então implementadas no país [...]” (Fernandes, 1982, p.44). De entre as inúmeras obras que levou a cabo, tanto o Ninho dos Pequenitos<sup>4</sup> como

---

3. As rodas eram estruturas cilíndricas em madeira com uma abertura que permitia a colocação das crianças, de modo que, depois de rodada, a criança fosse recebida dentro da instituição. A investigação da identidade da criança era proibida, ficando até aos 7 anos entregues aos cuidados de amas e mais tarde encaminhadas para hospícios, onde ficavam a cargo dos Juizes dos Órfãos. Por volta dos 12 anos trabalhavam como criados a quem oferecesse a melhor recompensa, até atingirem a maioridade, que à data correspondia aos 21 anos de idade, cessando assim a proteção judicial (Ferreira, 2011, p.15).

4. O Ninho dos Pequenitos aqui mencionado refere-se ao primeiro edifício edificado com esta designação, cujas instalações ocupavam a atual Associação Académica de Coimbra. O edifício atual será abordado enquanto caso de estudo no capítulo 4.





o Preventório de Penacova, surgem como bons exemplares de equipamentos de acolhimento para crianças abandonadas e órfãs. Funcionando em complementaridade<sup>5</sup>, ambas tinham na sua origem um papel intimamente ligado ao combate e prevenção da tuberculose, mas também um cuidado especial com a figura da criança enquanto habitante, demonstrado através da utilização da decoração lúdica e da conceção de mobiliário adaptado a estas idades (Silva, 2013).

Segundo Martins (2004, p.222), a partir deste momento, as constantes reformas legais no âmbito do Direito de Menores, tornaram-se cruciais para a evolução das práticas da institucionalização das crianças e jovens em risco. Tal facto promoveu durante este período a construção de novas instituições, cada vez mais normalizadas, assim com o fecho de outras, consideradas desajustadas.

Neste sentido, durante a segunda metade do século XX, tanto a Espanha como o Reino Unido destacam-se ao encerrar um grande número de *macro instituições* em prol de casas mais pequenas, procurando dissolver as características estigmatizantes através da criação de estruturas com uma aparência menos institucional.

Por esta altura, também Portugal reconhece formalmente os Lares de Crianças e Jovens, definidos como equipamentos que visariam proporcionar condições de higiene, cuidados adequados, assistência médica, educação e ocupação de tempos livres, bem como garantir o desenvolvimento das crianças e jovens acolhidos e a sua inserção social e profissional. Contudo, até à década de 1990, as instituições portuguesas descrevem-se ainda pelo défice da sua normalização, revelando problemas ao nível organizacional e funcional, inclusivamente pela falta de equipamentos com uma escala e programa ajustados a um apoio mais individualizado e familiar (Martins, 2004). Em vez disso, os equipamentos existentes eram ainda fruto da apropriação das estruturas assistenciais anteriores que representavam, “*ora a influência da Igreja (centros em antigos conventos, por exemplo), ora a organização asilar do Estado Novo (edifícios grandes, frios e de arquitetura prisional)*” (Strecht, 2003, p.100). Ainda neste sentido, Pedro Strecht (2003, p.100) reforça que “*a pobreza dos espaços físicos mantinha e agravava o grau de privação extrema a que estes jovens são sujeitos*”, o que poderá colocar em causa não só a necessidade de edificar novas estruturas mas também a reinterpretação e requalificação das existentes.

---

5. Depois de completarem os três anos de idade, as crianças residentes no Ninho dos Pequenos transitavam para o Preventório de Penacova.

**MODELO DE ACOLHIMENTO**

*Institucional*

*Familiar*

*Especializado*

**TIPO DE EQUIPAMENTO**

*Grandes centros e macro instituições*

*Lares familiares*

*Lares especializados*

Tab. 1

### 1.3. PANORAMA NACIONAL: ENQUADRAMENTO LEGAL E CARACTERIZAÇÃO

Com o decorrer do tempo, o sistema de acolhimento português tem vindo a registar significativas alterações. Em pouco mais de uma década, assistiu-se a uma mudança de paradigma e a uma nova forma de encarar a criança e o jovem acolhido (Batista, 2013).

Ainda em 1911, é promulgada a Lei da Proteção à Infância, coincidente com a criação dos Tribunais de Menores, então designados por Tutorias de Infância. Esta viria a ser a primeira medida legislativa produzida neste sentido em Portugal, tratando-se por isso de um documento inovador para a época, onde se frisava já a necessidade de diferenciação entre criança e adulto, considerando que estes deveriam ter tratamentos judiciais distintos.

No entanto, segundo Teresa Cansado (2008), é com a publicação da Organização Tutelar de Menores (OTM) de 1962 e sua revisão em 1978, que a Lei de Proteção à Infância passa a atuar segundo uma intervenção do tipo preventivo que afirma o papel da família na proteção do menor, colocando a institucionalização como medida de último recurso (Cansado, 2008).

Já nos anos 90, verifica-se o aparecimento de novas e determinantes políticas sociais que têm por base a proteção e acompanhamento das problemáticas associadas à infância e juventude: em 1991 assiste-se ao alargamento da rede no sentido da prevenção e da ligação à comunidade, através da criação das Comissões de Proteção de Menores (CPM)<sup>6</sup> e em 1999 ocorre a última grande Reforma do Direito de Menores com a publicação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) (Cansado, 2008). Segundo Batista (2013, p.7), com esta Lei “[...] o novo paradigma de intervenção resultou da necessidade de transitar de uma lógica de intervenção assistencialista para uma lógica de intervenção técnica e terapêutica”.

Neste contexto, Del Valle (2009) sistematiza este processo de mudança em três momentos fundamentais: o do *modelo institucional/assistencial*, *modelo familiar* e, o *modelo especializado*, recentemente implementado no nosso país<sup>7</sup> (Tab.1).

O modelo *institucional/assistencial*, vigente até meados dos anos oitenta em Portugal, caracteriza-se pela perspetiva assistencialista do apoio à infância, com um modo de atuação despersonalizado e sem profissionais instruídos. Com o aparecimento da já referida legislação para a proteção e acompanhamento das crianças e jovens este modelo é superado, o período de permanência é reduzido e os regimes tornaram-se menos institucionais e mais abertos

6. Com a reforma de 1999, estas comissões passam a denominar-se por Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) que, segundo o artigo 12.º da Lei n.º147/99, “são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral”.

7. Modelo implementado em Portugal com a atualização à LPCJP - Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro.

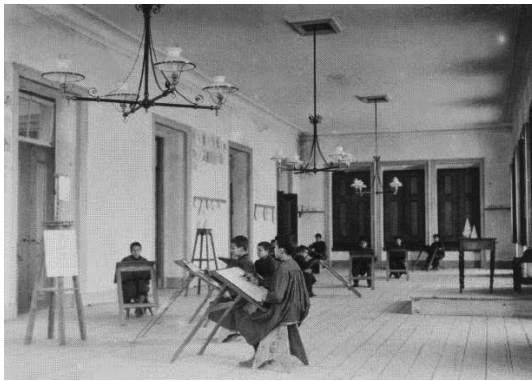


Fig.11

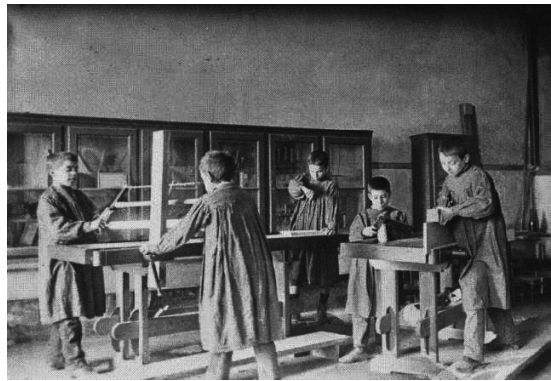


Fig.12



Fig.13

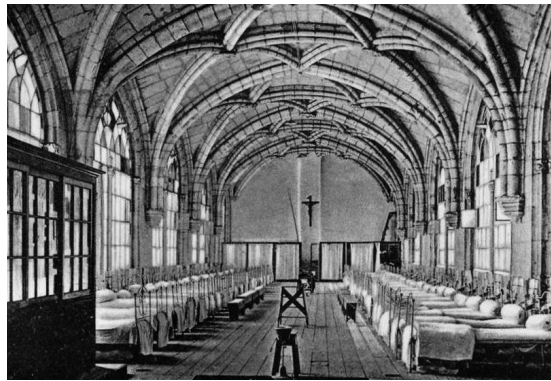


Fig.14

(Del Valle, 2009).

Esta evolução corresponde à instituição do *modelo familiar*, centrado na normalização das vivências da criança no meio onde habitam e na comunidade. É neste momento que ocorre a mais significativa alteração ao nível da arquitetura deste programa, pelo facto das grandes instituições de carácter fechado passarem a considerar-se ambientes inadequados. Tal facto surge devido à sua tendência de funcionamento autossuficiente que fazia com que os espaços tomassem funções muito específicas, de forma a controlarem e conduzirem as rotinas das crianças e dos jovens institucionalizados (p.e. salas de aula, oficinas, enfermaria, salas de estudar, salas de ver televisão, etc.). Da mesma forma, contesta-se a “[...] *homogeneidade espacial e grupal* [...]” destas *macros instituições*, uma vez que inviabilizavam os seus habitantes de “[...] *imprimir as suas características pessoais aos espaços* [...]” (como por exemplo nos grandes dormitórios), dificultando, deste modo, a “[...] *superação do quadro delicado em que se encontravam*” (Mello, 2004).

Por sua vez, o *modelo familiar* defende uma tipologia que se aproxima do carácter doméstico de uma habitação familiar, com um número substancialmente mais reduzido de habitantes e onde os espaços, também eles com uma escala mais reduzida, procuram refletir uma atmosfera acolhedora e normalizada.

Em Portugal, como resposta a este modelo, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) organizava o sistema de acolhimento para crianças e jovens em três níveis - o acolhimento de emergência, que visava uma permanência até 48 horas; o acolhimento temporário, com duração até seis meses; e o acolhimento prolongado, com duração superior a seis meses. Estas respostas correspondem respetivamente às Unidades de Emergência, aos Centros de Acolhimento Temporário (CAT) e aos Lares de Infância e Juventude (LIJ). A par destas modalidades destacam-se ainda os Apartamentos de Autonomização (AA), destinados a apoiar jovens na transição para a vida adulta (Carvalho, 2013).

Conforme nos indica o último Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento (ISS, I.P., 2015), os LIJ têm vindo a ser o recurso mais utilizado, acolhendo 63,6% das crianças e jovens residenciais, constituindo, juntamente com os CAT (24,3%), a grande maioria das respostas utilizadas no nosso país. São também estas as modalidades para as quais em 2005 surge regulamentação ao nível da sua conceção espacial, no sentido de normalizar estes equipamentos pois, até então, a sua caracterização tipológica derivava das diferentes interpretações a que a LPCJP poderia estar sujeita.

Assim, na ausência de uma definição clara dos espaços a considerar e do modo como estes



se deveriam articular perante a especificidade dos seus utilizadores, criam-se as designadas Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais (RTES). Estas vêm estabelecer um conjunto de critérios para os LIJ e para os CAT que, apesar serem modalidades distintas, apresentam nestes documentos uma descrição espacial<sup>8</sup> semelhante, assente na criação de pequenas unidades constituídas por espaços de apoio técnico e administrativo; convívio e atividades; refeições e sua confeção; alojamento; tratamento de roupa; arrumos e apoio ao pessoal (ISS, I.P., 2010a; ISS, I.P., 2010b).

Com a última alteração à LPCJP<sup>9</sup> em setembro de 2015 (Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro), o acolhimento em instituição passou a designar-se acolhimento residencial. Esta alteração representa já a incorporação de um *modelo especializado*, fruto da necessidade de criar ofertas de acolhimento que vão ao encontro às carências da população (e.g. necessidades educativas especiais, autonomia, problemas de conduta, etc.) e dos objetivos a atingir (Batista, 2013, p.8).

Deste modo, pretende-se que todo o sistema de acolhimento seja reformulado, na medida em que se passará a implementar em *casas de acolhimento* especializadas e adequadas às crianças e jovens nelas acolhidas. Entre as respostas previstas constam as casas de acolhimento para resposta a situações de emergência, casas de acolhimento para resposta a problemáticas específicas e apartamentos de autonomização para o apoio e promoção de autonomia dos jovens (Guerra, 2016). Uma vez que se trata de uma alteração recente, ainda não são verificáveis as consequências que esta mudança de modelo implicará ao nível dos espaços existentes ou de novos que possam eventualmente ser criados.

Perante as observações até agora efetuadas, podemos verificar que o sistema de acolhimento tem passado, e continua a passar, por grandes transformações impulsionadas no âmbito legal e, de forma mais ou menos célere, repercutidas nas dinâmicas de funcionamento das instituições. Tais transformações implicam desejavelmente uma reestruturação ao nível dos espaços físicos, de modo a que estes se ajustem às alterações paradigmáticas (Del Valle & Zurita, 2000).

Assim, perante um novo entendimento das práticas de acolhimento, preconizam-se instituições de dimensão reduzida e com um carácter semelhante a uma habitação familiar. Isto significa que a sua arquitetura deve possibilitar a estes habitantes vivências quotidianas normalizadas. No entanto, devemos ter em conta a natureza coletiva destes equipamentos, na

8. Esta descrição será apresentada com mais detalhe no capítulo 4.

9. Por se tratar de uma alteração recente, parte das medidas implicada na Lei n.º 142/2015 de 8 de setembro, ainda não se efetivaram atualmente, pelo que as designações mencionadas ao longo do trabalho podem ainda fazer referência à legislação precedente, nomeadamente ao nível das respostas sociais de acolhimento.





medida em que o facto de poderem apresentar uma escala mais reduzida não constitui por si só uma solução.

A organização do espaço, neste contexto, deve responder atentamente às características específicas dos seus utilizadores, de forma a romper com as estruturas rígidas e despersonalizadas. No entanto, a falta de precisão e a ambiguidade desta noção dá lugar a distintas soluções espaciais ou mesmo à ausência de soluções, na medida em que a arquitetura se torna neste âmbito uma questão vulgarmente secundarizada.

Apesar disto, como afirma Martins (2004), as características físicas dos espaços que estas crianças e jovens habitam, constituem “[...] *variáveis que condicionam as suas interações, revestindo-se, por isso, de significado psicológico para os sujeitos.*” Perante isto, a arquitetura poderá ser entendida como um elemento potenciador da “[...] *reconfiguração dos cenários de vida e desenvolvimento das crianças e jovens e da reorganização consequente das suas rotinas*” (Martins, 2004, p.303).

Deste modo, a evolução das práticas no acolhimento residencial pressupõe uma reflexão sobre o espaço, enquanto cenário onde tais práticas têm lugar. Isto implica, portanto, aprofundar as necessidades dos seus utilizadores pois, como afirma Diener “[...] *se desconhecemos as necessidades dos habitantes, não podemos pretender que os nossos projetos deem resposta às suas necessidades. Temos que nos dotar de novas regras. Isto permite-nos considerar as coisas de uma maneira totalmente diferente*” (1996, citado por Ferreira, 2011, p.44).



## 2. HABITAR: DA CASA À INSTITUIÇÃO

### 2.1. O SIGNIFICADO DE HABITAR

Tomando como ponto de partida uma perspectiva global, procura-se agora uma breve reflexão sobre o conceito de habitar enquanto condição intrínseca ao Homem e à sua existência no mundo, para posteriormente poder aferir de que modo e até que ponto as *casas de acolhimento* absorvem esta noção, tendo em conta o contexto específico que representam.

Ao longo do tempo atribuíram-se vastos significados ao ato de habitar, que abrangem interpretações muito diversas. Reconhecem-se nomeadamente as ideologias ligadas ao positivismo, que influenciaram de forma direta a noção de habitar na arquitetura moderna. Estas assentam na crença do progresso e da ordem como instrumentos à disposição do Homem, através do desenvolvimento técnico-científico. A casa positivista é a casa moderna, a máquina-de-habitar corbusiana e a casa racional que tem como função abrigar indivíduos culturalmente enraizados de forma a satisfazer as suas necessidades físicas (Ábalos, 2003).

Por outro lado, e como reflexão sobre esta racionalidade, destaca-se uma visão que transporta “*o espaço do habitar para o campo ontológico do existencial e da percepção fenomenológica dos lugares*” (Oliveira, 2015, p.135). Nesta perspectiva, o espaço ganha uma dimensão simbólica preponderante, que poderá contribuir de forma particularmente relevante para a nossa temática, uma vez que, mais do que responder às necessidades básicas, procura-se o estabelecimento de um vínculo sociológico entre a arquitetura e os seus utilizadores, neste caso, as crianças e os jovens residencializados.

Nesta ótica, entende-se que o espaço habitado não está meramente dependente de uma estrutura física, mas também de uma estrutura metafísica que lhe é associada. Martin Heidegger, uma figura central do pensamento existencialista, refere no seu ensaio ‘*Building Dwelling Thinking*’ (1993) que nem todas as construções são habitadas, na medida em que

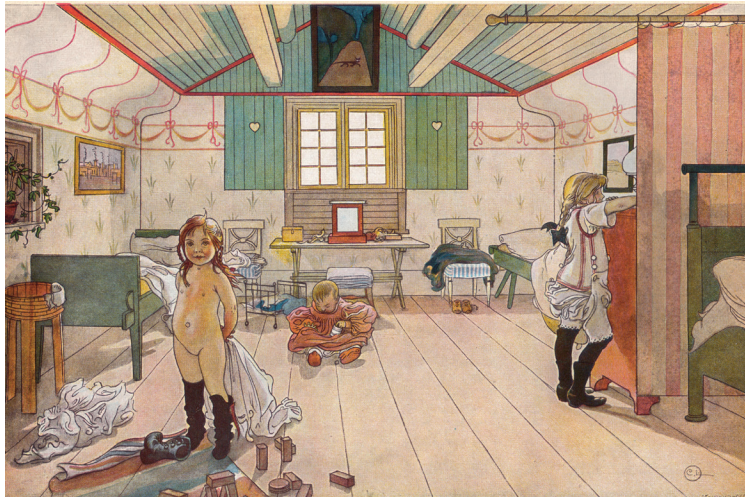


Fig.15

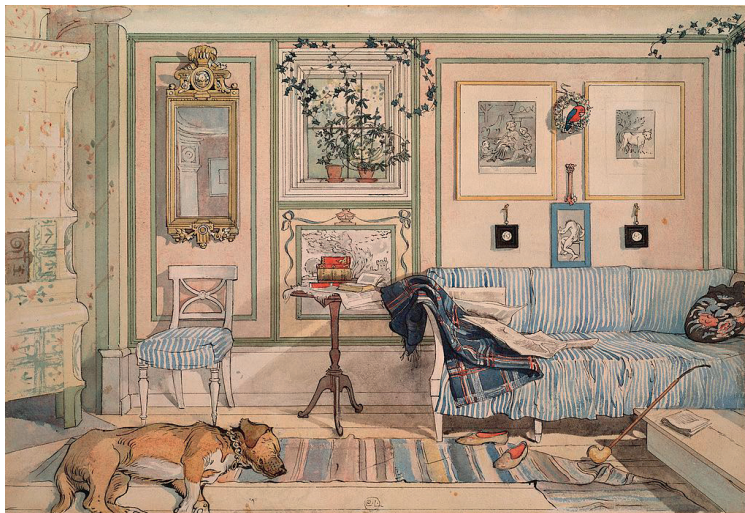


Fig.16

não basta estas alojarem o Homem, têm também de se relacionar com a sua essência e com a sua própria existência no mundo. Nesta perspetiva, o Homem é a medida que habita pois, como o próprio refere: *“To be a human being means to be on the earth as a mortal. It means to dwell”* (Heidegger, 1993, p.349).

Habitar torna-se assim uma atividade basilar para a vida do Homem, determinando a sua existência espacial e dando-lhe significado. Sem habitar, o Homem encontra-se perdido na sua indefinição e na indefinição do que o rodeia, porque não têm referências que materializem a sua identidade. Para tal, é fundamental a presença de um espaço físico onde se cumpre a existência humana, um lugar que funcione como o prolongamento do nosso corpo e espelho dos nossos pensamentos e ações. Isto faz com que a construção faça parte do habitar ou, na ótica de Heidegger (1993, p.348), que seja em si mesma habitar:

*“Dwelling and building are related as end and means. However, as long as this is all we have in mind, we take dwelling and building as two separate activities, an idea that has something correct in it. Yet at the same time by the means-end schema we block our view of the essential relations. For building is not merely a means and a way toward dwelling- to build is in itself already to dwell.”*

Para Bachelard (1979) o meio construído que comporta a essência humana é, por excelência, a casa. Segundo este autor, *“com a imagem da casa, temos um verdadeiro princípio de integração psicológica”* (Bachelard, 1979, p.196). A casa é o lugar primordial da existência no mundo, é ela que permite ao homem demorar e morar na terra. Esta protege, constrói intimidade e identidade, que são o seu suporte emocional da vida. A dimensão afetiva depositada neste meio físico faz com que a casa (enquanto lugar físico) seja vista como um lar (enquanto lugar simbólico e emocionalmente evocativo). Como refere Bachelard no seu livro ‘A Poética do Espaço’ (1979, p.201), *“ a casa é uma das maiores forças de integração para os pensamentos, as lembranças e os sonhos do homem.”* Sem ela, o Homem não teria a experiência de habitar e seria um ser disperso, sem lugar.

Nesta perspetiva, a nossa morada estabelece uma relação umbilical que nos acompanha ao longo do tempo, numa continuidade cronológica do ser, que só ganha raízes mediante a construção de um lugar. Assim, a casa alimenta também as memórias do habitante e a nostalgia dos momentos que compõem a sua história. É a permanente utilização e a sobreposição de experiências que transformam a dimensão arquitetónica da casa em estrutura emocional que completa a dinâmica do habitar.

Por este motivo, como refere Peter Zumthor (2005, p.12), a arquitetura afirma-se como *“[...] invólucro e cenário da vida, um recipiente sensível para o ritmo dos passos no chão, para a*



Fig.17

**Figura 17** | Instalação, sala Vinçon, Barcelona | J. Navarro Baldeweg, 1976  
O espaço vazio que no pensamento do arquiteto se preenche pela imagem das vivências futuras.

*concentração do trabalho, para o silêncio do sono.*” Ela fornece a concretização das necessidades físicas, intelectuais e emocionais do homem. Contudo, é necessário compreender como é que se pode transcender a sua dimensão física, dotá-la de significado e transformar os espaços concebidos em lugares com uma identidade particular.

É evidente que aqui se reconhece o papel central do habitante. É o uso e as vivências que ocorrem no espaço arquitetónico que o tornam lugar habitado. Carlos Machado (citado por Rodrigues, 2008, p.86) refere que *“o uso dá à arquitectura uma dimensão que quando está acabada, mas vazia, ainda não tem. [...] O uso e o tempo dão às coisas, testam -digamos assim- as obras, ligam-nas à natureza e ao homem.”* O facto do espaço se adequar, ou não, a esse uso e a essas vivências dependerá também das características do utilizador ou dos utilizadores em causa.

Perante isto, o arquiteto terá de assumir esta complexidade e lidar com a relação indissociável e recíproca do homem e com a arquitetura, que está na base do habitar. Assim, este poderá identificar aspetos que favoreçam esta relação e potenciem a criação de lugares. Para projetar espaços de habitar, é necessário também projetar eventuais emoções e significados:

*“Esta ideia, de que entrarão necessariamente coisas num edifício que eu como arquitecto não concebo, mas nas quais penso, dá-me de certa forma uma visão futura dos meus edifícios, que se desenrola sem mim.”* (Zumthor, 2006, p.41)

A antecipação das vivências que terão lugar nos edifícios pode ajudar a determinar o tipo de caracterização material e formal das divisões, o estabelecimento de relações visuais relevantes, a definição de percursos, os sentidos do corpo que se pretende estimular, etc..

Com base nisto, admite-se a influência da construção e do arquiteto, enquanto promotor do espaço construído, para a condição de habitar que é essencial ao Homem na concretização da sua existência e da sua morada na terra, dando-lhe um sentido de identificação e pertença. Mas o que acontece quando essa referência física lhe é retirada? Como pode o Homem ‘reidentificar-se’ com o espaço e fazer dele o seu (novo) lugar existencial? Como pode o arquiteto criar uma ‘visão futura’ para este cenário? Estas são questões que estão patentes na experiência de habitar das crianças e jovens residencializados, sobre a qual iremos refletir em seguida.





Fig.18



## 2.2. A ESPECIFICIDADE DE HABITAR CASAS DE ACOLHIMENTO

O contexto institucional onde se inserem as *casas de acolhimento* para crianças e jovens está associado a um momento de rutura e desterritorialização em relação ao lugar de origem, à casa como referência da existência no mundo e da identidade dos que a habitam. Quando uma criança/jovem é privada do contexto familiar/social e é colocada ao cuidado de uma instituição, a noção de habitar no sentido que temos vindo a abordar altera-se, pois o espaço que estabelecia a sua relação com o mundo é substituído por um novo ambiente, construído especificamente para dar resposta a esta privação. Segundo Saraceno (1999, citado por Luvizaro & Galheigo, 2011, p.196), na experiência da residencialização, o habitar – “o qual supõe um certo grau de apropriação na organização material e simbólica do espaço, bem como na produção de cotidianidade – é praticamente inexistente.”

Antes de se efetuar a alteração de paradigma no sistema de acolhimento de crianças e jovens, Goffman (2003) faz uma importante descrição das estruturas institucionais existentes, denominando-as como *instituições totais*. Estas representariam “um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada” (Goffman, 2003, p.11). Segundo este autor, a transição de um indivíduo para uma instituição marcava uma rutura com a vida em sociedade e com as suas referências (sociais e espaciais) até então estabelecidas. Tal facto ocorria dado o carácter fechado destas estruturas, onde os institucionalizados passavam a viver em função de uma única autoridade, com um grupo de sujeitos que se encontram na mesma situação, no mesmo local e sob as mesmas circunstâncias tendo, por isso, um tratamento indiferenciado que deve responder às mesmas exigências. Da mesma forma, Foucault (2013) enfatiza a dimensão de controlo social das instituições referindo-as como *instituições disciplinares*, dado que estas moldavam o comportamento do sujeito para os objetivos tanto da instituição como da sociedade.

Assim, neste período, habitar uma instituição significava estar sujeito a um processo de disciplinarização, onde não existia espaço para a construção de identidade ou de uma relação afetiva/simbólica com o lugar, uma vez que estes contextos procuravam o que Goffman (2003) designou como a ‘mutilação do eu’, resultado da uniformização de tratamento e da quebra de relação com o mundo exterior. Deste modo, as instituições onde estas crianças/jovens eram colocadas, pelas suas “[...] grandes dimensões espaciais, a organização impecável, a extrema homogeneidade e a rotina rígida mostravam que ali não estavam em casa” (Mello, 2004, p.140).

<i>Institutionalisation</i>	<i>Domesticity</i>
<i>Surveillance</i>	<i>Privacy</i>
<i>Regulation</i>	<i>Informality</i>
<i>Security</i>	<i>Risk</i>
<i>Specialisation</i>	<i>Normalisation</i>
<i>Professional</i>	<i>Personal</i>

Tab. 2

Perante esta realidade, como já foi previamente abordado, no final do século XX assistiu-se a uma reformulação das práticas institucionais, que apelou a um sentido de normalização e à criação de espaços que remetessem para um cenário de domesticidade implícito na imagem da ‘casa’. A preconização de edifícios com uma escala mais reduzida, com capacidade para menos crianças/jovens e com características próximas da casa familiar, procuravam criar uma noção que contrariasse a ideia de instituição e do significado de habitar nestas circunstâncias (Clark & Cameron, 2014, p.4). Deste modo, a imagem da casa iria contribuir para a formação da ideia mental do lar que dá alento às necessidades físicas (já salvaguardadas numa estrutura de carácter institucional) mas, sobretudo, às necessidades psicológicas destes habitantes.

Todavia, o conceito de casa e de habitar a casa, tal como foi abordado anteriormente, subentende uma relação estável entre o espaço e o indivíduo. Esta relação é adquirida ao longo do tempo, num processo de identificação e reconhecimento permanente. No entanto, as circunstâncias em que se encontram as crianças e jovens que vivem numa *casa de acolhimento*, não suportam esta relação contínua. Muitas vezes estes estão sujeitos a sucessivas trocas de residências, o que impossibilita a capacidade de estabelecer uma conexão profundamente enraizada com um espaço.

Nesta indefinição temporal, a forma de estabelecer um vínculo afetivo com o espaço pode passar pela possibilidade de o apropriar e deste poder acolher elementos familiares e simbólicos que fazem parte do íntimo da criança ou do jovem, sejam eles objetos pessoais ou mesmo rotinas quotidianas associadas à antiga morada. A este respeito, Das, Ellen e Leonard (2008, citados por Clark & Cameron, 2014) referem que a noção de ‘casa’ associada a grupos vulneráveis, como é o caso dos que se encontram em acolhimento residencial, pode estar patente num conjunto de práticas que não dependem de uma localização doméstica fixa mas sim de um ‘itinerário de domesticidade’. Como os próprios referem:

*“There is a duality of intimacy and alienation as constant moves from and to the home engender an itinerant domesticity and life is lived in the interstices of the house, the prison, the street and various foster homes in which children grow up.”* (Das et al., 2008, citados por Clark & Cameron, 2014, p.6)

Por outro lado, as *casas de acolhimento* mantêm na sua natureza características de carácter institucional que podem surgir como constrangimentos ao estabelecimento da ideia de ‘casa’. Peace e Holland (1998) identificaram uma série de variáveis patentes em espaços de carácter institucional e doméstico que afetam a forma como estes são habitados (Tab.2). Tais aspetos estão, de uma forma geral, associados ao funcionamento destes equipamentos, contudo, o espaço também poderá interferir, por exemplo através da garantia da privacidade.



Fig.19

**Figura 19** [*My house*], pintura em spray sob tela | Eron, 2007

Atualmente habitar numa *casa de acolhimento* pressupõe a criação de um lugar ao qual os sujeitos possam sentir que pertencem pois, como afirma Silva (2010, p. 298), “*se tudo parece em movimento, a sua pertença a lugares estáveis dá-lhes uma sensação de controlo e de segurança.*” No entanto, esta apresenta-se como uma tarefa altamente complexa, uma vez que devemos reconhecer que a maioria dos utilizadores não se encontra nestas circunstâncias por opção. Não é possível assumir que estes intervenientes irão reconhecer a *casa de acolhimento* como a sua ‘casa’, até porque a sua perceção do que significa ‘casa’ pode ser muito frágil (Clark & Cameron, 2014).

Pretende-se que estes sejam lugares que não se diferenciam daqueles que caracterizam um ambiente familiar acolhedor e protetor, para que se torne um contexto ideal para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e emocional das crianças e jovens acolhidos. Contudo, com refere Santos (2010, p.7), não se procura substituir o papel da família ou do cenário que a engloba. Como tal, a ideia de instituição enquanto ‘casa’ não passa pelo estabelecimento de uma realidade que se reduz ao simulacro. Em vez disso, será necessário que esta crie, na sua própria medida e dentro do seu contexto, um sentimento de estabilidade e identificação que poderá partir do próprio espaço de acolhimento e da possibilidade de o habitar.

Fazer da *casa de acolhimento* um lugar para habitar significa identificá-la como uma nova morada (física e simbólica), estabelecer novas apropriações e novos significados. Ainda que se trate um processo temporário, esta representará uma presença securizante num tempo de risco e permitirá evitar a imprevisibilidade e a falta de identificação que conduz a sentimentos de alienação. Por este motivo, podemos afirmar que habitar uma *casa de acolhimento* significa a reivindicação de um lugar que é simbolicamente a reivindicação da identidade fragmentada destas crianças e jovens:

*“Sobretudo não existindo fortes identificações com lugares como a escola, estes/as jovens continuam a assegurar-se que o lugar onde moram pode oferecer simbolismos compensatórios da pouca visibilidade que têm em outros contextos. [...] Estes lugares não são descarnados, são espaços de construção identitária e de socialização.”* (Silva, 2010, pp. 301-302)

Neste sentido, a complexidade e diversidade dos habitantes e da realidade que os envolve, espelha a complexidade de criar espaços de habitar que satisfaçam as suas necessidades. Quanto mais profundo for o conhecimento e a compreensão desta realidade, maior será a possibilidade do arquiteto aproximar os espaços por ele projetados a estes utilizadores. Como referimos anteriormente, caberá ao utilizador a vinculação efetiva a um lugar, contudo, sendo a construção parte do habitar (ou o habitar em si), caberá também à arquitetura potenciar essa vinculação através do espaço.



## 3. O PAPEL DA ARQUITETURA E DO ARQUITETO

### 3.1. O PROTAGONISMO DA CRIANÇA NO DISCURSO ARQUITETÓNICO

Na abordagem à temática da criança no contexto arquitetónico, mais do que realizar um estudo dos espaços dedicados à infância e à sua evolução, pretendemos focar-nos no destaque atribuído à figura da criança na arquitetura e à sua influência, tanto do ponto de vista teórico como, por parte de alguns arquitetos, do ponto de vista prático. Para tal, remetemos a nossa discussão a um momento histórico específico associado ao período durante e pós 2ª Guerra Mundial no qual, pela singularidade dos acontecimentos ocorridos “[...] *the architecture of childhood was at the center of architectural discourse in a way that is unique in architectural history*” (Kozlovsky, 2013, p.1).

A atenção dedicada à infância por parte dos arquitetos vem, neste contexto, coincidir com o surgimento do Estado de Providência, que faz da criança um dos temas centrais de discussão. Neste momento são implementadas um conjunto de medidas - ao nível da sua educação e proteção - com vista ao reconhecimento destes indivíduos e dos seus direitos. Neste sentido, o significado arquitetónico e político-social da criança podem relacionar-se, uma vez que ambos a encaram como figura afetiva que desperta a consciência para a cidadania num tempo tão conturbado (Kozlovsky, 2013).

No que refere à arquitetura, a imagem urbana desestruturada que surge no decorrer da 2ª Guerra Mundial, promove uma postura educativa vinculada ao racionalismo e funcionalismo, empregando toda a sua capacidade criativa na construção de um novo modo de vida para toda a população e em particular para as crianças, que são vistas como as maiores ‘vítimas do caos urbano’<sup>1</sup>.

Neste contexto, Luis Sert revela-se uma figura central na afirmação da imagem da

1. Expressão utilizada por Luis Sert no livro ‘*Can our cities survive?*’ (1942) e que dá título a um dos painéis apresentados.





Fig.20



Fig.21



Fig.22



Fig.23



Fig.24



Fig.25



criança como expressão ideológica. Reconhecendo que a cidade era incapaz de dar resposta às novas necessidades da vida quotidiana, na sua obra *'Can our cities survive?'*(1942) o autor afirma ser indispensável à salvação da cidade a aplicação de um plano urbano que seja orientado pelos quatro princípios básicos do funcionalismo - habitação, trabalho, lazer e transportes - apresentados na Carta de Atenas<sup>2</sup> (Mumford, 2002). Como tal, Sert recorre a figura vulnerável da criança, de maneira a sensibilizar os seus leitores para a necessidade de uma reforma urbana. Através da fotografia, este representa de forma satírica a criança pobre, cansada, triste e rejeitada pela cidade, que se aparenta como um lugar insalubre e desajustado (Fig.20 e 21). A criança surge como uma vítima da falta de um planeamento urbano eficaz, cumprindo, ao mesmo tempo, uma função ideológica determinante para humanização do discurso racionalista (Kozlovsky, 2013).

Nesta ótica, a resposta reside na criação de espaços especializados para as crianças que as retirem do perigo inerente à rua:

*"In industrial suburbs, along railroads, and in the slums of the inner city, children are forced to organize their play in hazardous streets or in the midst of rubbish heaps. Under this adverse conditions, their games are like an instinctive revolt against the city - the city without space, and without verdure."* (Sert, 1942, citado por Kozlovsky, 2013, p.226)

No pensamento moderno as premissas funcionalistas confinavam a criança a um espaço concreto e protegido, com modos de utilização que condicionavam o tempo e as práticas dos indivíduos. A rua é dissecada, prolonga-se verticalmente e passa a ocupar o edifício, diluindo assim o seu carácter urbano.

A Unidade de Habitação de Marselha (1952) surge como um exemplo paradigmático desta noção, onde Le Corbusier representa o lugar da criança na cobertura, com a introdução de um conjunto de elementos lúdicos - jardim-de-infância, piscina, teatro ao ar livre, etc. - necessários à promoção de uma vida livre do tráfego caótico da cidade. A localização sob céu aberto e o contacto com a natureza introduz ainda a ideia defendida na época de que a relação com o ar livre e a exposição solar favorecia o desenvolvimento saudável da criança e, como tal, devia fazer parte da sua rotina diária.

Por oposição, e como crítica a esta visão funcionalista, surge uma nova abordagem que defende uma relação mais próxima da arquitetura com a complexidade da vida quotidiana. Neste momento, o grupo conhecido como *Team X*<sup>3</sup> adquire um papel fundamental que

2. A carta de Atenas, formulada nos CIAM 4 (1933), aparece inicialmente numa pequena publicação realizada por Le Corbusier. A sua apresentação integral em inglês surge pela primeira vez na obra de Sert, *'Can our cities survive?'*(Kozlovsky, 2013).

3. O grupo integrava então John Voelcker, George Candilis, Alexis Josic, Shadrach Woods, Aldo van Eyck, Jaap Bakema, Giancarlo de Carlo, Van den Broek, Ralph Erskine, Stefan Warweka e o casal Smithson, Alison e Peter. Foi constituído em 1954 enquanto comité responsável pela organização dos CIAM 10 (Dubrovnik, 1956).

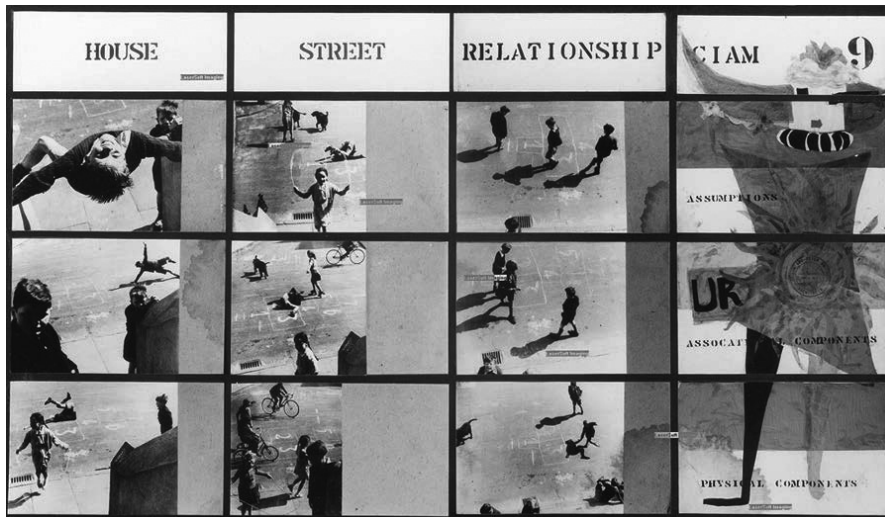


Fig.26

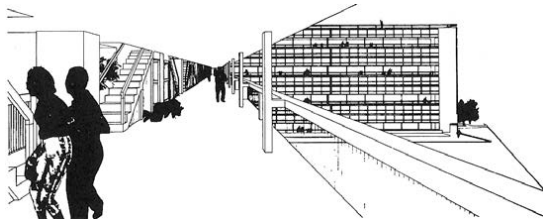


Fig.27

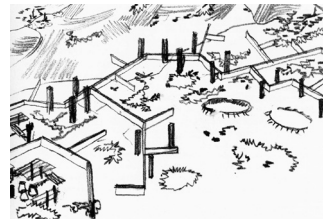


Fig.28

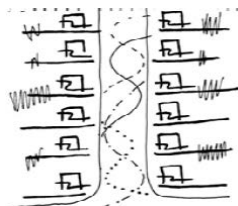


Fig.29

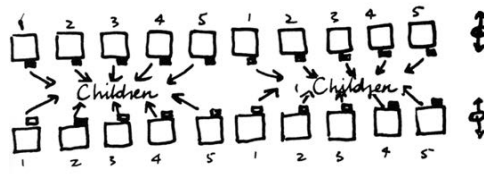


Fig.30

**Figura 26** | 'Urban re-identification grid' (detalhe parcial), CIAM IX em Aix-en-Provence | Alison e Peter Smithson, 1953

**Figura 27** | 'Streets in the sky', Golden Lane | Alison e Peter Smithson, 1952

**Figura 28** | Estudo da malha da rua em conjugação com a circulação vertical, Golden Lane | Alison e Peter Smithson, 1952

**Figura 29 e 30** | Diagramas com as áreas de contacto social numa rua e dos padrões de associação das crianças na rua | Alison e Peter Smithson

recorre mais uma vez à imagem da criança, mas agora com uma perspectiva renovada - as fotografias utilizadas por Sert que retratavam a vulnerabilidade da infância face ao contexto urbano dão lugar à criança feliz que brinca e se apropria do espaço público enquanto agente ativo e cidadão.

Neste âmbito, o casal inglês Alison e Peter Smithson assume uma posição determinante na divulgação dos ideais do grupo, nomeadamente através do seu painel *Urban re-identification grid*, apresentado em 1953 no CIAM 9 em Aix-en-Provence (Fig.26). Neste painel os Smithsons organizaram uma série de fotografias de crianças a brincar nas ruas do bairro de Bethnal Green, da autoria do artista e fotógrafo experimental inglês Nigel Henderson (1917-1985) – membro do *Independent Group*, do qual os Smithsons também faziam parte. Estas surgem como forma de valorizar a espontaneidade infantil em relação ao espaço, sugerindo novas formas de associar diferentes funções espaciais, o que contesta o perigo da ‘rua’ modernista causado pela ausência de controlo funcional e planeamento urbano (Heuvel, 2006).

Nesta ótica, a rua é mais do que um meio de circulação, é um palco para a ‘expressão social’, onde se constrói a identidade, relações de afeto e o sentimento de segurança (Smithson, 1968). Apesar de nunca ter chegado a ser construído, no seu projeto para *Golden Lane* (1952) os Smithsons pretenderam explorar o conceito de ‘ruas aéreas’, propondo uma segunda ‘camada de cidade’. Estas ruas serviriam como forma de relacionar a verticalidade dos edifícios da cidade moderna, de modo a que não se diluísse o contacto social e as relações de vizinhança que ocorriam na rua tradicional:

*“The street is an extension of the house; in it children learn for the first time of the world outside the family; it is a microcosmic world in which the street games change with the seasons and the hours are reflected in the cycle of street activity.”* (Smithson, 1968, p.78)

A casa, a rua, o bairro, a cidade estão em relação direta, sem a imposição de limites rígidos, o que favorecerá o sentido de comunidade que encontra na criança o potencial humano para a regeneração social e urbana. Esta consciência coloca o arquiteto numa relação interdisciplinar com a arte, o urbanismo, a antropologia e a sociologia, ao intervir de forma integradora, em sintonia com as aspirações da sociedade.

Para além dos Smithsons, também Aldo van Eyck utilizou a figura da criança a brincar no espaço urbano para sustentar as suas ideias. Van Eyck concebeu também a sua própria ‘grelha’ apresentada no CIAM 10 em Dubrovnik (1956), a qual designou por ‘*Lost identity*’ (Fig.31). Esta resulta da junção de quatro painéis compostos por textos seus sobre a relação

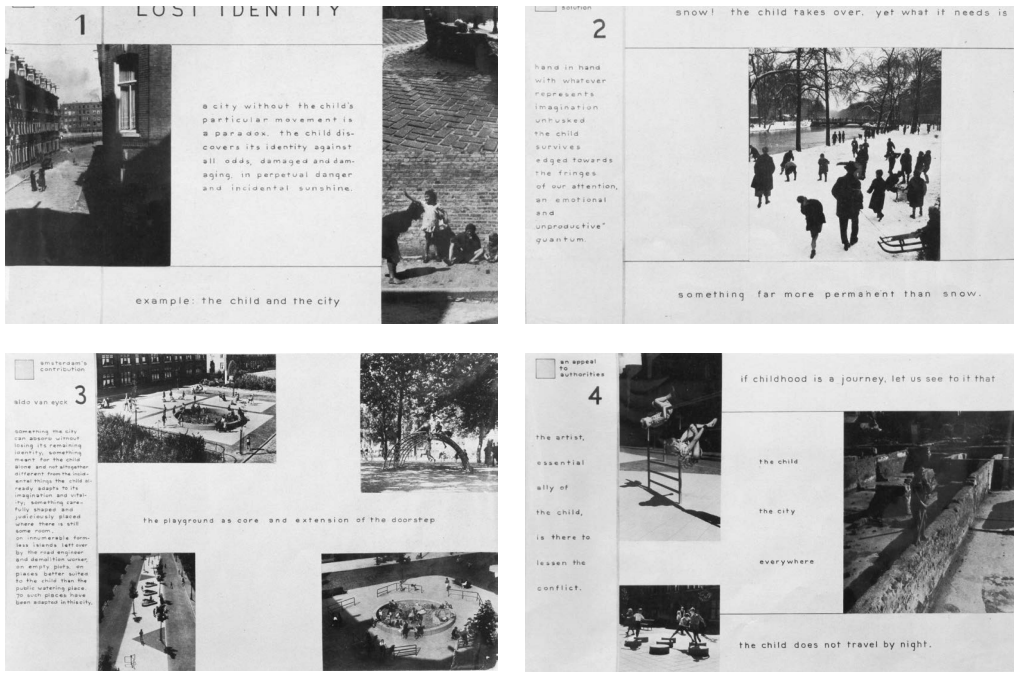


Fig.31



Fig.32



Fig.33



Fig.34



Fig.35

Figura 31 | 'Lost identity grid', apresentada no CIAM X em Dubrovnik | Aldo van Eyck, 1956  
 Figura 32 e 33 | Zeedijk antes e depois | Aldo van Eyck, 1956  
 Figura 34 e 35 | Buskenblaserstraat antes e depois | Aldo van Eyck, 1956



da criança com a cidade e por fotografias de crianças a brincarem na rua e nos parques<sup>4</sup> que o próprio desenhou na cidade de Amesterdão. A ‘grelha’ expunha um conjunto de reflexões que conduziriam à obtenção de melhorias imediatas na cidade, através de intervenções delicadas, com utilização de poucos recursos, construídas em prol das crianças e da sociedade que através delas se revitaliza (Heuvel, 2006).

Aldo van Eyck leva esta abordagem mais longe do que qualquer outro membro do *Team X*, fazendo da criança o elemento central para o seu discurso teórico. Segundo ele, o arquiteto tem o papel de satisfazer a necessidade da criança ter de um lugar para expressar a sua identidade, que é também um reflexo da necessidade de todos os homens:

*“What the child needs is what we need - just that: places where we can be what we are: children unto ourselves, from birth to death - somewhere. Somewhere! to establish somewhere is task of architects.”* (Van Eyck citado por Kozlovsky, 2013, p.237)

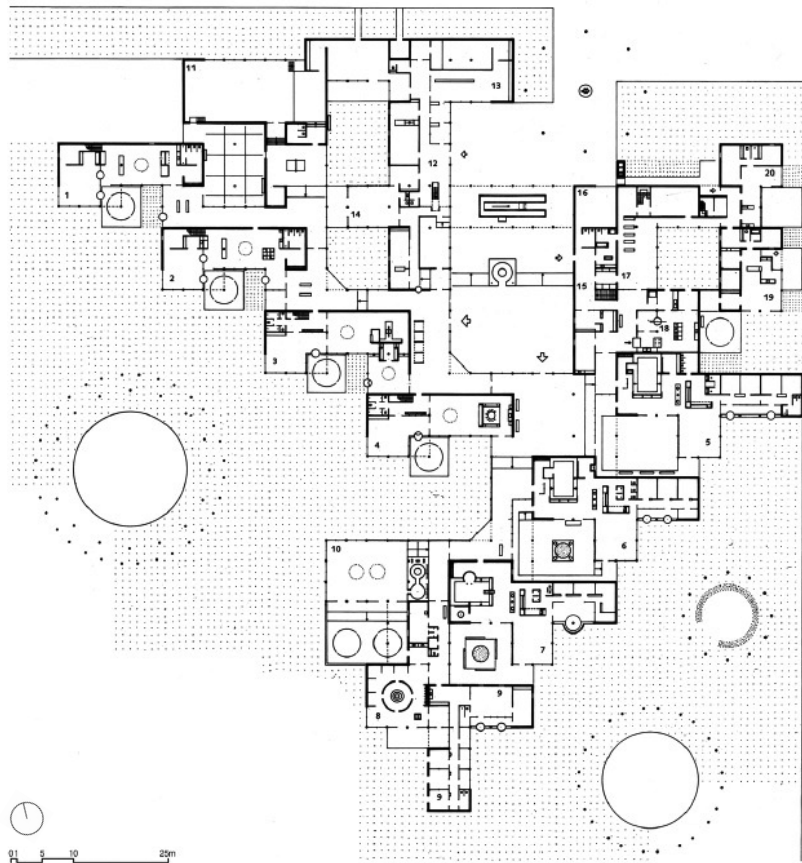
Neste sentido, os seus parques infantis constam como os primeiros exemplares a fazer a interpretação experimental das suas ideologias em relação à importância da criança (Fig. 32-35). Tratam-se de intervenções pontuais, modestas e sensíveis que, numa escala global, produziam um notório impacto regenerativo na cidade. Contando, com a participação das crianças e da dinâmica lúdica e criativa que as envolve, estes ajudavam a gerar um sentido de identidade e de comunidade entre os habitantes da cidade, facto que foi reconhecido, tanto pelos seus companheiros do *Team X* como pelos membros do CIAM:

*“A formerly useless piece of waste ground has been transformed, by an extremely careful layout, into an active urban element. One needs only to provide the opportunity and we – the public, who are also maybe children of a kind – will know how to use it.”* (Giedion citado por Strauven, 1998, pp.238-239)

A par dos parques infantis, que representam uma intervenção de carácter urbano, também os edifícios por si projetados confirmam as suas convicções, dos quais merecem destaque o Orfanato Municipal de Amesterdão (1955) e a ‘*Hubertus House*’ ou casa para mães/pais solteiros com filhos (1973). Estas obras, para além de serem representativas dos seus princípios teóricos, constituem-se exemplares significativos para a temática deste trabalho, pelo que serão abordadas seguidamente com mais detalhe. Estas permitirão estabelecer importantes reflexões acerca do papel da arquitetura e da sua materialização na relação com a infância, particularmente quando esta se torna lugar de acolhimento para crianças e jovens retirados de um contexto familiar estável.

---

4. Aldo van Eyck já tinha cerca de dez anos de experiência na conceção de parques por toda a cidade, tanto nas novas áreas de expansão como no centro histórico. Estes parques ocupavam locais danificados pela Segunda Guerra Mundial, assumindo assim uma nova função temporária para as crianças brincarem.



1-Rapazes 14/18; 2-Raparigas 14/18; 3-Rapazes 10/14; 4-Raparigas 10/14; 5-Crianças 6/10; 6- Crianças 4/6; 7-Crianças 2/4; 8-Bebês; 9- Enfermaria; 10- Hall festivo; 11- Teatro e ginásio; 12-Espaço equipa técnica; 13-Administração; 14-Sala do pessoal; 15- Espaço técnico; 16-Garagem; 17-Sala de estar principal; 18-Cozinha principal; 19- Residência do pessoal; 20-Entrada de bicicletas

Fig.36



Fig.37

**Figura 36** | Planta do Orfanato Municipal de Amesterdão, piso 0 | Aldo van Eyck, 1955

**Figura 37** | Pátio de acolhimento no Orfanato Municipal de Amesterdão | Aldo van Eyck, 1955

No Orfanato de Amesterdão torna-se evidente a dimensão terapêutica que Aldo van Eyck coloca na arquitetura. Existe a procura de criar um ambiente que responda às necessidades físicas, e principalmente emocionais destas crianças e jovens, no sentido de as preparar para o retorno à sociedade:

*“What I wanted to do was to take this children - just ordinary children twisted - and gather them together by means of architecture in such a way that they can return to society untwisted.”* (Van Eyck, 1961, citado por Kozlovsky, 2013, p.245)

Aldo van Eyck propõem um programa repartido por oito unidades funcionais independentes, dividindo os 125 ocupantes por grupos com sexos e faixas etárias distintas. Estas unidades relacionam-se por meio de ‘ruas interiores’ pontuadas por pátios onde é estimulada a convivência entre residentes. As ‘ruas’ definem-se por dois gestos diagonais que rompem com a ideia de longo corredor e distribuem, por um lado, as unidades dedicadas aos jovens com idades entre os 10-14 e 14-18 anos e por outro, as unidades que acolhiam as crianças com 2-4, 4-6 e 6-10 anos.

As várias unidades funcionais estabelecem-se segundo uma regra geométrica modular que dá lugar a tipologias específicas, adaptadas a cada nível etário. Tanto no interior como no exterior, cada unidade funciona como uma pequena casa. Assim, apesar da sua composição aparentemente rígida, Aldo van Eyck tem a preocupação de criar diversidade, atribuindo a cada unidade características próprias, através da introdução de elementos lúdicos adaptados à idade e ao nível de autonomia dos seus utilizadores.

A relação destes pequenos núcleos é efetuada por um conjunto de espaços de articulação entre interior e exterior, público e privado que pretendem estabelecer diversos tipos de interação e dissipar a ideia de hierarquia espacial. São estes espaços limiaries que conferem coerência ao conjunto de unidades autónomas que, por sua vez, permitem uma maior relação de proximidade e apropriação dos residentes. É nesta ordem de ideias que Aldo van Eyck refere que o edifício deve ser como uma pequena cidade e a cidade como um grande edifício pois, como o próprio afirma: “[...] *what is large without being small has no more real size than what is small without being large*” (Van Eyck citado por Strauven, 1998, p.300).

Do mesmo modo, os lugares limiaries contemplados por van Eyck representam também a oportunidade de abrir o edifício para a cidade e estabelecer uma relação com o contexto envolvente. O grande pátio de acolhimento é um elemento representativo desta ideia, funcionando como um espaço de articulação semiurbano (Fig. 37). Segundo Strauven (1998, p.289), este pode ser considerado uma extensão do domínio público que convida as crianças



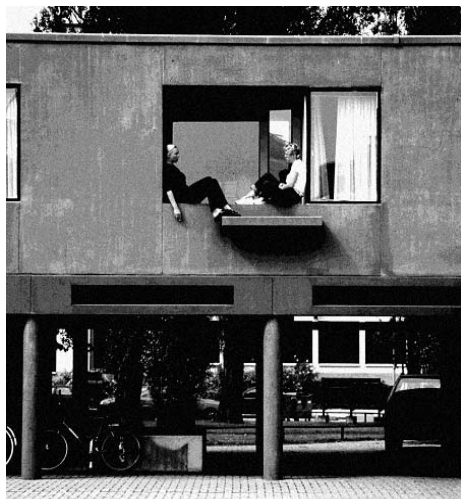


Fig.38



Fig.39



Fig.40

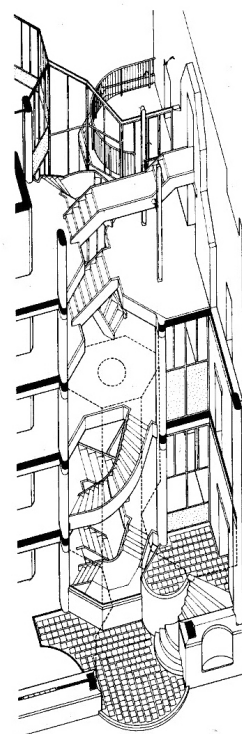


Fig.41

Figura 38 e 39 | Orfanato Municipal de Amesterdão | Aldo van Eyck, 1955

Figura 40 | Hubertus House | Aldo Van Eyck, 1973

Figura 41 | Axonometria da escada central da Hubertus House | Aldo Van Eyck, 1973



da vizinhança a brincarem com aquelas que habitam no Orfanato. Neste sentido, o próprio arquiteto conclui que “[...] *a coisa mais importante é não abrigar estas crianças num paraíso verde beneficente, não as excluir da realidade*”, sendo que esta noção de ‘realidade’ só pode ser conseguida através do diálogo entre o edifício e a cidade (Van Eyck citado por Maia, 2012, p.87).

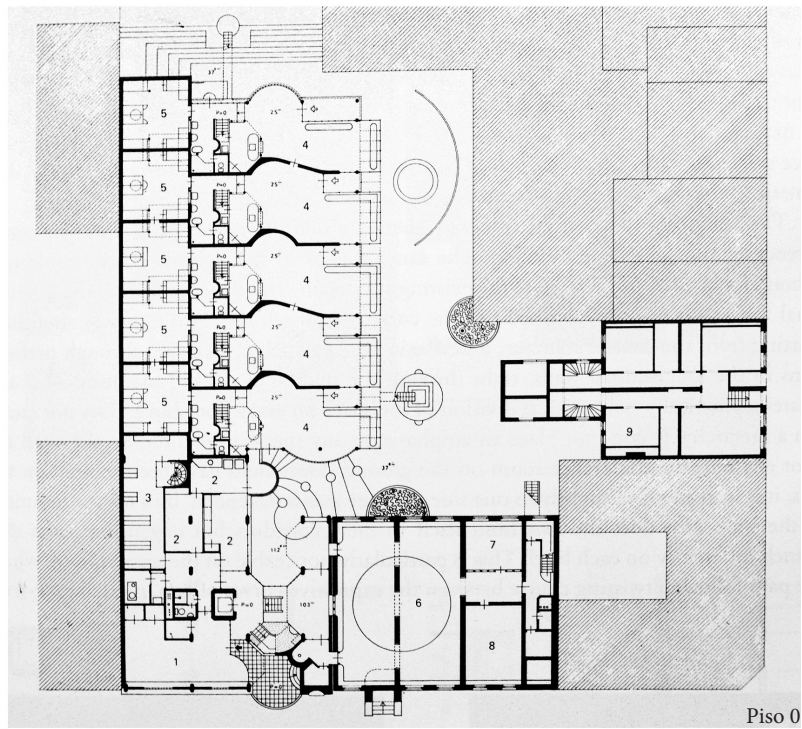
Deste modo, a grande pretensão de Aldo van Eyck passava por criar um edifício que interferisse ativamente na vida dos seus utilizadores, de forma a que estes fossem descobrindo os seus atributos lúdicos tais como a cozinha das panquecas, o teatro de marionetas, as peças de mobiliário que caracterizavam os diferentes espaços externos ou mesmo elementos mais simples como o círculo desenhado no pavimento que marca os movimentos e as brincadeiras das crianças (Fig.39).

Para van Eyck, faz parte do papel do arquiteto materializar um ‘regresso a casa’ que sustente o sentimento de pertença e isto só é possível se a arquitetura criar lugares que sirvam cada ocasião (Van Eyck citado por Smithson, 1968, pp.102-104). É este pensamento que faz com que cada espaço do Orfanato seja pensado de modo a que a criança ou o jovem possa interagir e identificar-se com ele, retirar-lhe o carácter anónimo e atribuir-lhe um uso e significado próprio.

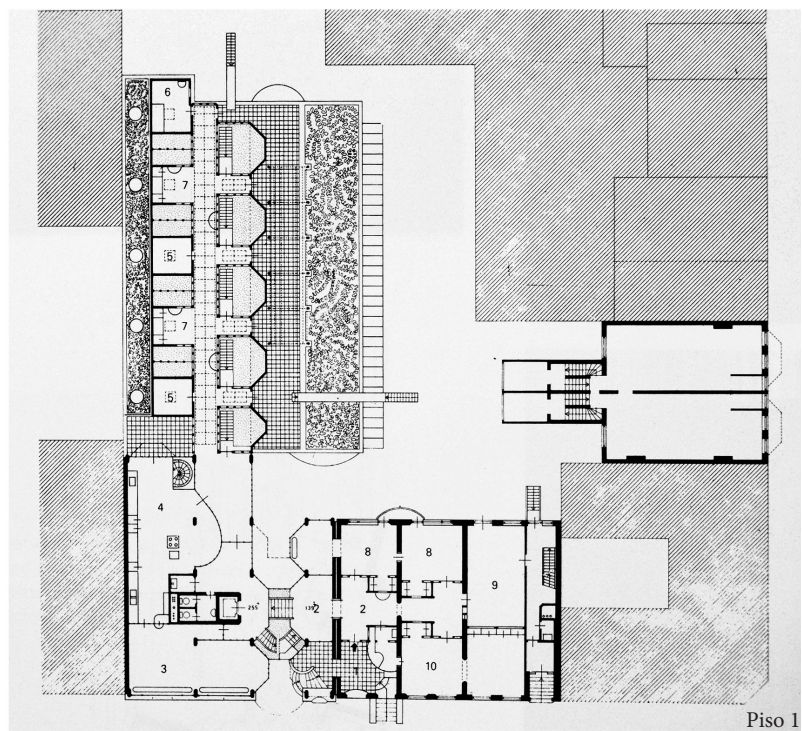
Com um programa que se relaciona em muitos aspetos com o Orfanato, a *Hubertus House* surge posteriormente como intuito não só de acomodar crianças temporariamente separadas do seu ambiente familiar, como também, servir de residência para pais e respetivos filhos que por qualquer motivo precisem de apoio.

Nesta obra, um dos aspetos mais importantes a ter em conta prende-se com a necessidade de gerar uma dualidade entre interior e exterior, uma vez que, ao mesmo tempo que se fornece um abrigo seguro e acolhedor, a inserção destas famílias na comunidade já deve estar a ser preparada. Por isso, é fundamental preservar a abertura com o meio envolvente, o que acontece neste caso através da relação de transparência entre o edifício e a rua.

Ao contrário do Orfanato, a *Hubertus House* é desenhada para um contexto urbano específico, onde o novo volume proposto faz a articulação entre os dois edifícios do século XIX que também integram a instituição, colocando em relação o contemporâneo e o preexistente. Aldo van Eyck não faz da sua obra um elemento autónomo e desvinculado, mas confere-lhe a sua própria identidade sem que este perca a coerência urbana. Tal como refere Strauven (1998, p.582), “[...] *it can learn the language of the city and invest the urban context with meaning.*”



1-Parque bicicletas; 2-Lavandaria; 3-Despensa; 4-Crianças 1/6; 5-Quartos; 6-Sala de brincar; 7-Área técnica; 8-Arrumo



1- Entrada; 2-Hall; 3- Cafeteria; 4-Cozinha; 5-Sala de visitas; 6-Quarto vigilante; 7-Espaços de brincar; 8-Direção; 9-Sala de reuniões; 10-Administração; 11-Cobertura ajardinada

Fig.42

Figura 42 | Plantas do piso 0 e piso1 da Hubertus House | Aldo Van Eyck, 1973

Assim, a fachada envidraçada recua subtilmente, conduzindo ao ponto de acesso do edifício e à escada que faz a relação entre o novo e o antigo, num jogo dinâmico constante que cruza visitantes e moradores mas que, ao mesmo tempo, filtra os acessos de modo a que estes sigam percursos distintos e a autonomia das famílias seja assegurada (Fig. 41).

Deste modo, os espaços associados à grande fachada envidraçada acomodam as áreas comuns, como a cantina e salas de grupo, convidando a um diálogo contante com a cidade; e no edifício preexistente que lhe é adjacente localiza-se a administração com os respetivos gabinetes e no último piso os espaços de habitação dos pais com quartos privados e salas comuns. Os espaços de alojamento das crianças desenvolvem-se no edifício baixo que delimita o pátio no interior do quarteirão. Aqui van Eyck quebra com a ideia de espaço amplo e despersonalizado, criando à semelhança do Orfanato, cinco unidades distintas que funcionam como pequenas casas autónomas, com as quais estas crianças se podem identificar mais facilmente. Estas unidades têm acessos independentes, funcionando como uma pequena cidade na sua relação com o pátio exterior.

Por dentro e por fora, nos espaços privados da habitação e nos coletivos, onde todas as crianças interagem em conjunto, Aldo van Eyck constrói uma narrativa lúdica através da cor, do mobiliário e dos próprios elementos construtivos. Narrativa essa que é essencial para as vivências diárias das crianças, principalmente destas que apresentam uma condição particularmente frágil.

Esta sensibilidade e atenção da arquitetura em relação à criança faz com que hoje, apesar das circunstâncias se terem alterado drasticamente - e do papel da infância aparecer, neste contexto, desvanecido<sup>5</sup> - as lições retiradas das obras realizadas e ideologias deste período, não deixem de ser fundamentais para a afirmação do compromisso da arquitetura para com a criança, na criação de espaços que reconhecem e vão de encontro às suas necessidades e características singulares.

---

5. A importância do tema da criança para a cultura arquitetónica e para a sociedade em geral, entra em declínio depois do período do pós-guerra. Conforme refere Koslovsky, *"once stability and security has been established, other dynamics could take hold, such as the personal quest for higher standards of living or the shift to a competitive market economy, forces that no longer necessitated placing the child at the center of social policy and cultural imagination"* (Koslovsky, 2013, p.250).

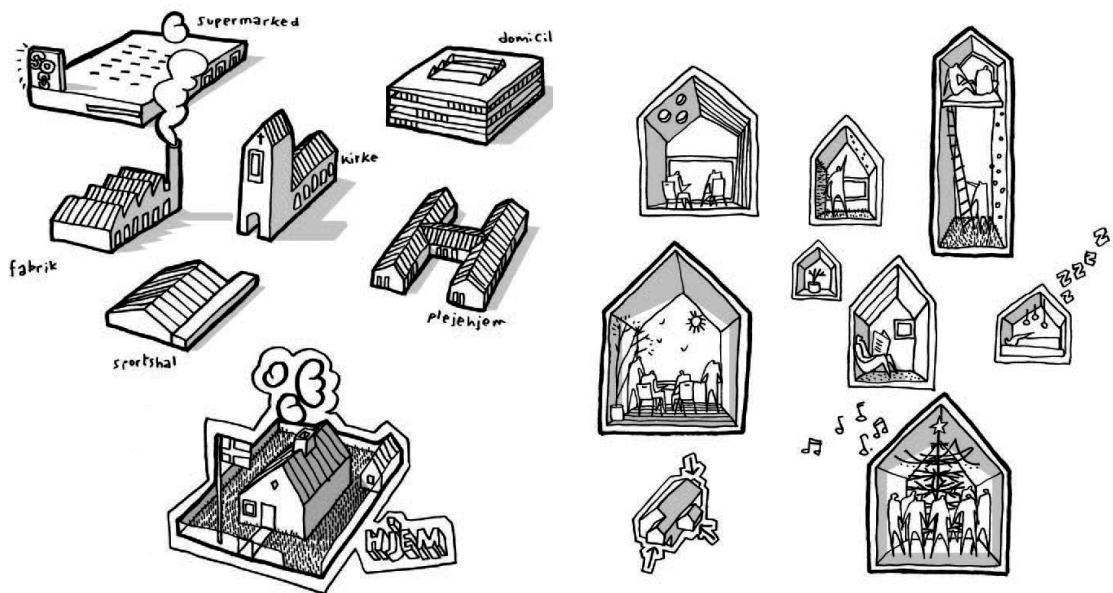


Fig.43

### 3.2. 'ARQUITETURAS DE ACOLHIMENTO': O CONTRIBUTO DO ARQUITETO

Com base na reflexão anteriormente realizada, onde se coloca em relação a arquitetura com a figura da criança, procuramos agora compreender que papel caberá atualmente ao arquiteto na construção dessa mesma relação, principalmente na presença de programas que contemplam o acolhimento de crianças/jovens.

Enquanto necessidade e direito fundamental do Homem, a arquitetura terá também neste contexto um contributo determinante, uma vez que é através dela que definimos o nosso lugar no mundo e o modo como nele vivemos; determinamos a nossa identidade na relação com o espaço e o espaço determina o modo como atuamos, de uma forma recíproca. Como afirma Rasmussen (1998, p.13) “[...] nenhuma outra arte está tão intimamente ligada à vida quotidiana do homem, do berço à sepultura.”

Será então responsabilidade do arquiteto responder atentamente às necessidades de cada indivíduo (ou conjunto de indivíduos), compreender o cenário que o envolve, as suas aspirações e limitações, adequando a forma como organiza o espaço às especificidades de cada programa e às características ambientais que este evoca. É neste sentido que Fernando Távora (1982, p.68) alerta para a frequência com que “[...] os espaços criados através da arquitetura não funcionam cabalmente, e isto porque se atraiçoa uma realidade que se conhece, se ignora tal realidade ou os próprios utentes de tais espaços não sabem aquilo de que necessitam.” Entendemos assim, que dominar a realidade subjacente ao projeto arquitetónico torna-se uma premissa fundamental para que a arquitetura cumpra o seu propósito estético, funcional e simbólico. Tal domínio implica a interpretação fiel e rigorosa do contexto aos olhos do arquiteto, que se sustentará também na visão dos seus ‘utentes’, mesmo que isso passe pela descodificação das incertezas que estes revelam face à obra desejada.

As *casas de acolhimento* para crianças e jovens representam um cenário onde esta interpretação atenta do arquiteto relativamente à realidade que envolve o projeto se torna absolutamente determinante, devido à complexidade e especificidade das problemáticas que envolvem os seus utilizadores e às repercussões que tais problemáticas representam ao nível espacial.

Assim, uma vez definido o contexto de atuação, os utilizadores e a realidade que lhes está subjacente, o que se espera do arquiteto e da arquitetura dos espaços de acolhimento para crianças e jovens?

Tal como temos vindo a constatar ao longo deste trabalho, a partir da introdução do





Fig.44



Fig.45



Fig.46



Piso 0



Piso 1

1-Administração; 2-Quartos; 3-Espaço comum da unidade; 4-Sala de atividades; 5-Residência do pessoal; 6-Sala comum geral; 7-Sala do pessoal; 8-Cozinha geral; 9- Lavandaria; 10-Arrumos; 11- Vestiário; 12-Gabinete de apoio

Fig.47

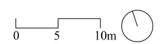


Figura 44 à 46 | Vista exterior; Enquadramento da instituição com a envolvente; Sala de atividades piso 1 | CEBRA 2014  
 Figura 47 | Plantas dos pisos 0 e 1 | CEBRA 2014

modelo familiar<sup>6</sup> nas práticas de acolhimento de crianças e jovens em perigo, torna-se evidente a ideia de rutura com o carácter *macro institucional*. Esta mudança de paradigma faz com que se transite de uma tipologia arquitetónica de grande escala, para uma ideia de instituição que se assemelhe a uma casa familiar, promotora de experiências de vida normalizadas. Toma-se a imagem da ‘casa’, ou o sentimento de ‘estar em casa’ como um princípio subjacente ao programa das *casas de acolhimento*. As noções de disciplinarização e controlo, associadas à instituição, ganham na ‘casa’ contornos capazes de respeitar a individualidade e liberdade de cada individuo, bem como sustentar a necessidade de refúgio e proteção.

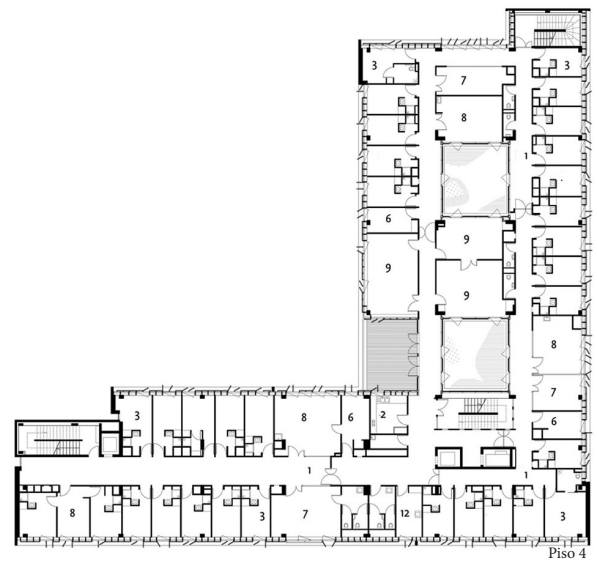
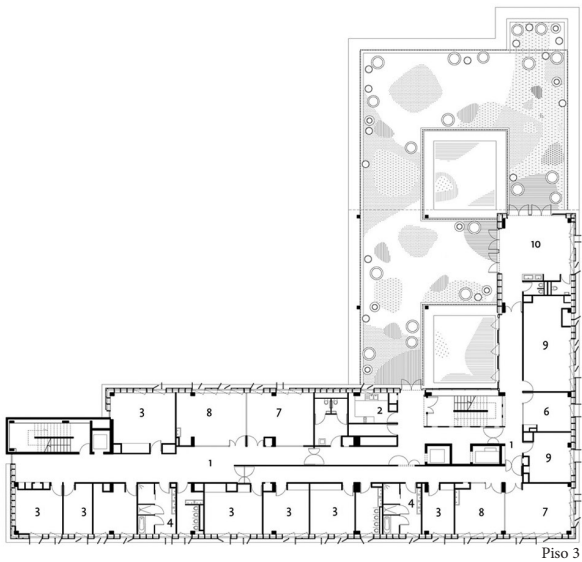
Quando Francs van Meurs descreve a Aldo van Eyck as suas intenções em relação ao Orfanato Municipal de Amesterdão, procura de algum modo posicionar o papel do arquiteto relativamente a este duplo entendimento dos espaços de acolhimento. É interessante perceber que este não se prende com a enumeração de um conjunto de funções ou de requerimentos técnicos a considerar, mas com uma reflexão que expressa os significados e as vivências que se pretendem alcançar através da arquitetura:

*“What do we desire from the architect? What we do not desire is a large, oppressive building whose massive volume suggests a house where children are locked up and away from the world. It is the very opposite we are after – a friendly open home, whose fanciful outward form and snug, well-proportioned internal arrangement give the children staying there a feeling of being home, safe sound. No endless corridors and doorways, where the child can get lost, but links between the various areas of habitation and resort, links ingeniously forged which do nothing to disrupt the conviviality of a communal dwelling.”* (Van Meurs, citado por Strauven, 1998, p.287)

A arquitetura destes equipamentos parte para uma perspetiva que se pretende inclusiva, com a qual as crianças e jovens se consigam identificar e sentir que pertencem. A *Children’s Home of the Future* (2014) projetada pelo atelier CEBRA na Dinamarca (Kerteminde), parte precisamente do princípio de anular a ideia de instituição através da imagem da casa, recorrendo mesmo à sua iconografia como tema de projeto (Fig.43). A composição integra um conjunto de volumes com telhados de duas águas que remetem para as construções circundantes, integrando o edifício na paisagem sem que este denuncie, à partida, o programa que acolhe (Fig.44).

Ao todo, a *Children’s Home of the Future* é constituída por quatro unidades residenciais onde são recebidas crianças e jovens com diferentes faixas etárias. Estas unidades integram unicamente quartos individuais, de modo a assegurar a privacidade de cada residente e

6. Conceito abordado no capítulo 1.3. O modelo familiar precede ao modelo institucional. Este defende que as crianças e jovens em perigo devem integrar lares de tipo familiar em oposição às *macro instituições* características do modelo institucional. Neste modelo as crianças integram-se na comunidade e nos seus serviços, procurando padrões de vida normalizados (Del Valle, 2009).



1-Unidade Funcional; 2-Copa; 3-Quarto; 4-Banho comum; 5-Sala polivalente; 6-Gabinete técnico; 7-Sala de estar; 8-Sala de refeições; 9- Sala de atividades (mediateca, ginásio, sala de estudo, sala de leitura); 10- Jardim de infância; 11- Capela; 12-Sala de Visitas; 13-'Lavandaria pedagógica'

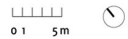


Fig.48

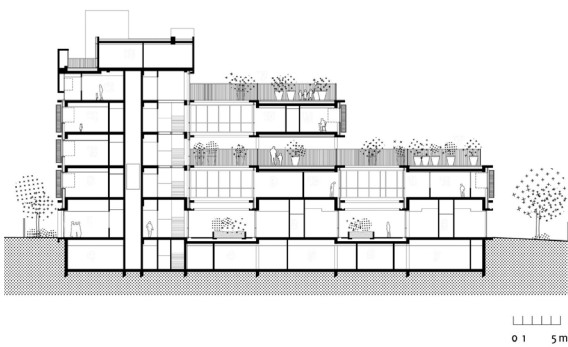


Fig.49



Fig.50

**Figura 48** | Plantas dos pisos 1 ao 4 | Marjan Hessamfar e Joe Vérons, 2013  
**Figura 49** | Corte longitudinal | Marjan Hessamfar e Joe Vérons, 2013  
**Figura 50** | Vista exterior | Marjan Hessamfar e Joe Vérons, 2013



uma sala/cozinha própria, onde os grupos se podem reunir e socializar. Aqui os arquitetos procuraram introduzir um conjunto de variações volumétricas às quais associam as unidades, eliminando a ideia de longo corredor referida por Van Meurs. Cada unidade articula-se através de uma ‘unidade central’ que contém os espaços administrativos e os espaços de lazer comuns, onde os residentes são convidados a brincar, ler, estudar, ver filmes e a descobrir os seus pequenos recantos. Tal composição espacial permite às crianças e aos jovens escolher entre um ambiente mais íntimo, onde podem estar sozinhos, e um ambiente coletivo, onde têm a possibilidade de interagir com os restantes habitantes e equipa técnica. Esta dualidade torna-se fundamental, uma vez que o carácter coletivo destes equipamentos pode, por vezes, corromper a privacidade dos residentes. Por outro lado, também os espaços coletivos são fundamentais para o estabelecimento de vínculos afetivos e para a promoção da sua integração social (Silva, 2010).

Na *Children’s Home of the Future* os arquitetos tiveram ainda em conta a adequação dos espaços às diferentes faixas etárias dos residentes. Neste sentido, as unidades com crianças menores orientam-se para o jardim, permitindo o seu fácil acesso à área de jogos e a unidade dos adolescentes orienta-se diretamente para a rua, possibilitando maior contacto com a cidade e convidando os residentes mais velhos a integrarem-se no meio social evolvente. Para além disso, esta unidade é concebida de forma a estimular a autonomia dos jovens, através da inclusão de cozinhas e salas comuns associadas a cada quarto ou a cada dois quartos.

A ideia de reproduzir um ambiente acolhedor pode, no entanto, não estar imperativamente dependente da imagem da ‘casa’ familiar, até porque o conceito ‘familiar’ pode despertar nestas crianças e jovens diferentes interpretações. Tal como refere Gomes (2010, p.92), as *casas de acolhimento* poderão proporcionar “[...] um ambiente semelhante ao familiar, embora nunca se possam considerar uma família para as crianças e jovens que integram [...]”. Como tal, o arquiteto, consciente desta realidade, poderá intervir através do espaço como agente mediador da relação entre o ‘institucional’ e o ‘familiar’.

Ao analisar o projeto de Marjan Hessamfar e Joe Vérons para a *Maison d’Accueil Eléonor Roosevelt* (2013) em Paris, deparamo-nos com uma perspetiva que não procura remeter diretamente para espaços com um carácter doméstico. Dado o grande número e diversidade de ocupantes, os arquitetos optaram por distribuir as onze unidades que constituem o edifício por quatro andares destinados a faixas etárias distintas. Nesta obra, ao contrário do exemplo anterior, a distribuição vertical das unidades faz com que estas não apresentem uma relação direta entre si. Cada andar tem, para além dos respetivos quartos, o seu próprio espaço de



Fig.51



Fig.52



Fig.53



Fig.54

**Figura 51 à 53** | Vista dos espaços exteriores; Unidade das crianças dos 0-3 anos; Espaço de recreio exterior do piso 2, | Marjan Hessamfar e Joe Vérons, 2013

**Figura 54** | Fachada oeste, *Children's Center for Psychiatric Rehabilitation* | Sou Fujimoto, 2006

refeições, lazer, sala de estudo, espaço exterior, etc., sendo que, apenas o piso térreo onde se localizam os espaços técnicos e administrativos, funciona como ponto de encontro entre todos os residentes.

Assim, o edifício que numa primeira análise pode remeter para o conceito *instituição total*<sup>7</sup> apresentado por Goffman (2003) - dado o número de crianças que acolhe e a sua escala significativa - consegue criar uma dinâmica oposta através de uma estratificação de espaços que se dotam de diferentes características, uma vez que acomodam crianças e jovens com necessidades distintas.

O programa de cada unidade vai-se adaptando às respetivas faixas etárias: o quarto andar e o segundo destinam-se a crianças dos 0-3 e 3-6 anos, respetivamente, integrando um jardim-de-infância relacionado com o grande terraço, que funciona um importante elemento lúdico; o terceiro andar acolhe crianças dos 6-12 anos e inclui quartos triplos, duplos e individuais, bem como uma sala de estudo; numa lógica semelhante à utilizada pelo atelier CEBRA, estes arquitetos destinaram o primeiro andar aos jovens com 12-18 anos, uma vez que esta localização privilegiaria o fácil acesso ao exterior e potenciará uma maior interação com o espaço urbano envolvente. As unidades localizadas no primeiro piso dispõem de quartos individuais e espaços de lazer/atividades específicos, tais como o ginásio e a mediática.

O conceito de 'casa' encontra-se aqui patente na proximidade e singularidade dos espaços face às dinâmicas quotidianas dos residentes. Em cada unidade as crianças e jovens dispõem de ambientes diversificados aos quais se podem adaptar, identificar e apropriar. Deste modo, o sentido lúdico aqui empregado revela-se fundamental para a criação de um diálogo entre a arquitetura e os utilizadores. Os espaços de lazer e atividades da *Maison d'Accueil* contribuem para uma vivência estimulante que evoca a essência da criança, do jogo e da imaginação, independentemente das suas circunstâncias de vida. A dimensão lúdica da arquitetura toma uma preponderância significativa principalmente para os mais novos, o que faz com que este seja um aspeto importante a explorar de um ponto de vista terapêutico, face às problemáticas desta população.

Neste contexto, também Sou Fujimoto, no seu projeto para o *Children's Center for Psychiatric Rehabilitation* (2006) em Hokkaido, se serve desta questão para envolver crianças com problemas de saúde mental numa experiência espacial dinâmica e fluída. A aparente aleatoriedade gerada pelos diversos volumes que constituem o edifício cria uma diversidade

---

7. Conferir capítulo 2.2.

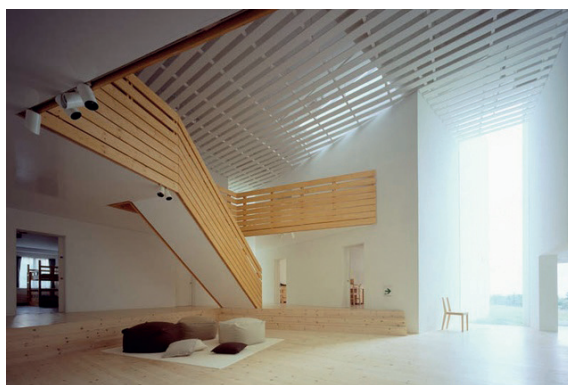


Figura 55 | Planta piso 0 | Sou Fujimoto, 2006  
Figura 56 e 57 | Espaços comuns interiores | Sou Fujimoto, 2006



de percursos, recantos e escalas que interagem com os utilizadores, oferecendo sempre novas descobertas.

Neste edifício, o arquiteto confere aos espaços a possibilidade destes se adaptarem às mais variadas necessidades diárias tanto das crianças como da equipa que as acompanha. Os espaços contidos no interior dos volumes correspondem aos espaços de dormir, consultas, reuniões, etc., e satisfazem as necessidades funcionais que requerem um ambiente mais sereno e privado. As outras atividades que envolvem a interação entre habitantes ocorrem nos espaços que conectam estes volumes.

Deste modo, Sou Fujimoto cria uma ambiguidade espacial que se torna essencial à participação das crianças na própria definição dos espaços. Cada utilizador pode determinar o seu lugar, seja ele mais intimista ou de relação com os restantes residentes. Aqui a arquitetura procura ir de encontro à necessidade de identificação de crianças que se veem deslocadas do seu meio natural de vida não através da imagem da ‘casa’, mas através da imagem de várias casas, representadas através dos espaços de maior intimidade. Estes espaços, no seu todo, introduzem o conceito de ‘cidade’, caracterizada pela sua diversidade e imprevisibilidade: “[...] like a large house and also like a small city, the intimacy of a house and also the variety of the city” (Fujimoto, 2008).

O contributo do arquiteto neste domínio passa então por uma leitura atenta da circunstância, de forma a criar ele próprio circunstância que contrarie os aspetos negativos e valorize os aspetos positivos (Távora, 1982, p.86). Tal leitura poderá (e deverá) suscitar diversas interpretações que configuram o habitar das crianças e jovens residencializados em espaços de maior ou menor escala, com carácter mais ou menos doméstico, em unidades residenciais mais ou menos interconectadas, com dinâmicas espaciais mais ou menos lúdicas, etc..

Porém, este contributo não é definível num conjunto de regras e regulamentações predeterminadas, mas no compromisso de uma procura constante para tal definição. Ou seja, caberá ao arquiteto colocar as questões certas em relação ao papel que desempenha, principalmente face a cenários tão complexos e delicados como este que aqui abordamos. Deste modo, é fundamental reconhecer que a sua intervenção representa apenas um elo da corrente de fatores que afetam as vivências destes sujeitos. Tal como conclui Fernando Távora:

*“Não se suponha ele o demiurgo, o único, o génio do espaço organizado – outros participam também na organização do espaço. [...] Que a par de um intenso e necessário especialismo ele coloque um profundo e indispensável humanismo. Que seja assim o arquiteto – homem ente os homens- organizador de espaço - criador de felicidade.”* (Távora 1982, pp.86-87)



## 4. CASOS DE ESTUDO

### 4.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

De forma a ilustrar os conteúdos abordados, selecionaram-se como casos de estudo três *casas de acolhimento* para crianças e jovens: a Casa da Infância Doutor Elísio de Moura (Coimbra, 1967), o Ninho dos Pequenitos (Coimbra, 1969) e a Casa do Canto (Chão de Couce, 2007). Estas casas possuem características distintas, de modo a comparar a forma como diferentes espaços e contextos dão resposta às necessidades dos seus utilizadores.

Esta escolha partiu, por um lado, da sua acessibilidade, de modo a permitir visitas regulares e o contacto com o espaço e as vivências que nele têm lugar. Por outro, procuraram-se situações representativas de diferentes realidades, que retratam a evolução e adaptação destes equipamentos ao longo do tempo: a Casa da Infância Dr. Elísio de Moura como representação de uma estrutura de carácter caritativo e assistencialista, o Ninho dos Pequenitos como elemento de charneira na mudança de paradigma das práticas de acolhimento, e a Casa do Canto como resposta ao atual panorama da residencialização de crianças e jovens e seus equipamentos.

Importa referir que não se procuram leituras de projetos exemplares, mas antes de obras que permitam aferir as dinâmicas patentes neste contexto em relação ao espaço. Ou seja, entendendo as vivências que têm lugar nestas instituições e as necessidades (relativamente ao espaço) que resultam destas mesmas vivências, podemos refletir sobre a arquitetura destes equipamentos e sobre os aspetos a ter em conta perante a sua especificidade.

A análise dos casos de estudo desenvolve-se em duas etapas: a primeira compreende o estudo de cada edifício isoladamente, através do seu enquadramento e respetiva interpretação espacial. A segunda parte corresponde à análise comparativa das três obras, onde são cruzados os dados recolhidos através das visitas, da observação participada e das entrevistas realizadas





aos Diretores Técnicos durante os meses de março e abril de 2016. A este respeito, as visitas revelaram-se momentos fundamentais para a compreensão das dinâmicas de funcionamento das obras e do seu contexto social, patente na interação dos utilizadores com o espaço, construído nas rotinas e nas relações interpessoais entre pares e técnicos. As entrevistas também desempenharam um papel crucial para a compreensão das práticas e necessidades das crianças e jovens acolhidas em função de questões que abordam os temas presentes na análise comparativa.

Nesta última análise, os casos de estudo serão analisados segundo os seguintes denominadores comuns: a **integração social**, a **apropriação** e a **vivência dos espaços**, que inclui a análise dos *espaços de socialização*, de *privacidade* e de *autonomia* dos três casos. Estes denominadores sustentam uma base de análise fundamentada em questões chave, apontadas por vários autores ao longo deste trabalho, e são também fruto do contacto com as respetivas instituições.

Por conseguinte, a análise comparativa dos casos de estudo explorará o papel dos espaços de acolhimento na **integração social** dos seus residentes e a influência do contexto geográfico para a questão. Esta variável também foi determinante para selecionar os casos de estudo, uma vez que a análise de equipamentos inseridos em diferentes contextos seria fundamental. Assim, a Casa da Infância surge como representação da inserção em meio urbano, a Casa do Canto em meio rural e o Ninho dos Pequenitos, também em meio urbano, tem a particularidade de se integrar num complexo de serviços.

Posteriormente pretende-se explorar o tema da **apropriação**, ao determinar como e até que ponto são apropriados/apropriáveis os espaços de acolhimento. Neste contexto, determinam-se quais as variáveis espaciais que potenciam, ou não, a apropriação e como é que as diferentes características dos edifícios respondem a esta necessidade.

Por sua vez, a questão da **vivência dos espaços** prende-se com a identificação de necessidades específicas ligadas às práticas quotidianas das crianças e jovens acolhidas. Assim, procuram-se analisar espaços associados aos momentos de *socialização*, *privacidade* e promoção de *autonomia*, apontados na revisão bibliográfica efetuada, como bases fundamentais no contexto da residencialização<sup>1</sup>. A identificação destes espaços permitirá comparar as suas particularidades e aferir de que forma é que a arquitetura absorveu a especificidade dos seus utilizadores nestas circunstâncias tão distintas.

---

1. Esta fundamentação bibliográfica será apresentada seguidamente, no desenvolvimento do respetivo tema.

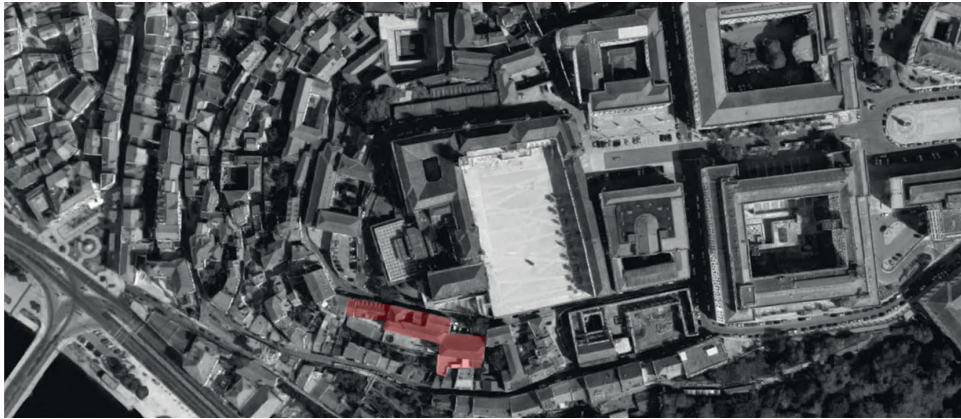
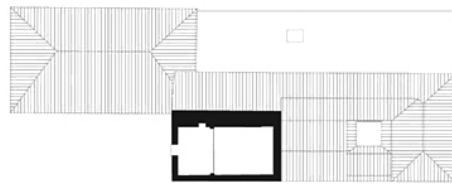


Fig.58



Piso RC



Piso 2



Piso -1



Piso 1



Fig.59

Figura 58 | Vista aerea da Casa da Infância

Figura 59 | Proposta de reconstituição do Colégio em meados do séc. XX

## 4.2. APRESENTAÇÃO DOS CASOS DE ESTUDO

### **Casa da Infância Doutor Elísio de Moura, Coimbra, 1967**

#### *Enquadramento*

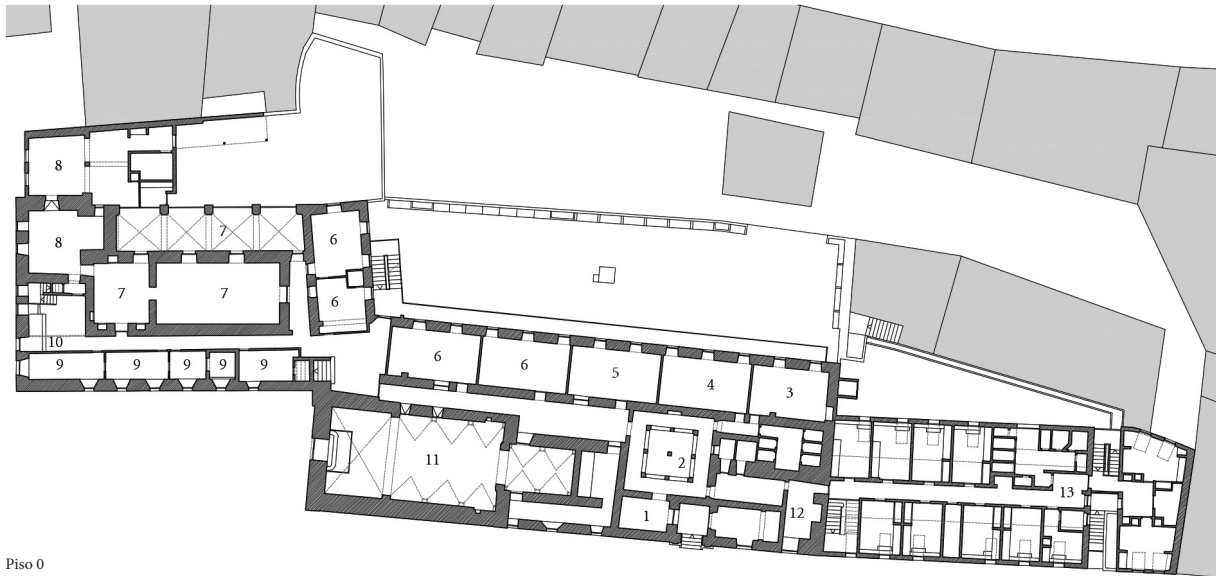
A Casa da Infância Doutor Elísio de Moura surge em plena Alta da cidade de Coimbra, numa relação de proximidade com a Universidade. Esta ocupa atualmente o antigo Colégio de Santo António da Pedreira, fundado em 1602 pelos religiosos Franciscanos e doado em definitivo à instituição em 1850, após a extinção das Ordens Religiosas (Casa da Infância Doutor Elísio de Moura, 1981).

Trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) que tem por objetivo acolher até 30 crianças e jovens em perigo, do sexo feminino e com idades compreendidas entre os 10 aos 18 anos, com eventual prolongamento até aos 21.

A instituição conta já com um longo passado assistencialista que remete à criação das Sociedades de Beneficência promovidas pela rainha D. Maria II em 1835. O então denominado Asilo da Infância Desvalidada de Coimbra, teve como primeira ocupação o antigo Colégio da Estrela, vindo apenas a estabelecer-se em definitivo na sua atual localização a 29 de outubro de 1837 (Casa da Infância Doutor Elísio de Moura, 1981; Raposo, 2000).

Com o estabelecimento do Asilo, o colégio sofre algumas transformações estruturais, fruto das necessidades inerentes ao programa, bem como das constantes adaptações de funcionamento que se relacionam maioritariamente com a dificuldade de subsistência da instituição. Note-se, por exemplo, que o funcionamento ocorria em regime de internato, enquanto lugar de residência e ensino, o que levou à adaptação de uma área do edifício em espaços de aula, de modo a acolher e instruir tanto os internos como outras crianças da Alta de Coimbra (Raposo, 2000).

Em 1922, ao assumir a presidência da instituição à qual veio a dar nome, o professor Elísio de Moura leva a cabo um conjunto de obras de manutenção no edifício do antigo Colégio, uma vez que este se encontrava muito degradado e sem condições de habitabilidade. É também sob a sua tutela que se confia o Asilo a uma instituição religiosa, realidade que vigora até aos dias de hoje e que instala uma nova dinâmica no funcionamento do edifício, sendo parte deste dedicado às áreas de habitação da Congregação. Para além disto, Elísio de Moura constrói a sua habitação no terreno contíguo à instituição, constituindo-se hoje parte integrante da Casa da Infância (Raposo, 2000).



Piso 0



Piso -1

1-Acesso; 2-Claustro; 3-Secretaria; 4-Sala de reuniões; 5-Sala de visitas; 6-Gabinete; 7-Refeitório; 8-Cozinha; 9- Despensa; 10-Acesso de serviço; 11- Capela; 12-Receção; 13-Unidade de autonomia; 14-Sala de aula museu; 15-Biblioteca; 16-Sala de estudo; 17-Sala do animador sociocultural; 18-Sala multiusos; 19- Arrumos; 20-Pátio

Casa-museu do Dr. Elísio de Moura ○

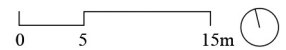


Fig.60

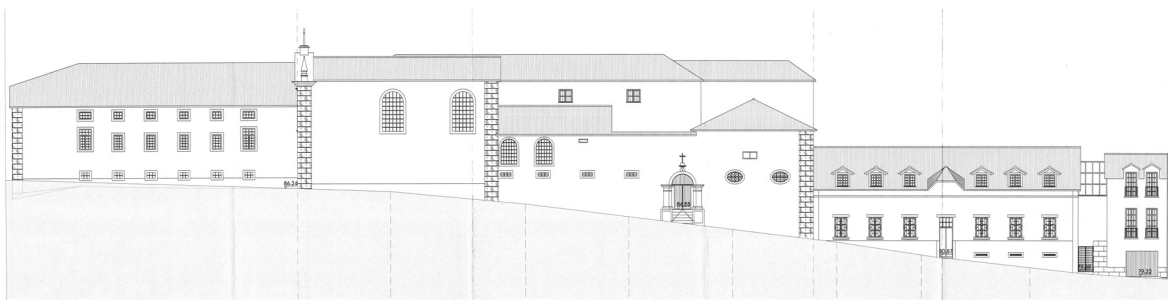


Fig.61

**Figura 60** | Plantas dos pisos 0 e -1 da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura  
**Figura 61** | Alçado norte da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura

## *Interpretação espacial*

O facto da Casa da Infância se tratar da adaptação de um edifício preexistente a este programa específico, faz com que seja um exemplo representativo de muitas instituições em Portugal, da mesma forma que nos coloca a questão da mudança de paradigma no acolhimento residencial, onde as *macro instituições*, da qual a Casa da Infância se pode considerar um exemplo, são postas em causa e se defende o recurso a espaços com características familiares (Martins, 2004; Gomes, 2010; Del Valle, 2009).

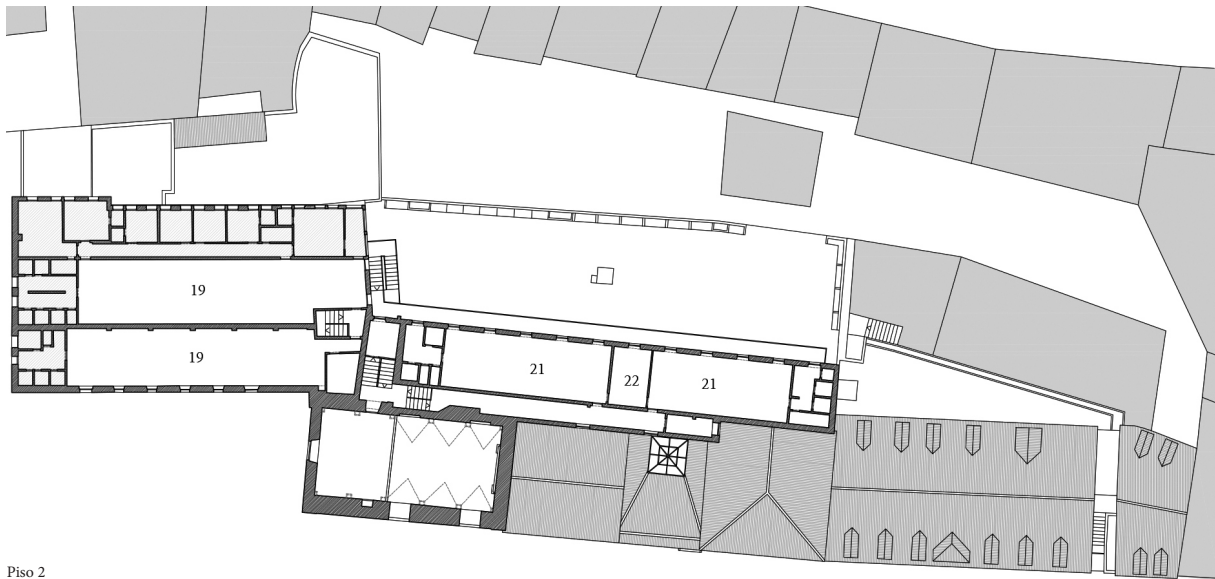
Neste sentido, instituições com este carácter tiveram e têm ainda de sofrer grandes reestruturações, desde o número de crianças/jovens acolhidas, até à criação de alternativas espaciais que permitam adaptar a estas grandes estruturas “*espaços diferenciados*” (Del Valle, 2009, p.13). Este modelo pressupõe assim a criação de *unidades funcionais* que são descritas pelas RTES como “[...] *um conjunto de espaços e compartimentos, fisicamente agrupados e devidamente apetrechados, que permite proporcionar às crianças/jovens ambientes confortáveis e humanizados, onde se assegura o alojamento, a alimentação, a higiene pessoal e o convívio*” (ISS, I.P., 2010a, p.28).

Com base nesta questão, a Casa da Infância é constituída atualmente pelo edifício do antigo Colégio, que acolhe duas *unidades funcionais* e o corpo de serviços comuns da instituição, assim como pela casa do Dr. Elísio de Moura que acolhe, no primeiro piso, uma *unidade funcional* de autonomia, isto é, um espaço de habitação independente aos serviços comuns da Casa e, no piso térreo, a casa-museu do antigo proprietário.

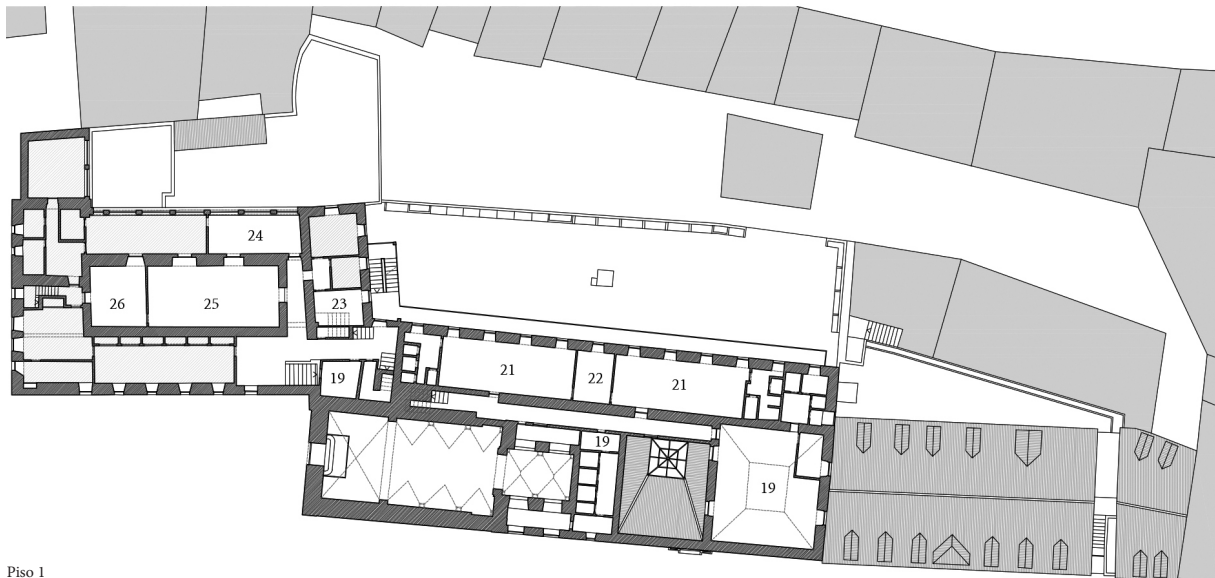
A entrada principal do edifício localiza-se na fachada norte do Colégio (Fig.61), dando acesso, a partir do pequeno claustro, tanto à referida *unidade de autonomia*, como a todos os serviços de apoio técnico e administrativo que ocupam o piso térreo, tais como a secretaria, gabinetes, sala de reuniões e visitas. O espaço do claustro assume uma importância determinante na filtragem dos visitantes e utilizadores que, percorrendo sua geometria quadrangular, definem diferentes percursos. O contacto das residentes com pessoas exteriores à instituição fica, salvo exceções, limitado a este espaço de receção, sem que seja posta em causa as dinâmicas de funcionamento da Casa ou a privacidade e segurança das crianças e jovens.

No volume a nascente está ainda compreendido o refeitório, assim como a zona de preparação de refeições com os seus respetivos arrumos. O refeitório é composto por três espaços que são utilizados em função do número de crianças/jovens presentes nos momentos de refeição, de modo que um grupo reduzido não tenha necessariamente que utilizar os





Piso 2



Piso 1

19- Arrumos; 21- Dormitório; 22-Quarto do monitor; 23-Escritório; 24-Sala da televisão; 25- Rouparia; 26- Enfermaria

Fig.62

Casa-museu do Dr. Elísio de Moura ○

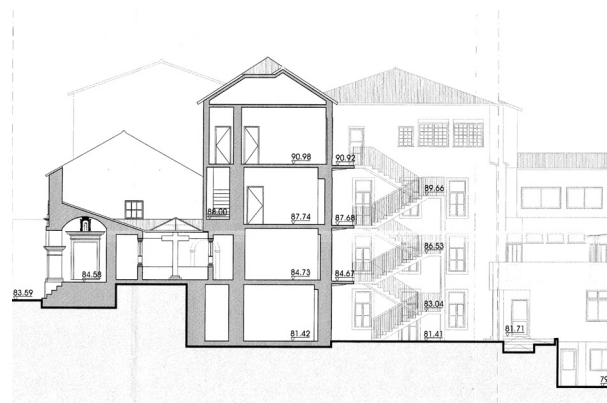


Fig.63

**Figura 62** | Plantas dos pisos 1 e 2 da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura

**Figura 63** | Corte transversal pela entrada principal da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura

espaços maiores, que se tornariam algo impessoais e desajustados.

No piso inferior, desenvolvem-se as áreas de atividades - biblioteca, sala do animador sociocultural e sala de estudo - correspondentes às salas de aula do antigo Asilo. Aqui, a expressão neutra das paredes brancas e do pavimento cerâmico contrasta com carácter lúdico associado a estas funcionalidades. Contudo, a relação direta com o grande terraço surge como um aspeto importante, permitindo estender muitas das atividades desenvolvidas para o exterior, que dialoga visualmente com a cidade ao mesmo tempo que garante a privacidade necessária. Grande parte da área deste piso é ainda ocupada por espaços de arrumos de acesso restrito, assim como uma sala polivalente, criada recentemente.

Relativamente aos espaços de alojamento, verifica-se que estes assumem a sua autonomia relativamente às áreas técnicas e às áreas de atividades, ocupando os pisos superiores do volume poente, sendo o lado nascente dedicado, de uma forma geral, aos espaços habitação da congregação religiosa aqui residente.

Cada piso acolhe uma *unidade funcional* constituída por dois grandes dormitórios, onde se integram também pequenos espaços de convívio. Os dormitórios seguem a estrutura das grandes camaratas preexistentes, sendo apenas fragmentadas pela inclusão do quarto do monitor da unidade, que ocupa uma posição central. O primeiro piso tem ainda a particularidade de conter a designada sala de televisão na qual as utilizadoras podem passar o seu tempo livre e socializar. Este é também o único espaço desta área a ser partilhado por ambas as unidades.

Deste modo, os pisos superiores dão lugar a vivências mais intimistas onde as jovens podem estabelecer relações de maior proximidade, pois cada área é da exclusiva utilização de um determinado grupo. Contudo, no que diz respeito aos dormitórios, identifica-se o prevalecimento do carácter coletivo, uma vez que a configuração do espaço não define concretamente o domínio pessoal de cada jovem.

Relativamente aos materiais utilizados na Casa da Infância, estes evidenciam, de um modo geral, a simplicidade e depuração das diferentes divisões, que surgem apenas caracterizadas pelos azulejos primitivos do refeitório e da capela e pela variação de pavimentos (na sua maioria cerâmicos) que compõe todo o edifício, fruto das diversas intervenções realizadas ao longo do tempo.



Fig.64



Fig.65



Fig.66



Fig.67



Fig.68

**Figura 64** | Vista aerea do Ninho dos Pequenitos  
**Figura 65 à 68** | Ninho dos Pequenitos na Quinta de Santa Cruz, 1934



## Ninho do Pequenitos, Coimbra, 1969

### *Enquadramento*

*“Instalámos pois, em Portugal métodos novos de trabalho; iniciámos diretrizes novas sobre cuidados Pró-Criança; difundimos regras de higiene infantil, inteiramente desconhecidas entre nós, onde, como obra de Proteção à Criança havia apenas o Asilo de Infância Desvalida e a herança da antiga Roda para enjeitados, ambas instituições nas mãos de mestres da douta Faculdade.”* (Bissaya Barreto citado por Pinho, 2010, p.85)

O Ninho dos Pequenitos surge no contexto nacional como uma obra de particular relevância na questão da defesa e assistência à infância tanto do ponto de vista das práticas, aqui implementadas de forma pioneira, como ao nível dos espaços de recreio e do mobiliário adaptado e concebidos com particular atenção à faixa etária a que se destinava. O Ninho assinala assim um momento de rutura com o modelo caritativo onde a criança era encarada como “[...] *uma espécie de adulto em ‘versão reduzida’*” (Caldeira, 2004, p.7).

A instituição como a conhecemos hoje está localizada na Quinta da Rainha, num complexo de serviços que inclui a Maternidade Bissaya Barreto (Fig.64). Esta destina-se a acolher até 20 crianças do sexo masculino e feminino, com idades compreendidas entre os 0 e os 6 anos, que se encontrem numa situação de perigo, prestando “[...] *apoio integrado às crianças privadas de meio familiar [...]*” (Pinho, 2010, p.104).

Contudo, a origem do Ninho remete-nos aos anos 30, num período em que a luta contra a tuberculose era uma prioridade. No remodelado edifício do Hospício Distrital, situado na Quinta de Santa Cruz<sup>3</sup>, Bissaya-Barreto promove a criação de várias estruturas de apoio à criança, no conjunto designado por Centro de Proteção e Defesa da Criança, no qual se insere o Ninho dos Pequenitos.

Com o desaparecimento da doença, o Ninho expande os seus horizontes abrindo as portas a todas as crianças da primeira infância que por qualquer motivo se vissem afastadas do ambiente familiar. Assim, o espaço é ampliado com a criação do Parque Infantil, do novo edifício para acolher cerca de cem crianças, da autoria do arquiteto Luís Benavente e do Jardim de Infância, ainda do mesmo autor. Nas palavras de Bissaya Barreto, “[...] *a instalação do Ninho dos Pequenitos representou uma verdadeira revolução, operada em casas de assistência, especialmente de assistência às crianças*” (Bissaya Barreto citado por Pinho, 2010, p.52).

Anos mais tarde, a vontade de criar um Instituto de Puericultura na cidade fez com

2. Discurso de Bissaya-Barreto na inauguração do Ninho dos Pequenitos.

3. Atual localização da Associação Académica de Coimbra.

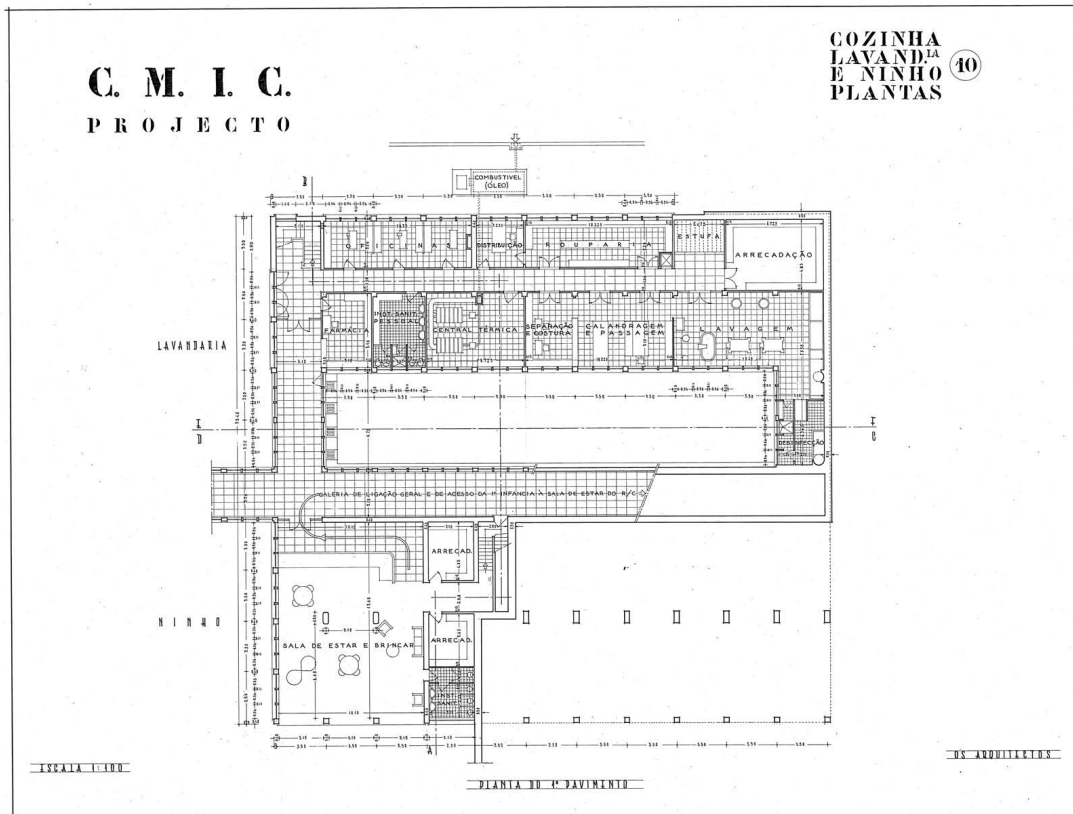


Fig.69

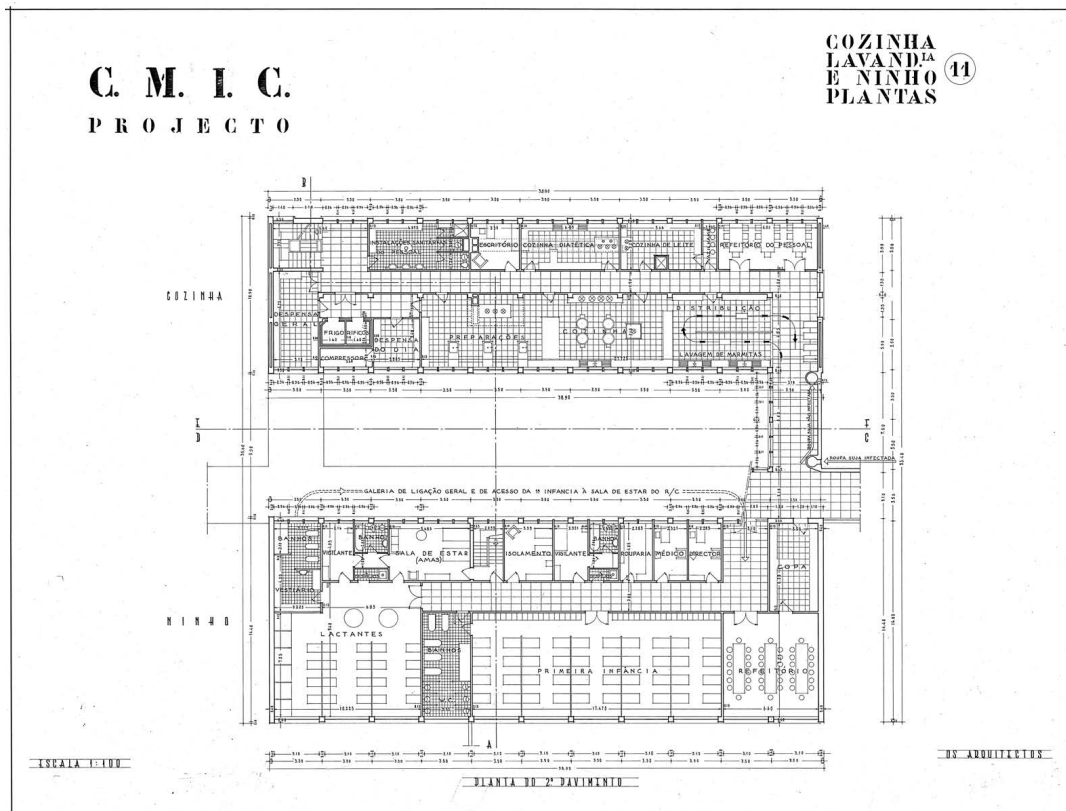


Fig.70

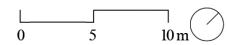


Figura 69 | Planta do Ninho e Lavandaria | Carlos Ramos, 1963  
Figura 70 | Planta do Ninho e Cozinha | Carlos Ramos, 1963

que houvesse uma mudança de instalações. Assim, solicita-se ao arquiteto Carlos Ramos o projeto para o que seria o primeiro Centro de Estudos de Puericultura do país, a localizar-se na Quinta da Rainha, enquanto complexo de diversas valências de apoio à mãe e à criança. Deste modo, o Ninho dos Pequenitos volta para Coimbra em 1969, após um prolongado processo de negociações e depois de instalado, mais de uma década, na Casa da Criança de Castanheira de Pera.

### *Interpretação espacial*

O novo edifício assume uma posição central no complexo, estando em direta articulação tanto com o parque infantil, como com a creche. O acesso é feito por uma galeria de distribuição que faz a ligação à maternidade, à capela (antiga escola maternal) e à cozinha/lavandaria geral. Esta galeria define, logo à partida, um acesso condicionado ao edifício, colocando a entrada de forma pouco evidente, como mais uma porta de um extenso corredor.

Na sua organização espacial, esta obra conta já com algumas alterações em relação ao projeto inicial de Carlos Ramos, realizadas em prol de novas necessidades que foram surgindo. A título de exemplo, a redução do número de crianças acolhidas conduziu à descativação do piso inferior - onde no projeto inicial o arquiteto previu a realização da sala de estar e brincar - e a sua conseqüente transferência para o piso superior. Deste modo, o dormitório dos lactantes - que antes funcionavam num espaço único - é reorganizado em função das idades e o dormitório da primeira infância é transferido para a sala das amas, passando este espaço a integrar duas salas de atividades e uma sala de visitas para os familiares das crianças (que não estava anteriormente contemplada).

Atualmente, as áreas comuns do Ninho são distribuídas entre os serviços técnicos/administrativos e os espaços de convívio/atividades, incluídos posteriormente. A ala técnica é composta pelos gabinetes administrativos, vestiário do pessoal, arrumos, zona de tratamento de roupas e sala de visita dos bebés que, por se localizarem junto à galeria, são espaços com uma luminosidade relativamente reduzida. A luz natural provém apenas de pequenas aberturas elevadas, sem que exista uma relação visual direta com o exterior.

Por oposição, os espaços coletivos utilizados pelas crianças beneficiam de grandes aberturas que iluminam abundantemente o interior e propiciam o desenvolvimento das atividades realizadas ao longo do dia. Entre estes espaços, consta o refeitório, que é a divisão mais próxima da entrada e da copa/cozinha. Esta localização permite o acesso autónomo para a receção das refeições vindas do exterior. O refeitório é caracterizado pelas pinturas animadas

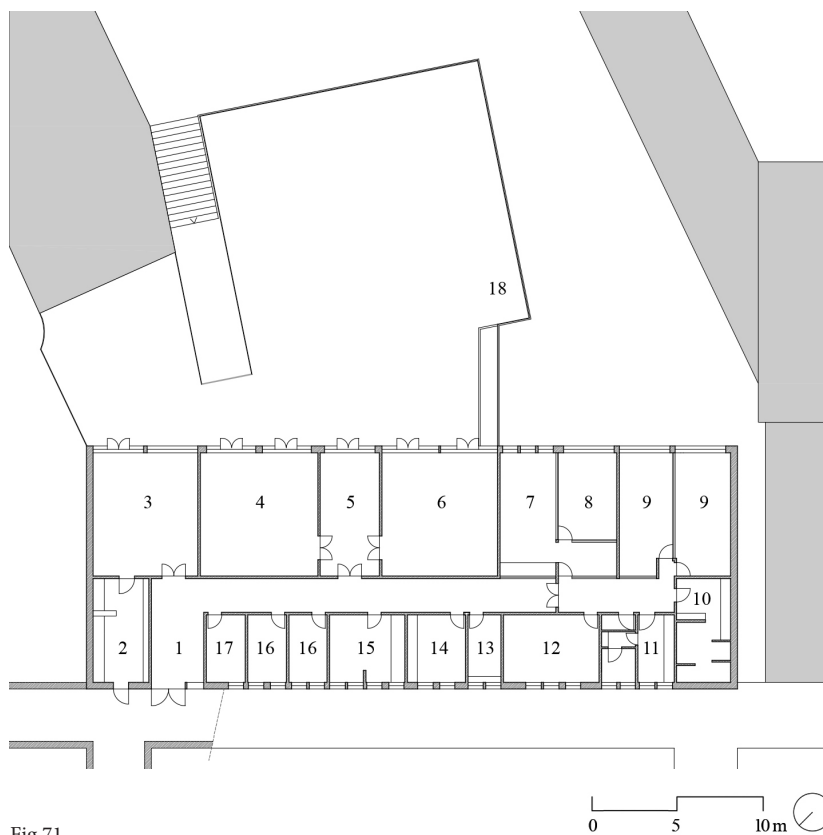


Fig.71

1- Entrada; 2-Copa; 3-Refeitório; 4-Sala de estar; 5- Sala de visitas; 6-Sala de atividades/lúdico-pedagógica; 7-Dormitório bebês; 8-Sala parque; 9-Dormitório; 10-WC crianças; 11-Gabinete de apoio/vigilante; 12-Quarto crianças mais velhas; 13- Sala de visitas de bebês; 14- Arrumo; 15- Zona de tratamento de roupas; 16- Gabinete; 17- Vestiário do pessoal



Fig.72

**Figura 71** | Planta atual do Ninhos dos Pequenos  
**Figura 72** | Pintura de origem do refeitório

que revestem as paredes e estimulam o imaginário das crianças (Fig.72). Bissaya Barreto fazia questão de incluir esta dimensão decorativa nas suas obras, como modo de aproximação dos utilizadores ao espaço. Como afirma o próprio, “[...] *a casa e o seu equipamento faz-se conforme o habitante*” e para tal, os espaços do Ninho dos Pequenitos tomam “[...] *a cor como elemento principal de decoração*” (Bissaya Barreto citado por Pinho, 2010, p.52).

Junto ao refeitório estão ainda localizadas a salas de estar, de atividades e de visitas. Estas salas têm um acesso único a partir do corredor, onde a sala de visitas (ocupada apenas esporadicamente) funciona como uma espécie de antecâmara que permite a transição das crianças entre a sala de estar e a sala de atividades, sem que estas tenham de atravessar frequentemente o corredor principal. Isto possibilita aos técnicos e aos visitantes circularem na instituição sem que tal interfira com a rotina das crianças e com o desenvolvimento das suas atividades. Estas três salas, assim como o refeitório, não integram qualquer tipo de mobiliário fixo. Todo o mobiliário existente é móvel, permitindo aos utilizadores (neste caso a equipa técnica) modificar a sua disposição e criar soluções espaciais adaptadas às suas necessidades.

O diálogo dos espaços de atividades com o designado *solário* e com os jardins adjacentes promove ainda iterações e vivências diversificadas que resultam da fácil relação interior-exterior. Contudo, a inexistência de sombras ou de um pavimento mais adaptado às crianças faz com que a fruição deste espaço esteja por vezes condicionada. Como resposta parcial, a direção instalou uma tenda improvisada que permite abrigar as crianças e os brinquedos do sol, ao mesmo tempo que protege a sua privacidade.

A área de alojamento funciona como remate do percurso estabelecido pelo corredor, onde a distância relativamente à entrada, confere maior privacidade e proteção aos habitantes. Esta é composta pelo gabinete de apoio/vigilante e pelos dormitórios dos bebés e das crianças. Aqui, uma das características a assinalar prende-se com a necessidade de assegurar a relação visual entre os diversos espaços, dada a faixa etária das crianças. Assim, entre os berçários, a sala parque e a zona de mudas existem sempre aberturas que permitem uma observação transversal de forma a salvaguardar a segurança das crianças.

Nestes espaços a relação com o exterior é menos direta, uma vez que estes se destinam essencialmente aos momentos de repouso. Por este motivo, os espaços coletivos assumem um grande protagonismo dentro do Ninho, uma vez que é neles que se realizam a maior parte das atividades quotidianas das crianças e onde elas despendem a maior parte do seu tempo.





Fig.73



Fig.74

**Figura 73** | Vista aerea da Casa do Canto

**Figura 74** | Vista da Casa do Canto a partir do jardim

## Casa do Canto, Chão de Couce, 2007

### *Enquadramento*

A Casa do Canto representa o mais recente dos casos de estudo analisados sendo também a última a surgir entre as instituições pertencentes à Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família- *Crescer-Ser*. Esta associação conta com mais sete casas de acolhimento repartidas por Lisboa e Porto, destinadas a crianças dos 0 aos 12, e dos 12 aos 18, apresentando como missão principal a promoção e divulgação os direitos das crianças e jovens, assim como o acolhimento daquelas que são vítimas de maus-tratos, promovendo o seu projeto de vida e a sua autonomia<sup>4</sup>.

A Casa está localizada na Vila de Chão de Couce, numa área com baixa densidade habitacional e num contexto eminentemente rural. Atualmente constitui ainda um Centro de Acolhimento Temporário<sup>5</sup>, destinado a acolher 23 jovens do sexo feminino entre os 12 e 18 anos, com eventual prolongamento até aos 21.

A construção da Casa do Canto parte da iniciativa de um habitante local, que pretendia criar um espaço de acolhimento para crianças com dificuldades. Face ao diagnóstico das necessidades do distrito, identificou-se a necessidade de uma resposta social de acolhimento para jovens adolescentes do sexo feminino, que viesse a integrar vagas de emergência, uma vez que não existia no distrito nenhuma instituição com estas características.

Assim, com o apoio financeiro de um benemérito, da Câmara Municipal de Ansião e do contributo de particulares, a Casa é inaugurada em 2007, contando já com as alterações de paradigma do acolhimento institucional que tem como base compositiva as RTES destinadas a este tipo de equipamento. Estas fundamentam-se no *modelo familiar*, centrado na normalização da vivência das crianças e jovens na comunidade. Com este modelo, os espaços físicos sofrem uma reestruturação no sentido de tornar estas estruturas mais pequenas, suprimindo o conceito dos antigos orfanatos (Del Valle & Zurita, 2000).

### *Interpretação espacial*

De forma a adaptar-se à topografia do terreno, o edifício divide-se em dois pisos, onde cada um corresponde a uma *unidade funcional*. Uma das unidades é destinada a jovens recém-chegadas à Casa do Canto e cujo projeto de vida seja o retorno à família. A segunda unidade procura acolher jovens mais velhas e com maior tempo de permanência na instituição, onde

4. Disponível em: <http://www.crescerser.org/pt-pt/quemsomos/vis%C3%A3o,miss%C3%A3oevalores.aspx> a 18-04-16.

5. Esta designação irá mudar ao abrigo da segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo n.º 142/2015, de 08 de Setembro.



1- Entrada; 2-Gabinete; 3-Sala de visitas; 4-Sala de jantar/estar; 5-Cozinha; 6-Quarto; 7-Sala de estudo;

8-Zona de tratamento de roupa; 9-Arrumo

Fig.75

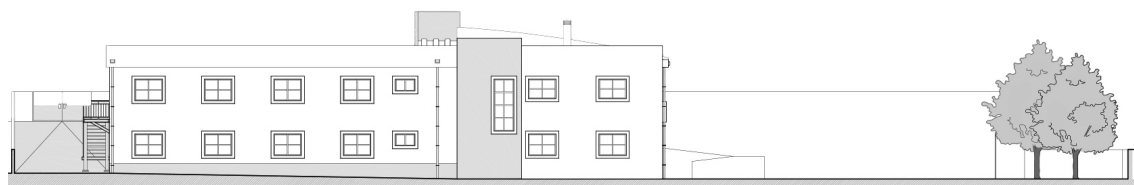
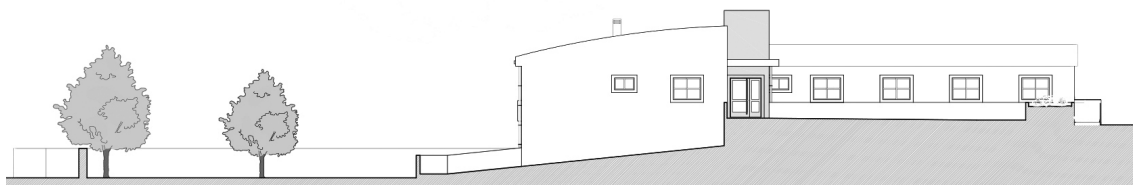


Fig.76

0 5 10m

**Figura 75** | Plantas dos pisos 0 e -1 da Casa do Canto | Helder Ferreira, 2007

**Figura 76** | Alçado sul e norte da Casa do Canto | Helder Ferreira, 2007



o projeto de vida passa pela sua autonomia futura.

A partir do piso de entrada é garantido o acesso imediato ao corpo técnico da instituição, onde se localizam os gabinetes e a sala de visitas. Este espaço de receção permite filtrar o fluxo de pessoas que visita a instituição sem interferir nos espaços habitacionais.

Segue-se a sala comum que representa o principal espaço de convívio das jovens, no qual são realizadas as refeições e é onde o grupo se reúne para ver televisão e conversar. Para além disso, a sua grande dimensão permite ainda o desenvolvimento e eventos festivos onde a comunidade é, por vezes, chamada a participar. A partir daqui tem-se acesso às restantes áreas, como a cozinha e os respetivos arrumos - diretamente articulados com a zona de refeições - bem como à zona de alojamento que se desenvolve no volume localizado a poente e integra os quartos e a sala de estudo.

Os quartos são maioritariamente duplos, existindo apenas um individual numa das unidades, mas que apesar de assim se considerar, apresenta as mesmas características que os restantes. Nestes espaços, o arquiteto optou pela utilização de pavimento em madeira, revelando a procura de um espaço confortável e com um ambiente mais acolhedor. No entanto, observa-se que esta solução apresenta alguns constrangimentos neste tipo de equipamento, pois a necessidade de imprimir a sua marca pessoal no espaço faz com que as jovens realizem trocas sucessivas na disposição do mobiliário e danifiquem expressivamente o pavimento.

O piso inferior – que corresponde à *unidade de autonomia* - reflete o mesmo esquema do piso térreo, comportando no entanto algumas alterações ao nível do programa: a área correspondente à cozinha no piso superior dá lugar a um gabinete técnico, utilizado pelos profissionais que acompanham diretamente as jovens deste piso; a despensa corresponde a uma cozinha de menor dimensão gerida pelas jovens para a promoção da sua autonomia; a área que no piso superior corresponde aos espaços técnicos acomoda, neste piso, o espaço de tratamento de roupas, que serve ambas as unidades.

O piso inferior tem ainda a particularidade de estabelecer relação com os espaços exteriores da Casa, tanto o grande jardim voltado a poente, como com o pátio a sul, que se relaciona com a entrada principal e permite muitas vezes o acesso direto das jovens à *unidade de autonomia* sem que estas tenham de atravessar o piso superior. Nestes espaços verifica-se que a sua utilização não é tão frequente como esperado, talvez devido à ausência de elementos que poderiam convidar a sua fruição como, por exemplo, a existência de algum mobiliário, pavimentos diferenciados, árvores, vegetação variada, etc..



### 4.3. ANÁLISE COMPARATIVA

#### A Integração Social

A necessidade de integração das crianças e jovens acolhidos em *casas de acolhimento* surge como questão fundamental face aos seus percursos de vida problemáticos que, frequentemente, implicam uma rutura com o meio social envolvente, conduzindo mesmo a situações de exclusão social (Martins, 2005; Gomes, 2010; Silva, 2010). Por este motivo, entende-se que estas residências deverão proporcionar às crianças/jovens retiradas do contexto familiar, padrões de vida quotidiana normalizados, que fomentem a oportunidade de desfrutar de espaços de sociabilidade e convivialidade, promotores da sua integração social, bem como do desenvolvimento da sua autonomia e das relações interpessoais fora do espaço institucional (Del Valle, 2009).

Segundo Sandomingo (1998, citado por Martins, 2004), a integração das crianças e jovens residencializadas na sociedade está intimamente dependente da sua situação geográfica, ou seja, na integração destes equipamentos no meio onde se inserem. Neste sentido, “[...] a localização física das instituições [...]” surge como um fator preponderante na integração desta população, pois condiciona “[...] a qualidade e a frequência dos contactos e trocas que estabelecem com o meio envolvente” (Martins, 2005, p.2).

Como tal, na escolha dos casos de estudo procuraram-se instituições inseridas em contextos distintos de modo a aferir a forma como a localização destes equipamentos influencia tanto a integração dos seus residentes, como a própria relação e contributo do edifício no espaço urbano.

Neste contexto, tanto a Casa da Infância Dr. Elísio de Moura como o Ninho dos Pequenos surgem como exemplares de *casas de acolhimento* inseridas em contexto urbano, o que, como já foi referido, se considera um aspeto benéfico, pois a localização central dos dois equipamentos oferece, logo a partida, a possibilidade de utilização dos vários serviços da cidade. Ao longo das entrevistas realizadas às Diretoras Técnicas destas instituições, ambas expressaram a vantagem dos edifícios permitirem e facilitarem o acesso aos espaços educativos, de saúde e culturais.

No caso do Ninho dos Pequenos a Diretora Técnica refere que “[...] o facto de estarmos inseridos em Celas facilita-nos o acesso a tudo: na parte escolar temos protocolo com vários infantários e várias creches que são todos muito acessíveis, mesmo a pé, do Ninho a esses equipamentos de infância.” Neste sentido, como referem Del Valle & Artamendi (2011), a

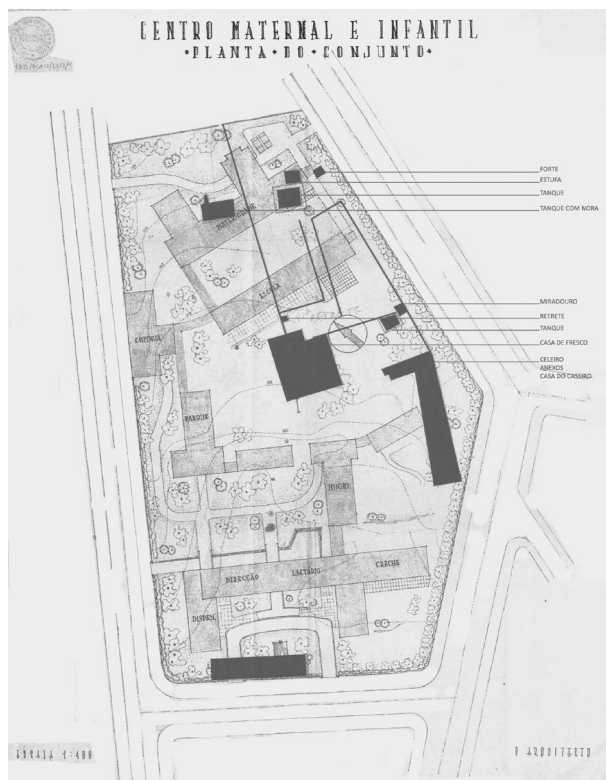


Fig.77

Figura 77 | Anteprojeto do arquiteto Carlos Ramos para o Centro Maternal e Infantil na Quinta da Rainha, 1948

existência destas estruturas na cidade torna-se um aspeto substancial porque determina muitas questões relativas às possibilidades educativas. Particularmente no caso do Ninho, “[...] tendo em conta a faixa etária dos pequenitos [...]”, a proximidade aos edifícios dos equipamentos culturais e aos espaços de lazer é fundamental, pois garante uma certa independência ao nível das vivências diárias e das atividades a realizar: “*por exemplo, quando temos muitas crianças que fazem terapias e têm consultas fora daqui, a carrinha pode estar a ser utilizada para esse fim, e isso não é impedimento de os meninos irem à ludoteca [...]*” (Diretora Técnica do Ninho dos Pequenitos, 8 de abril 2016).

Para além de estar localizado na cidade, o Ninho dos Pequenitos está também integrado no complexo da Maternidade Bissaya Barreto. Esta peculiaridade face aos restantes casos de estudo tem grandes reflexos na forma como o edifício se relaciona com a cidade, uma vez que a sua implantação num complexo de serviços confinados a um espaço específico (Quinta da Rainha) funciona como um filtro de relações com o exterior, onde o acesso é particularmente condicionado relativamente aos outros casos de estudo. No entanto, esta questão não se apresenta como um constrangimento à integração das crianças acolhidas dado a localização central do Ninho e a facilidade nas deslocações, pelo contrário, como refere a sua Diretora Técnica, antes o beneficia:

*“A nível de integração no espaço da cidade estamos ótimos, o facto de estar aqui dentro [no complexo da Quinta da Rainha] tem as vantagens de serviços, ou seja, [...] na parte da saúde temos o protocolo [com os Hospitais da Universidade de Coimbra] e, à partida, qualquer coisa em primeira instância são vistos [as crianças] cá dentro, [...] obviamente que temos imensas vantagens [...]”* (Diretora Técnica do Ninho dos Pequenitos, 8 de abril 2016)

Não obstante, na Casa de Infância Dr. Elísio de Moura é apontada outra questão, que introduz uma vertente negativa da inclusão de *casas de acolhimento* na cidade. Dado que esta instituição acolhe crianças e jovens mais velhas em relação ao Ninho e onde a maioria já terá entrado na adolescência, a cidade é vista também como um sinónimo de perigo que – dados alguns percursos de vida particularmente problemáticos - potencia o contacto com ambientes desviantes e comportamentos de risco. Tal como afirma a Diretora Técnica da Casa da Infância (12 de março 2016):

*“[...] dado que há crianças de muito risco temos que ter algum cuidado com algumas delas, umas porque têm um défice cognitivo e não se sabem orientar tão bem, outras porque, por exemplo, são miúdas de risco, ao nível da sexualidade, ao nível de não serem capazes de entrar em lojas sem que isso as acabe por solicitar um roubo...”*

Assim, a cidade oferece a estas crianças e jovens diversidade de opções culturais,



Fig.78

**Figura 78** | Vista para a cidade de Coimbra a partir da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura

educativas, laborais, sociais e com a diversidade surge também o risco e a aventura, que se pode entender como atribuições tão necessárias como a proteção e segurança (Borja, 2003). Se por um lado é papel fundamental destes equipamentos assegurar a proteção face a ambientes considerados de risco, também é, como vimos, igualmente importante garantir que estes se integrem e permitam a integração. Para tal, será necessário o contacto com um ambiente não esterilizado que é, por excelência, o meio onde as relações sociais têm lugar, onde se poderá construir a identidade e a cidadania.

Em contraponto, verifica-se que existem ainda muitas destas instituições em situações de isolamento, o que “[...] constitui um fator de restrição da diversidade de experiências disponíveis para as crianças em regime institucional” (Martins, 2005, p.2). Segundo Martins (2004), este é um dos problemas mais frequentemente apontados ao regime de internamento e do qual a Casa do Canto surge como representante, ao localizar-se num meio rural, afastado dos recursos básicos da comunidade.

Conforme referem Hellinckx & Colton (1993, citados por Martins, 2004), a integração das instituições fora do espaço urbano está geralmente associada à já mencionada reutilização dos equipamentos *macro institucionais* (pertencentes maioritariamente a ordens religiosas) que, ao longo da primeira metade do século XX, se edificaram, tendencialmente, em zonas periféricas (Casas, 1988).

Contudo, a Casa do Canto não se enquadra neste cenário, tratando-se antes de um edifício contemporâneo, construído de raiz para este fim. Esta instituição retrata uma realidade que ocorre mesmo na presença de regulamentação<sup>6</sup> específica, onde é salvaguardado o isolamento das *casas de acolhimento* para crianças e jovens. Deste modo, acentua-se a existência pouco evidente “[...] de uma política de distribuição dos equipamentos institucionais, questionando-se mesmo os critérios usados na tomada de decisões a este nível” (Martins, 2004, p.329).

Tal como refere a Diretora Técnica da Casa do Canto (1 de março 2016), “[...] há imensas dificuldades, sobretudo nas deslocações [...] é um meio rural, tem poucas ofertas em termos de atividades.” Na Casa do Canto, percebe-se que a distância relativamente à cidade representa também uma distância sociológica que se define pela falta de densidade e diversidade de relações sociais. Além da questão das deslocações e da carência de ofertas, o ambiente rural pode ainda tornar-se inibidor da integração social destas crianças e jovens precisamente pela ausência de diversidade, que leva muitas vezes à sua exclusão e marginalização enquanto elementos desviantes (Silva, 2010).

---

6. Disponível nas Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais (ISS, I.P.,2010a; ISS, I.P.,2010b).





Fig.79

**Figura 79** | Vista a partir da Casa do Canto

Assim, privilegia-se o espaço urbano como cenário favorável para a integração dos equipamentos de acolhimento para crianças e jovens, contudo, tal como no meio rural, a cidade também é um lugar de marginalização e exclusão a partir do momento que se torna um elemento fragmentado e disperso que perde a capacidade de gerar relações sociais. A cidade só se tornará um meio integrador se “[...] contribuir para a expressão das identidades diferenciadas [...]” e “[...] gerar o encontro e o intercâmbio, estimulando a inovação e tolerância” o que, segundo Borja, só pode ser possível através de três objetivos integradores: “a criação de espaços que reforcem identidades; o reconhecimento das diferenças e a existência de momentos e lugares de expressão universalista” (Borja, 2003, pp.221-222).

Podemos então entender os equipamentos de acolhimento residencial para crianças e jovens como expressão destes objetivos, pela missão que desempenham e pelo público que acolhem. Estes representam oportunidades para construir na cidade dinâmicas de socialização que contrariem os processos de segregação social e urbana. Deste modo, a cidade ao “[...] fazer desta população excluída uma força transformadora” poderá ela própria regenerar-se e tornar-se lugar de cidadania (Borja, 2003, p.239).



## A Apropriação

As *casas de acolhimento* são contextos que testemunham grandes transformações na vida das crianças e jovens residencializadas e, do mesmo modo que estes vão experimentando novas formas de estar, também os espaços que os acolhem absorvam muitas dessas transformações. As crianças e jovens procuram incluir-se na sua nova realidade por meio da criação de sentimentos de pertença traduzidos na definição dos seus lugares e, por sua vez, da sua identidade (Caio, 2014). Como refere Silva, “*a questão da pertença a um lugar é indissociável da questão da identidade e da forma como subjetivamente se definem, mostrando como os grupos e os indivíduos se relacionam com o espaço, investindo nele e sendo por ele também definidos*” (Silva, 2010, p. 298). Neste sentido, o ‘investimento no espaço’ reconhece a oportunidade de o apropriar, tornando-se este um meio fundamental para a consolidação do sentimento de pertença, ao permitir a identificação afetiva com o lugar e colocando estes sujeitos em relação com o mundo (Dorvey, 1985; Guerra, 1997).

Apropriar torna-se então uma condição essencial para habitar, particularmente num contexto em que estas crianças e jovens, desenraizadas das suas origens, procuram um lugar para si, onde afirmem a sua existência (Caio, 2014). A este propósito, Lefebvre afirma que “[...] *habitar, para el individuo o para el grupo es apropiarse de algo. Apropriarse no es tener en propiedad, sino hacer su obra, modelarla, formarla, poner el sello propio*” (Lefebvre, 1975, p.210). Habitar e apropriar *casas de acolhimento* torna-se assim particularmente relevante pois, mais do que uma necessidade inerente ao homem, estes conceitos suportam a premência de encontrar um ambiente estável que restabeleça a confiança e as vivências desta população.

Na análise aos casos de estudo, procurou-se perceber como é que as crianças e jovens se apropriam dos espaços da instituição e quais as dificuldades que a dinâmica destes equipamentos coloca para que tal processo possa acontecer.

De um modo geral, nos três casos de estudo identificou-se o quarto como espaço privilegiado onde as crianças e jovens têm maior liberdade de apropriação. Como refere a Diretora Técnica da Casa do Canto (1 de março 2016), “*o quarto é realmente o espaço onde elas têm essa liberdade de poderem decorar. É o quarto delas, é o quarto privado e é o único espaço que elas poderão decorar a gosto*”.

O carácter coletivo destes equipamentos faz com que o quarto afirme a sua posição enquanto lugar de intimidade relativamente aos restantes espaços, caracterizados por uma atmosfera ‘pública’ que, por consequência, resulta na inibição da sua apropriação. Esta inibição é ainda acentuada pelas restrições apresentadas ao nível institucional: “*nos espaços*



Fig.80



Fig.81



Fig.82

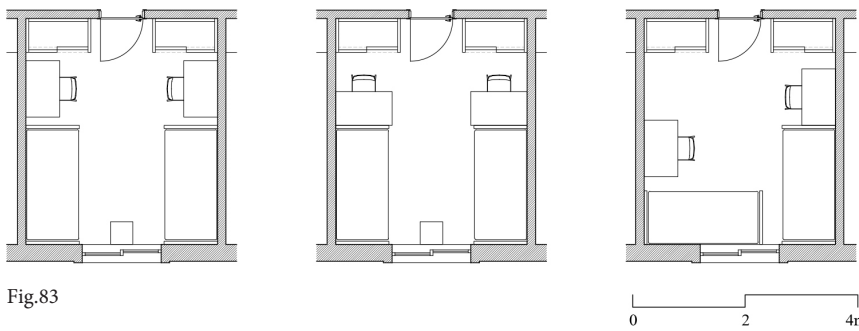


Fig.83

Figura 80 e 81 | Quarto das crianças mais velhas no Ninho dos Pequenetos  
 Figura 82 | Quarto duplo da Casa do Canto  
 Figura 83 | Variações de mobiliário existentes na Casa do Canto

*comuns isso não acontece tanto pela obrigatoriedade do funcionamento da casa em termos de instituição porque, temos algumas coisas nossas que também temos de fixar [...]*” (Diretora Técnica da Casa do Canto, 1 de março 2016).

Deste modo, a distinção de espaços coletivos e espaços privados evidencia diferentes níveis de apropriação face às possibilidades que são concedidas em cada um. Conforme refere Hertzberger (1991), tal diferenciação faz com que seja mais fácil para o arquiteto decidir em que espaços este deve dar mais oportunidade ao habitante para fazer as suas próprias intervenções e quais aqueles que são menos relevantes para tal acontecer:

*“In cases where the organizational structure precludes the users from exerting any personal kind of influence on their surroundings, or when the nature of a particular space is so public that no one will feel inclined to exert any influence on it, there is no point in the architect trying to make provisions of this kind.”* (Hertzberger, 1991, p.25)

De uma forma geral, verifica-se que nos quartos das três instituições se encontram, marcas de personalização, principalmente ao nível da decoração, salvo no caso do Ninho dos Pequenitos, no qual esta questão se torna substancialmente menos evidente devido à idade muito reduzida das crianças, principalmente os que se encontram no berçário. As crianças mais velhas, como já vimos, dispõem de um quarto distinto (quádruplo), onde já existe a possibilidade de *“[...] colocar alguma coisa, geralmente os brinquedos [...]*”, contudo nestas idades a necessidade de intervenções pessoais no espaço ainda não é significativa (Diretora Técnica do Ninho dos Pequenitos, 8 de abril 2016).

Ao nível da Casa do Canto, tratando-se na sua maioria de quartos duplos, o mundo individual de cada jovem é dado a conhecer através da fixação de objetos simbólicos na parede respetiva à sua cama, ou mesmo por meio da pintura da própria parede. Porém, a configuração e dimensão reduzida deste espaço faz com que as suas possibilidades de organização sejam muito limitadas, impedindo as suas utilizadoras de quebrar com o carácter estereotipado e produzirem soluções espaciais mais dinâmicas e adaptadas a si próprias. Nestas situações, seria fundamental pensar o quarto como um espaço flexível que, mesmo na impossibilidade de adquirir grandes dimensões, teria a capacidade de comportar diferentes configurações ao permitir variações na disposição do mobiliário. Tal como Rasmussen (1998, p.161) refere a propósito do trabalho da Alvar Aalto na Baker House (1948), a disposição singular de cada quarto *“[...] proporciona a cada um a oportunidade de existir como individuo [...]*” e assim reduzir a impessoalidade e o formalismo associado a estes equipamentos.

Quanto à Casa da Infância, no que refere à apropriação do espaço do quarto, a permissividade para tal acontecer depende muito da faixa etária, assim como do grau de





Fig.84



Fig.85



autonomia de cada jovem. No caso da *unidade de autonomia*, já anteriormente mencionada, a Diretora Técnica (12 de março 2016) refere que “[...] os quartos dispõem-nos como elas entenderem, não há restrição, elas são livres para organizar o seu espaço [...]”. Já no que refere às restantes unidades, também pelo facto dos quartos serem maioritariamente quádruplos, a gestão das intervenções que as crianças/jovens pretendam fazer no espaço, passa pela aprovação da respetiva educadora: “[...] a educadora que está com elas coordena as situações e não podem fazer as coisas só como elas querem, até porque não tem autonomia. Agora, se fizerem uma proposta boa, ninguém lhes vai dizer que não!” (Diretora Técnica da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura, 12 de março 2016).

Contudo, e por oposição à Casa do Canto, a grande dimensão dos quartos nestas unidades, associada a um maior número de crianças/jovens, torna a organização do espaço uma tarefa complexa, onde a apropriação que cada residente procura levar a cabo pode, facilmente, diluir-se nas intervenções efetuadas pelas restantes companheiras. Observa-se aqui que o espaço se torna um reflexo da indefinição e da necessidade de afirmação. Neste contexto, a identificação pessoal que é possível através da arquitetura perde-se na inexistência de um espaço moldado às necessidades individuais de cada indivíduo. Aqui, a questão prende-se com a criação de um ambiente pessoal que pode ser assegurado pela escolha da tipologia do quarto (individual ou duplo<sup>7</sup>) ou, perante essa impossibilidade, pela criação de estratégias espaciais que afirmem a existência de lugares diferenciados como, aliás, as residentes vão procurando fazer com recurso ao mobiliário disponível (Fig.85). Como refere Álvaro Siza (2009, p.131), “[...] o desenho do móvel tende à especial capacidade de adaptação a situações diferentes”, o que faz com que a conceção de um espaço apropriável possa, nestas circunstâncias, passar por uma intervenção mais sensível, onde o próprio mobiliário funciona como elemento organizador.

Nos três casos de estudo observa-se que o facto de se tratar de um equipamento coletivo, por um lado, reforça a necessidade de afirmação e de identificação pessoal destas crianças e jovens no espaço, por outro o coletivismo associado a um tempo de permanência incerto, condiciona a possibilidade e a vontade de vinculação ao lugar. A noção de coletivo rompe ainda com a ideia de ‘casa’ que se ambiciona construir e isso faz com que exista uma clara dificuldade na apropriação dos espaços da residência. Só onde esta noção parece menos evidente, como é o caso do quarto, é que existe lugar para a criação de relações de pertença com o espaço e para a sua apropriação. Ainda assim, até nestes espaços parece haver um

---

7. Autores como Jorge del Valle e Isabel Gomes referem que os quartos nestes equipamentos devem ser preferencialmente individuais ou, no máximo, acomodar duas crianças/jovens (Del Valle, 2009; Gomes, 2010).



desinvestimento enquanto lugares de apropriação, desde a sua composição, dimensão, até à escolha dos próprios materiais, muitas vezes inadequados face ao desgaste provocado pelas constantes intervenções.

Neste sentido, caberá ao arquiteto criar espaços que se oponham ao constrangimento de intervenção, assumindo o coletivo mas também o íntimo. Mesmo em diferentes tipologias de quarto, a arquitetura poderá criar soluções suscetíveis de diferentes interpretações, tornando o espaço mais recetivo aos diversos indivíduos que, deste modo, irão inculcando a sua própria identidade ao edifício. Conforme menciona Hertzberger (1991):

*“The architect can contribute to creating an environment which offers far more opportunities for people to make their personal markings and identifications, in such a way that it can be appropriated and annexed by all as a place that truly ‘belongs’ to them.”* (Hertzberger, 1991, p.47)

É certo que a arquitetura não se apresenta por si só como solução para a dificuldade de apropriação e vinculação das crianças e jovens a estas estruturas. Contudo, dentro do papel que lhe cabe, esta poderá atuar como elemento potenciador pois, como afirma Gomes (2010, p.275) *“[...] o espaço e a sua personalização são fatores fundamentais para que a criança sinta a casa de acolhimento como sua.”*



Fig.86



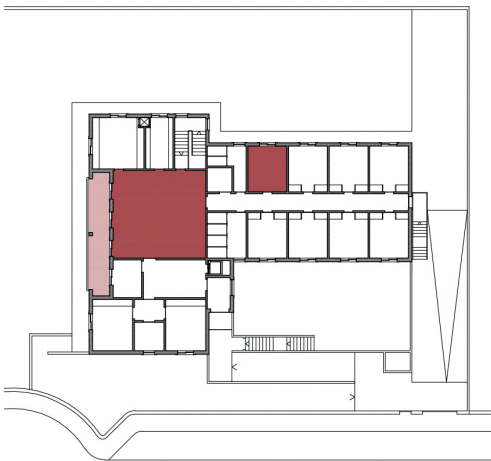
Fig.87



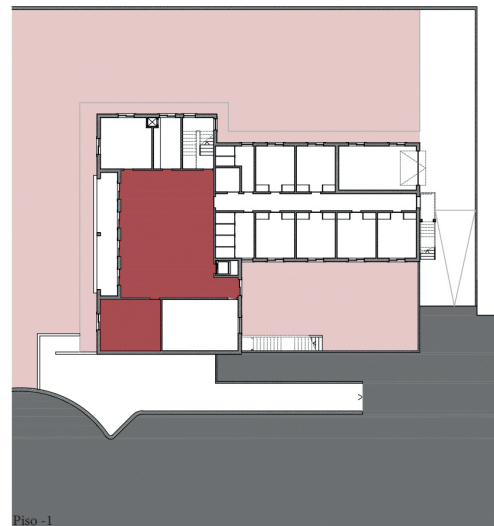
Fig.88



Fig.89



Piso 0



Piso -1

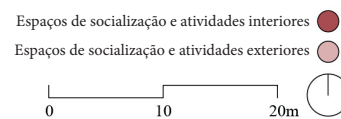


Fig.90

**Figura 86 e 88** | Sala de convívio do piso -1 da Casa do Canto

**Figura 87** | Sala de convívio do piso 0

**Figura 89** | Sala de estudo do piso -1

**Figura 90** | Plantas dos espaços de socialização e atividades da Casa do Canto

## A Vivência dos Espaços

### *Espaços de Socialização*

Os espaços de socialização têm, neste programa, um grande protagonismo por fomentarem a formação de vínculos afetivos fundamentais num momento em que as relações sociais destas crianças e jovens são postas em causa, pela sua condição frágil, problemática ou mesmo pelo afastamento do seu contexto familiar/social. As *casas de acolhimento* tornam-se então um dos “[...] principais agentes de socialização destas crianças e jovens e, conseqüentemente, os principais transmissores de educação, valores e competências” (Caio, 2014, p.2). Como tal, os espaços da *casa de acolhimento* onde as interações sociais são mais propícias devem estimular os processos de socialização de modo a prevenir a desadaptação social (Casas, 1988).

Segundo a análise dos casos de estudo, estes são também os espaços mais utilizados pelos residentes e onde despendem a maior parte do tempo que passam na *casa*, o que revela a sua necessidade de estar em grupo e interagir com as restantes crianças/jovens. Estes espaços de socialização assumem uma correspondência com os espaços coletivos das residências que, por sua vez, apresentam caracteres distintos devido às diferentes estruturas compositivas dos edifícios ou mesmo da sua dinâmica de funcionamento.

As RTES inserem estes espaços na designada ‘área de convívio e atividades’, composta pela sala de estar e sala de estudo, assim como na ‘área de refeições’, constituída pela sala de refeições que representa igualmente um espaço importante para a interação entre os utilizadores (ISS, I.P., 2010a). Neste sentido, a Casa do Canto é aquela que se aproxima mais desta composição ao condicionar num só espaço, por *unidade funcional*, todas as atividades mencionadas, à exceção das salas de estudo que foram incluídas posteriormente em substituição de um quarto e de uma sala multiusos.

As ‘salas de convívio’, como são designadas pela Diretora Técnica, tratam-se de dois espaços que funcionam como pontos de articulação entre as diferentes áreas da *casa*, cada um na respetiva unidade, pois uma funciona como reprodução da outra em cada um dos pisos. Enquanto elementos centrais, estes condicionam grande parte das dinâmicas da casa (refeições, atividades, lazer, estudo), sendo tanto locais de passagem como de permanência e daí o seu destaque enquanto elemento de relação e socialização.

O Ninho dos Pequenitos também define concretamente as áreas de convívio/atividades e refeições estipuladas pelas RTES, contudo é aqui apresentada uma composição mais



Fig.91



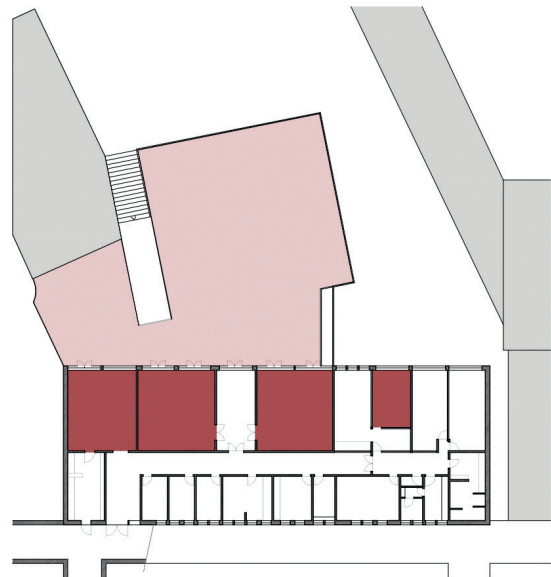
Fig.92



Fig.93

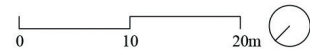


Fig.94



Espaços de socialização e atividades interiores ●  
 Espaços de socialização e atividades exteriores ●

Fig.95



**Figura 91 à 94** | Sala parque; Sala de atividades; Refeitório; Sala de estar do Ninho dos Pequenos  
**Figura 95** | Planta dos espaços de socialização e atividades do Ninho dos Pequenos



fragmentada, onde a cada função corresponde um espaço distinto. Estes espaços coletivos também se afirmam ao condicionarem as dinâmicas quotidianas apesar de não se tratarem, como na Casa do Canto, de espaços de articulação e de relação direta com as restantes áreas, pelo contrário, o acesso é feito de uma forma mais filtrada, de maneira a garantir a proteção e segurança das crianças acolhidas. A centralidade e relevância que lhes é atribuída advém da necessidade contante da sua utilização, devido às idades que acolhe e a consequente obrigatoriedade de ocupação e atividades permanentes, assim como a importância de manter as crianças reunidas para garantir a sua supervisão.

Assim, no Ninho dos Pequenitos os espaços de socialização identificados correspondem à sala de estar, à sala lúdico-pedagógica, ao refeitório e ao espaço exterior. Estes, como refere a Diretora Técnica do Ninho (8 de abril 2016), “*são os sítios onde eles brincam, onde eles estão, onde eles convivem. Efetivamente é onde eles passam o tempo que estão cá dentro.*” As características destas três salas permitem a sua adaptação às necessidades mais imediatas através do fácil reposicionamento dos elementos que a compõem, desde móveis a elementos lúdicos de maior dimensão. Neste sentido, a concretização das dinâmicas de socialização destes espaços está inteiramente relacionada com a sua possibilidade de apropriação:

*[...] Tem a ver muito com o grupo de crianças que nós temos em cada altura, [...] ultimamente as nossas crianças tem sido sempre mais ou menos na faixa etária dos três anos, não quer dizer que de um momento para o outro, já nos aconteceu [...], ficámos sem meninos pequenos, e alterámos completamente o espaço das salas, tivemos que os adaptar de uma forma completamente diferente para as crianças que tínhamos, isso é uma coisa que pode estar sempre a acontecer.”* (Diretora Técnica do Ninho dos Pequenitos, 8 de abril 2016)

A dimensão dos espaços possibilita enquadrar diversos cenários que, tão depressa podem corresponder a um grupo de crianças com uma idade mais elevada ou com uma idade mais reduzida, podendo mesmo vir a servir de palco para as festas de Natal e outras atividades comunitárias desenvolvidas ao longo do ano:

*“Por exemplo, a festa de Natal deste ano fizemos na nossa sala de estar, mudámos completamente, [...] criámos um espaço mais amplo [...]. Nós costumamos fazer a festa de Natal numa sala da maternidade [...] este ano experimentámos fazer dentro de casa [...]. Foi muito engraçado, porque foi muito mais acolhedor [...].”* (Diretora Técnica do Ninho dos Pequenitos, 8 de abril 2016)

De facto, as RTES realçam a importância de tornar os espaços coletivos adaptáveis, de modo a permitir uma grande diversidade de atividades e respeitar as diferentes faixas



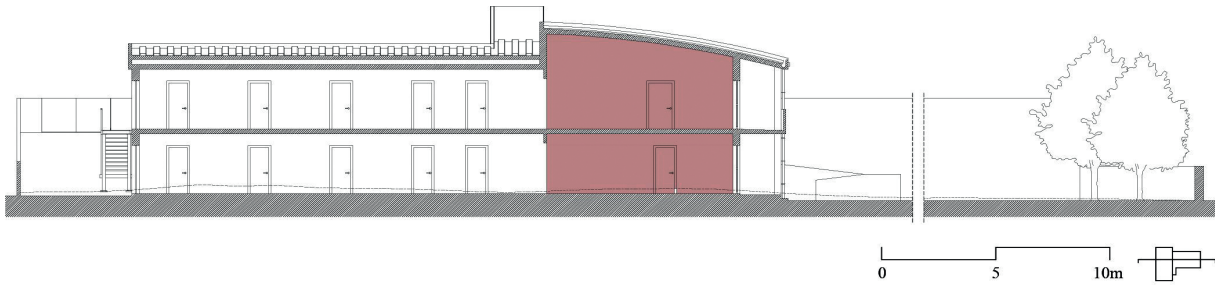


Fig.96



Fig.97



Fig.98



Fig.99



Fig.100



Fig.101

**Figura 96** | Corte pelas salas de convívio da Casa do Canto  
**Figura 97 à 101** | Refeitório; Biblioteca; Sala de Estudo; Sala de televisão; Sala de estar do grupo da Casa da Infância

etárias dos utilizadores (ISS, I.P., 2010a). Contudo, a criação de ‘espaços neutros<sup>8</sup>’, como podemos observar na sala de convívio da Casa do Canto faz com que estes acabem por perder a sua própria definição. Ao pretender atribuir várias características e configurações espaciais, descumram-se aspetos necessários para servir o seu propósito enquanto espaços de sociabilização, lazer, proximidade e conforto. Esta neutralidade, como refere Hertzberger (1991), faz com que estes lugares assumam configurações isentas de características distintivas, ou seja, isentas de identidade. Assim, nas palavras da Diretora da Casa do Canto (1 de março 2016), os “*grandes salões [...] são menos bons porque se tornam mais frios, muito amplos e não têm os seus recantos, não estão criados espaços mais pequenos de conforto e sociabilidade entre elas.*”

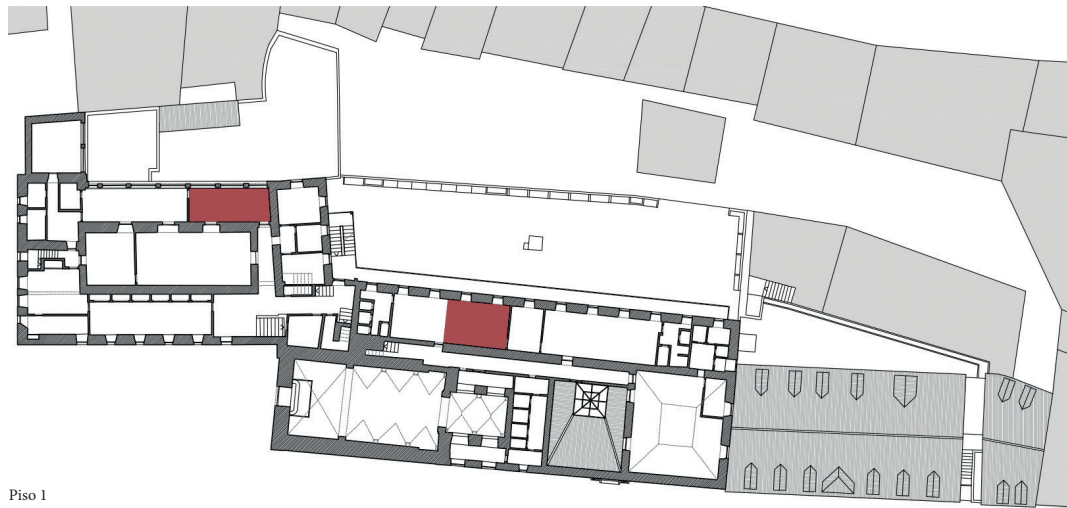
Todavia, apesar das duas salas de convívio serem espaços semelhantes entre si, existem algumas características que lhes conferem ambiências diferentes, nomeadamente a diferença de pé-direito que faz com que na sala do piso inferior, apesar ter uma dimensão relativamente maior, se torne mais intimista e acolhedora (Fig. 96). Da mesma forma, a relação com o exterior também beneficia este espaço, permitindo que as jovens acolhidas neste piso usufruam mais facilmente do jardim e do pátio, que lhe são adjacentes.

Por oposição, na Casa da Infância a neutralidade dos espaços de socialização é colmatada pela segregação das funções, onde cada espaço coletivo apresenta uma finalidade própria. Esta disposição fragmentada relaciona-se com a génese do próprio edifício e ao carácter *macro institucional* outrora vigente, na medida em que, como já foi anteriormente referido, as estruturas assistenciais tendiam a distribuir as diferentes atividades por espaços diferenciados, com horários e regras próprias de maneira a gerir mais eficazmente as rotinas das crianças e jovens.

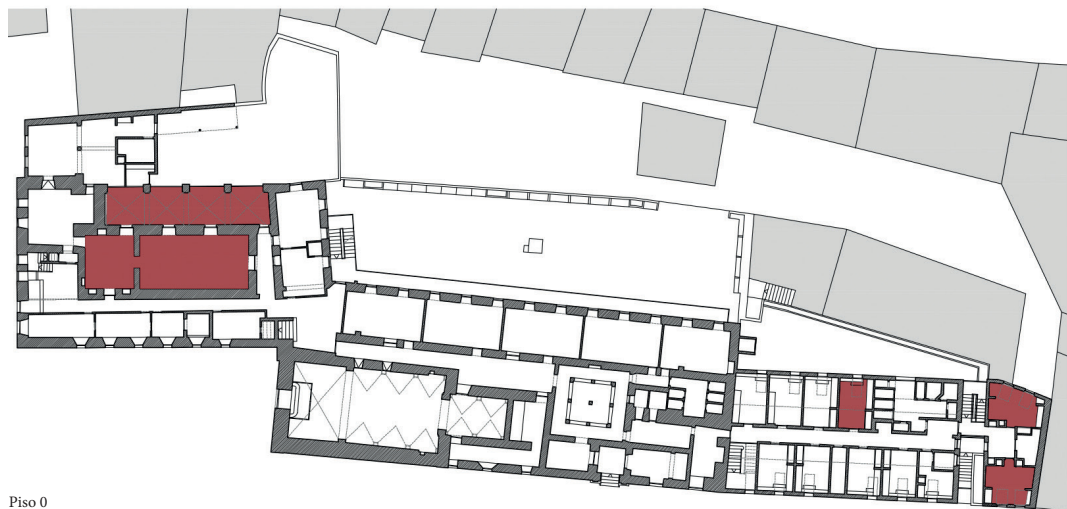
Neste sentido, a socialização entre as crianças e jovens residentes na Casa da Infância dá-se em dois momentos distintos que estão associados, por um lado à prática de atividades e por outro aos momentos de lazer. Estas duas vertentes, que tanto na Casa do Canto como no Ninho eram suscetíveis de se articularem nos mesmos espaços, aqui surgem inseridas em áreas distintas do edifício, sem que haja relação entre si. Deste modo, a sala da animadora social, a sala de estudo e a biblioteca representam os espaços onde as residentes realizam as atividades diárias, geralmente com o acompanhamento de um técnico. Estes têm a vantagem de se relacionarem com o grande pátio, permitindo a extensão das atividades para o exterior ou mesmo, nos períodos de pausa, a sua utilização como palco de jogos e brincadeiras.

---

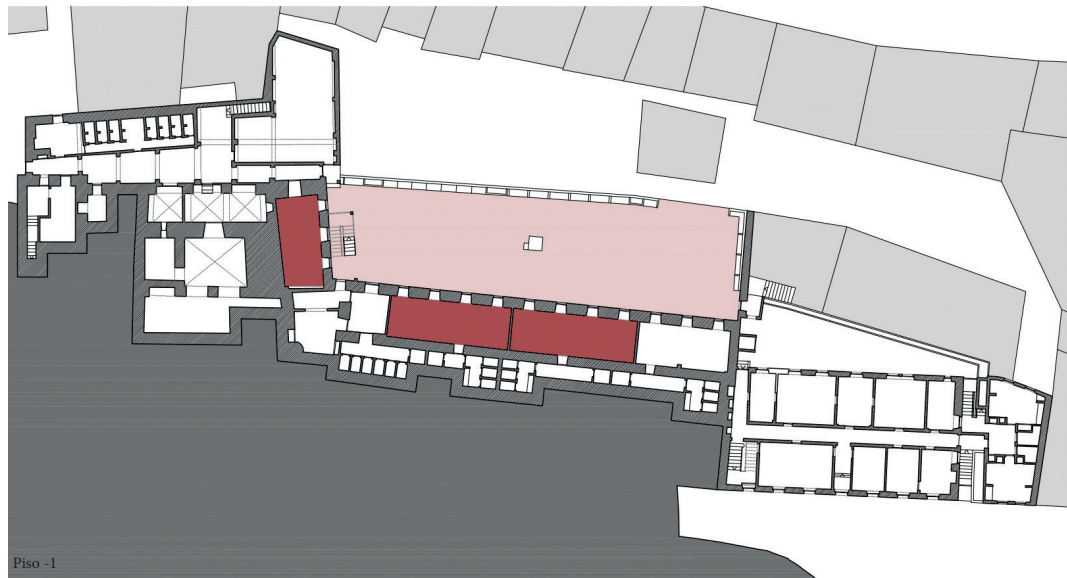
8. Expressão utilizada nas RTES, que referem a criação de ‘espaços neutros’ como estratégia para “[...] *potenciar a polivalência de usos e as possibilidades de posterior alteração das características físicas dos espaços que os constituem durante o seu ciclo de vida útil (período de uso), no sentido de os adequar a diferentes capacidades, a transformações do sistema funcional ou a novos usos*” (ISS, I.P.,2010a, p.53).



Piso 1



Piso 0



Piso -1

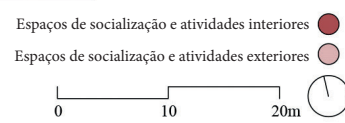


Fig.102

Figura 102 | Plantas dos espaços de socialização e atividades da Casa da Infância



Porém, e enquanto espaços lúdicos, a sua monotonia e rigidez impõem-se, condicionando assim a oportunidade de estimularem o imaginário e, como abordámos anteriormente, a capacidade de apropriação das suas utilizadoras. A diversidade de espaços poderia então ser vista como uma oportunidade para gerar ambientes e estímulos diversos, que iriam romper com o carácter formal que observamos hoje: “*Not only do children play differently in a street, beneath a motorway flyover or in a woodland glade, but also in rooms of different qualities*” (Day, et al., 1995, citados por Dudek, 2000, p. 78).

Por outro lado, a falta de relação destes espaços com a área habitacional propriamente dita, faz com que o seu acesso se torne limitado (na sua maioria encontram-se fechados e têm horários de utilização definidos), ao contrário dos refeitórios, salas de grupo e de televisão que se encontram completamente inseridos na dinâmica de funcionamento da Casa. Neste contexto, são as salas de grupo que ganham particular relevância por possibilitarem ambientes de maior proximidade entre as crianças/jovens. Estas funcionam em complementaridade com a sala da televisão, que acolhe todas as utilizadoras (exceto as que estão na *unidade de autonomia*). As salas de grupo funcionam dentro dos próprios dormitórios e, embora não representem uma solução ideal por lhes retirar privacidade, permitem estabelecer relações de maior afinidade entre as crianças/jovens daquela unidade, dispersando o sentimento de impessoalidade que os espaços de carácter mais coletivo possam suscitar.

### *Espaços de Privacidade*

Na mesma medida em que as *casas de acolhimento* representam contextos importantes de socialização, também a garantia da sua privacidade se impõe como direito fundamental. Segundo Mello (2004), nestes equipamentos o silêncio, o recolhimento e a privacidade tornam-se condições essenciais para a preservação da individualidade e a recuperação emocional das crianças e jovens residencializados.

No entanto, a necessidade de estabelecer rotinas comuns, o número de crianças e adolescentes acolhidos e a sua coabitação em grupo faz com que este seja um dos aspetos mais afetados na residencialização (Morais, 2008; Savi, 2008; Gomes, 2010).

Neste sentido, a arquitetura também apresenta um papel importante na promoção da privacidade, ao conferir atributos espaciais que “[...] podem ser utilizados para regular ou controlar a acessibilidade interpessoal e para sinalizar o desejo de menor ou maior interação” (Morais, 2008, p.11). A este respeito, na análise dos casos de estudo, procurou-se saber que espaços são utilizados pelas crianças e jovens quando querem ter a sua privacidade, que



Fig.103



Fig.104

**Figura 103** | Planta antes e depois da intervenção na sala de convívio da Casa do Canto, respetivamente  
**Figura 104** | Hall de entrada gerado pela intervenção onde é possível ver que as paredes não interceptam o teto

mecanismos espaciais contribuem para que esta seja assegurada e quais as suas fragilidades e atributos positivos face às vivências quotidianas da *casa*.

De um ponto de vista genérico observou-se que, tal como uma casa comum, as *casas de acolhimento* têm a função de preservar a privacidade dos seus habitantes face a elementos externos, funcionando como um refúgio seguro, um ninho de intimidade. Por outro lado, enquanto equipamentos de apoio social, a sua dimensão pública destaca ainda mais esta necessidade, uma vez que o cruzamento entre a componente técnica/administrativa e a área habitacional pode criar relações de tensão entre utilizadores (técnicos, crianças/jovens) e visitantes (familiares, fornecedores, voluntários, etc.). A este respeito, as RTES referem a importância da delimitação entre ‘compartimentos habitáveis’, ou seja, os espaços privados e semiprivados da *casa* e a área de apoio técnico e administrativo que se enquadra nos espaços semipúblicos (ISS, I.P., 2010a; ISS, I.P., 2010b).

Perante esta questão, na análise da Casa do Canto percebemos que esta delimitação nem sempre foi evidente. Segundo a Diretora Técnica (1 de março 2016), a adição da parede que separa a área dos gabinetes técnicos da sala coletiva do rés-do-chão, revelou-se uma necessidade ao longo do tempo, uma vez que a partir do acesso principal à Casa qualquer visitante entraria em contacto com os espaços de habitação das jovens (Fig.103). O mesmo acontecia com os membros da equipa técnica que, apesar de serem elementos internos, o seu contacto permanente com os espaços de socialização das crianças/jovens colocaria em causa a sua privacidade e o desenvolvimento normal das suas atividades naquele espaço.

Assim, na procura de filtrar estas duas realidades, introduziu-se esta estrutura que permitiu também a criação de uma sala de visitas até então inexistente na Casa. No entanto, como se pode observar, a intervenção efetuada resultou num gesto improvisado, carente de uma solução refletida que funcione em concordância com o espaço e com as suas características. No limite, é fundamental garantir uma intervenção eficaz na preservação da privacidade, nomeadamente do ponto de vista acústico, uma vez que a solução atual não colmata esta questão nem para as habitantes que se encontram na sala comum, nem na sala de visitas (Fig. 104).

Por outro lado, nem o Ninho dos Pequenos nem a Casa da Infância Dr. Elísio de Moura refletem esta problemática. Em ambos os casos a privacidade dos habitantes é assegurada, pois a presença de visitantes externos não interfere com os espaços onde as crianças e jovens habitam, existindo apenas esse contacto nas zonas de acesso e nos espaços de circulação.

Todavia, no caso do Ninho dos Pequenos, a sua inserção no complexo da Quinta

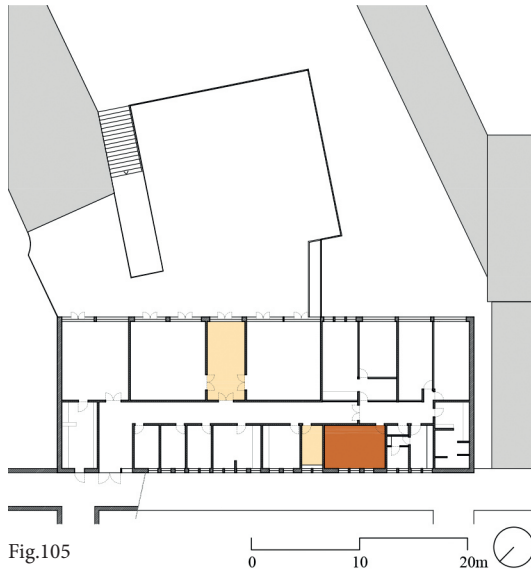
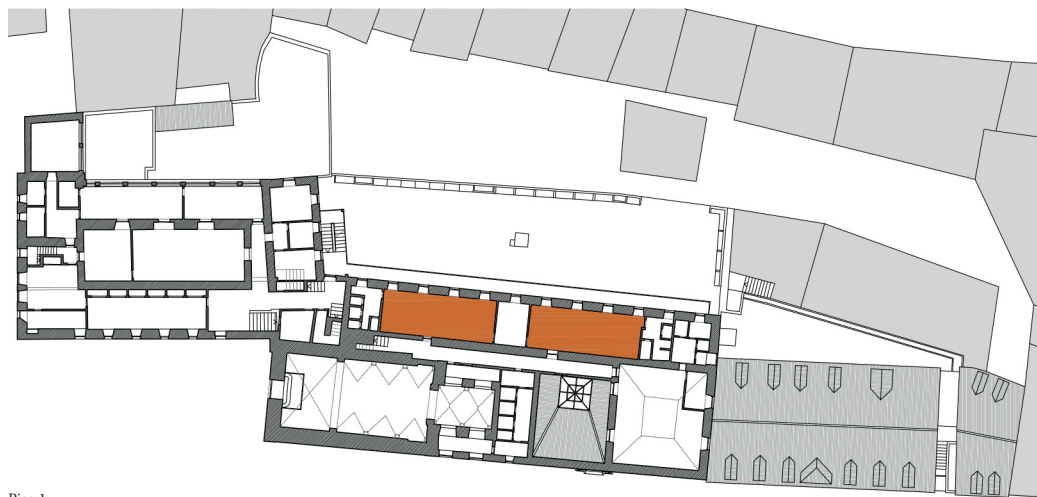
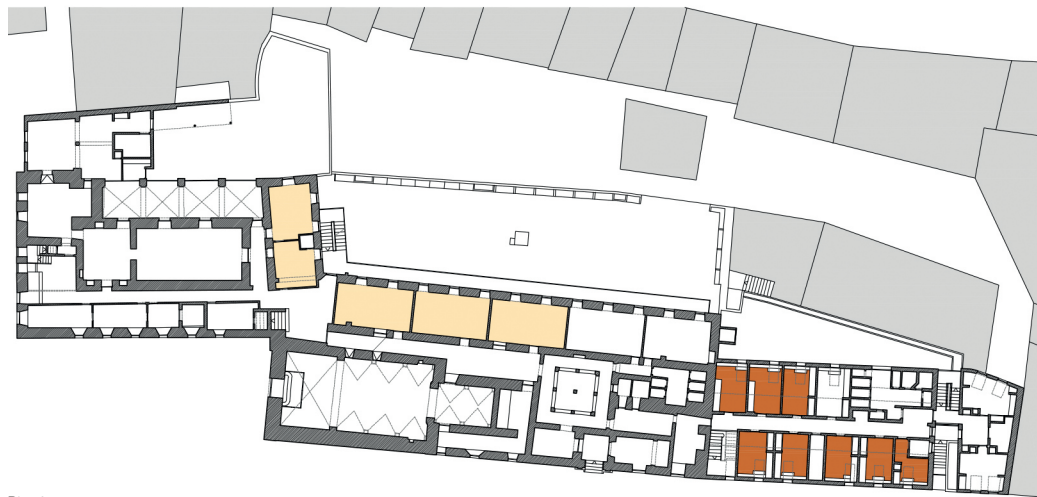


Fig.105

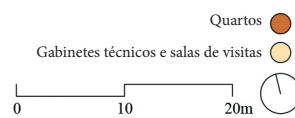


Piso 1



Piso 0

Fig.106



**Figura 105** | Planta dos espaços de privacidade do Ninho dos Pequenos  
**Figura 106** | Plantas dos espaços de privacidade da Casa da Infância



da Rainha coloca-o numa relação de estreita proximidade com outros equipamentos, em particular com a Unidade de Intervenção Precoce que, dada a sua localização, sujeita a utilização do espaço exterior do Ninho à observação dos seus utilizadores. Neste contexto, apesar da presença do Ninho no complexo funcionar como um fator benéfico para a integração das crianças na comunidade, no que refere as dinâmicas internas da instituição, esta proximidade pode funcionar como um constrangimento à privacidade e à prática das suas atividades.

Nesta ótica, a privacidade pode estender-se até aos espaços exteriores da *casa de acolhimento* pois estes, apesar de serem vistos como lugares de sociabilidade necessitam de preservar a intimidade e o recolhimento dos seus habitantes. Assume-se aqui que o contacto com pessoas exteriores à instituição deve ser feito unicamente mediante a permissão dos utilizadores como, aliás, acontece na Casa da Infância e na Casa do Canto, cujos pátios funcionam como lugares reservados onde as crianças e jovens podem permanecer sem estarem sujeitas à observação de elementos externos.

Para além da importância da privacidade face ao meio exterior, também entre elementos internos existe a necessidade de preservar a individualidade da cada criança e jovem acolhido, dada a predominância de ambientes coletivos. Neste sentido, ao analisar as vivências dos residentes pode-se constatar que existem dois tipos de espaços de privacidade inseridos nos edifícios em estudo: os que, segundo as RTES, fazem parte da área técnica/administrativa e os que se relacionam com a área habitacional (ISS, I.P., 2010a; ISS, I.P., 2010b).

Quanto à área técnica/administrativa, tanto na Casa do Canto como na Casa da Infância, se verifica que os gabinetes dos técnicos e a sala de visitas desempenham um papel crucial tendo em conta as problemáticas específicas da residencialização. Nos dois casos, estes são os espaços onde é possível aos técnicos (nos gabinetes) e à família (na sala de visitas) interagir e abordar em privado qualquer assunto relacionado com a vida particular das jovens. Tal como refere a Diretora Técnica da Casa da Infância (12 de março 2016), “*quando querem conversar [...] o gabinete da psicóloga, o gabinete da assistente social, o gabinete da diretora e da educadora são os espaços de privacidade, claro não tanto entre elas, mas com o adulto que está com elas [...]*”. Neste sentido, entendemos a importância de reconsiderar o ambiente formal destes espaços, uma vez que estes acomodam também uma dimensão fundamental para a privacidade das jovens no período de residencialização. Por outro lado, os espaços de habitação destes equipamentos poderiam ser pensados no sentido de lhes conferir diferentes ambiências, oferecendo a possibilidade de integrar estes momentos, seja em família, com



Fig.107



Fig.108



Fig.109

**Figura 107** | Plantas dos espaços de privacidade da Casa do Canto  
**Figura 108 e 109** | Armário e secretária dos quartos da Casa do Canto

os técnicos de referência ou mesmo com os amigos que visitam a casa e procuram uma convivência mais íntima.

No Ninho dos Pequenitos, por se tratarem de crianças mais pequenas, a necessidade de privacidade não se torna tão evidente sendo que, no caso dos gabinetes, estes se destinam a uma utilização meramente administrativa. Aqui, também a sala de visitas assume um carácter diferente dos casos anteriores ao se integrar com os outros espaços de socialização e atividades do Ninho e assumindo, tal como estes, um ambiente lúdico que promove maior interação entre pais e filhos nos momentos de visita.

Quanto à área habitacional, o quarto revela-se nas três *casas de acolhimento* o principal espaço de privacidade para as crianças e jovens. Contudo, o facto de existirem poucos quartos individuais faz com que estes não satisfaçam completamente esta necessidade.

Antes de mais, e como já foi previamente referido, importa entender que a necessidade de isolamento e privacidade tem diferentes manifestações consoante a idade dos indivíduos, ou seja, a privacidade, de uma forma geral, torna-se uma questão menos evidente na infância, em relação à adolescência (Savi, 2008). Assim, no Ninho dos Pequenitos a utilização do quarto como lugar de privacidade só se verifica com as crianças mais velhas, que dispõem de um espaço com características diferentes dos berçários. No entanto, mesmo nestes casos, as crianças privilegiam a interação em grupo nos espaços de atividades, sendo que o quarto funciona sobretudo como um espaço para dormir.

Por outro lado, na Casa da Infância e na Casa do Canto, o quarto adquire outra relevância. De entre os espaços marcadamente coletivos da *casa de acolhimento*, o quarto representa para estas jovens o ambiente mais íntimo, onde é possível um sentimento de domínio do território. Porém, e tal como já foi referido em relação à apropriação, o facto de se tratarem de quartos partilhados dificulta a promoção da privacidade de cada jovem e a necessidade de estarem inteiramente sozinhas (Morais, 2008). Como refere a Diretora técnica da Casa do Canto (1 de março 2016), “*o único espaço mais privado é o quarto, sendo que são quartos duplos, nunca é tão íntimo quanto desejariam.*”

Perante esta limitação, é reconhecida na Casa da Infância a necessidade de efetuar remodelações espaciais<sup>9</sup> neste sentido, através da reestruturação dos atuais dormitórios, que acolhem até quarto crianças/jovens, em quartos de menor dimensão, com instalações sanitárias associadas.

---

9. Relativamente a esta questão a Casa da Infância Dr. Elísio de Moura pretende vir a efetuar remodelação em diversos espaços, no sentido de adequá-los às recomendações técnicas vigentes (RTES). Estas alterações passam pela necessidade de criar espaços que confiram maior autonomia e privacidade às residentes, nomeadamente através da inclusão de quartos individuais, espaços de preparação de refeições e de lazer associados a cada unidade. Dado o estado embrionário das propostas em causa, estas não serão abordadas em detalhe nesta dissertação.

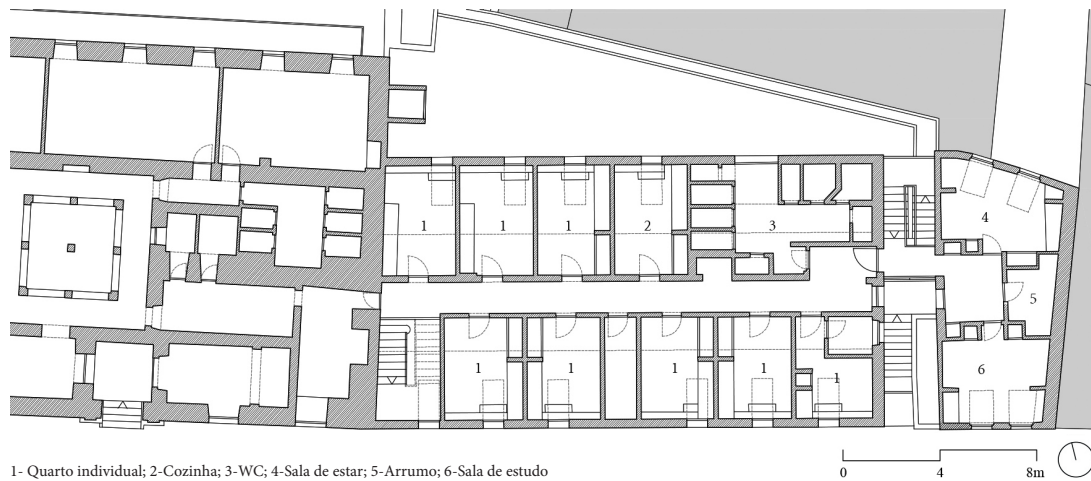


Fig.110



Fig.111



Fig.112

Figura 110 | Planta da *unidade de autonomia* da Casa da Infância

Figura 111 e 112 | Cozinha da *unidade de autonomia* da Casa da Infância e da Casa do Canto, respetivamente

A garantia da privacidade nos quartos, face a estas circunstâncias, pode ainda estar patente na atenção dada a elementos que permitam às crianças e jovens guardar os seus bens pessoais. A inexistência de lugares específicos para este fim apresenta-se muitas vezes como uma dificuldade que leva os residentes a abdicar de parte dos seus pertences ou mesmo a dispô-los no pouco espaço que têm disponível, deixando-os permanentemente expostos aos restantes habitantes.

Nestes equipamentos, a tendência para uma reprodução estandardizada dos quartos e a tentativa de otimização da área disponível pode, por vezes, banalizar a questão da privacidade e do espaço pessoal dos residentes a soluções mais simplistas e pouco efetivas. Como refere a Diretora Técnica da Casa do Canto (1 de março 2016), “*são quartos que para duas jovens que guardam os pertences todos da escola, a roupa, sapatos, os bens que trazem de casa... acabam por ser espaços pequenos.*” É fundamental ter em conta que o quarto representa o espaço pessoal destes sujeitos na *casa* e, desta forma, acaba por reduzir o seu potencial, não conseguindo integrar o universo privado (material e imaterial) daqueles que o habitam.

### *Espaços de Autonomia*

No contexto de residencialização, a preparação da autonomia das crianças e jovens torna-se também uma questão central, pois é através da sua promoção que os residentes podem desenvolver uma perceção de controlo sobre as circunstâncias da sua vida, potenciar o seu desenvolvimento e a transição para a vida fora da *casa de acolhimento*. A procura da autonomização destes sujeitos surge no sentido de preparar a sua saída de uma forma sustentável sendo que, tal facto se encontra associado às capacidades e nível etário de cada um, fazendo dos jovens de maior idade (16-18 anos) os protagonistas desta temática, visto encontrarem-se no período final do seu tempo de permanência (Gomes, 2010).

Como resposta aos objetivos de intervenção existentes nas *casas de acolhimento* relativamente à autonomia, verifica-se que o espaço se apresenta como uma ferramenta fundamental, que se deve ajustar à preponderância e especificidade da problemática e fomentar condições para ensaiar o futuro. Assim, dentro do programa destes equipamentos preconizam-se espaços “[...] onde se possa aprender como se faz, fazendo [...]” dando aos jovens “[...] a possibilidade de, num processo continuado e evolutivo, treinar e sedimentar as suas competências [...]” (Gomes, 2010, p.360).

Como tal, procurou-se na observação dos casos de estudo, identificar espaços determinantes para o desenvolvimento da autonomia das jovens. Neste sentido, importa





Fig.113



Fig.114



referir que o Ninho dos Pequenitos não constou nesta análise uma vez que, como se mencionou anteriormente, a temática não se enquadrar na faixa etária dos elementos residentes.

Quanto aos restantes casos de estudo, podemos aferir que a existência de *unidades funcionais* centradas no desenvolvimento da autonomia das jovens introduz necessariamente uma nova dinâmica espacial, que tende também ela a autonomizar-se dos restantes espaços da *casa*. Tal facto encontra-se particularmente visível na Casa da Infância que, ao instalar-se no edifício adjacente ao Colégio (antiga casa do Dr. Elísio de Moura), se destaca das restantes áreas da residência, assegurando a sua total independência. Noutra perspetiva, a *unidade de autonomia* na Casa do Canto surge de forma completamente integrada no edifício, onde os acessos, percursos e rotinas das jovens de ambas as *unidades* se cruzam e o contacto com os técnicos e funcionários evidencia um grau de proximidade superior em relação à Casa da Infância.

A composição funcional destas unidades implica necessariamente a existência de condições para a autonomização, isto é, espaços como a cozinha ou a lavandaria, que nas outras unidades são do domínio dos funcionários e da equipa técnica. Na Casa do Canto, apesar destes espaços estarem diretamente relacionados com a área onde estas jovens habitam, verifica-se que alguns deles servem toda a *casa*, como é o caso da lavandaria, partilhada entre funcionários e jovens e a sala de estudo, onde também se realizam atividades lúdicas ou formativas para todas as residentes.

Na Casa da Infância, foram realizadas adaptações de modo a que todos os espaços da *unidade de autonomia* fossem exclusivamente utilizados pelas jovens aqui residentes. Assim, reconheceu-se a importância de tornar os quartos individuais, ao contrário da Casa do Canto que mantém os quartos duplos, bem como a necessidade de introduzir uma cozinha, rouparia, sala de estar e de estudo independentes. Esta adaptação da casa do Dr. Elísio de Moura possibilitou a criação de espaços com características contrastantes em relação às unidades inseridas no Colégio de Santo António da Pedreira, ao dissipar a atmosfera coletiva na reminiscência do espaço doméstico.

Com efeito, podemos constatar que na Casa do Canto o espaço arquitetónico não reproduz de forma tão evidente o impacto desta temática. Não existe uma demarcação clara da intenção de tornar os espaços autónomos, nem de lhe conferir diferentes características em relação ao piso superior, por exemplo ao nível da cozinha, a lavandaria ou mesmo a individualização dos quartos.

Em ambos os casos são criados espaços próprios para a preparação e aquisição de



competências para uma vida independente. Contudo, a desvinculação gradual dos espaços e das vivências diretamente associadas à instituição, bem como da figura dos técnicos, poderá estimular nos jovens o estabelecimento de rotinas próprias e outro grau de responsabilidades (Gomes, 2010, p.290). Deste modo, a autonomia do próprio espaço de habitação destas jovens em relação à *casa de acolhimento*, poderá potencializar de forma mais notória o desenvolvimento da sua autonomia pessoal.



#### 4.4. REFLEXÃO FINAL

Nesta análise comparativa foi possível constatar como é que diferentes contextos geográficos e arquitetónicos responderam a aspetos essenciais no ato de habitar *casas de acolhimento*.

A nível de **integração social** verificou-se que a proximidade, ou não, relativamente ao espaço urbano pode influenciar este aspeto, pois ao limitar o acesso à diversidade inclusiva oferecida pela cidade poder-se-á acentuar a tendência para o isolamento ou mesmo a marginalização destes indivíduos, bem como apresentar um conjunto de dificuldades técnicas ao nível, principalmente, das deslocações. Por outro lado, o meio urbano também beneficiará da inclusão destes equipamentos e dos seus utilizadores, uma vez que estes atuam como expressão identitária e reforço da referida diversidade que, por vezes, se dissipa na estratificação dos espaços e dos serviços. A integração social apresenta-se assim como uma variável que se fundamenta na relação genérica do edifício com o espaço envolvente, sem que se tenha verificado nos casos de estudo uma influência determinante deste conceito ao nível da organização interna dos espaços.

Pelo contrário, a **apropriação** e a **vivência dos espaços** prendem-se essencialmente com as dinâmicas internas das *casas de acolhimento* e com as suas implicações ao nível espacial. Assim, constatou-se que estes conceitos estabelecem relações diretas entre si e que são, por vezes, interdependentes. De uma forma mais expressiva, podemos observar que a apropriação do espaço está particularmente afeta às vivências íntimas e aos espaços de privacidade, principalmente na Casa do Canto e na Casa da Infância, que acolhem crianças de maior idade. No Ninho dos Pequenitos a questão da privacidade nunca se revelou muito evidente, pelo que não foi possível estabelecer esta relação.

Deste modo, o quarto mostrou-se nestes dois casos o espaço mais apropriado pelos residentes e onde estes se sentiam mais convidados a imprimir a sua marca pessoal por meio da decoração, fixação de objetos na parede e alteração da disposição do mobiliário (quando permitido). Nos espaços coletivos muitas vezes a apropriação não parte dos residentes por imposição da própria instituição ou porque o espaço toma um carácter marcadamente coletivo e impessoal, onde não é favorecido o sentimento de pertença e de identificação.

No Ninhos dos Pequenitos, a apropriação dos espaços coletivos acontece principalmente por iniciativa dos próprios técnicos, através da alteração da configuração do mobiliário. A variação frequente das faixas etária dos residentes e a diversidade de atividades realizadas faz com que seja fundamental a existência de espaços capazes de acomodar estas alterações sem





que, contudo, se tornem demasiado ambíguos e percam o seu propósito principal.

Neste sentido, os casos de estudo apresentam estruturas compositivas que colocam os espaços de socialização numa lógica mais ou menos fragmentada, que exige consequentemente espaços mais ou menos flexíveis. Isto é, as vivências ligadas à socialização podem estabelecer-se em espaços particularmente dedicados à prática de determinadas atividades ou, em espaços polivalentes que servem diferentes propósitos e que por isso devem ter a capacidade de se adaptar à diversidade de necessidades e aspirações dos habitantes nos seus momentos de socialização e lazer.

Aqui realça-se ainda a inclusão dos espaços exteriores que se apresentam, nos três casos de estudo, relacionados com as áreas coletivas internas. A dicotomia interior-exterior torna-se fundamental para o desenvolvimento de atividades, porém nos três edifícios estes espaços poderiam incluir elementos que estimulassem a sua fruição e a interação entre residentes.

Quando os espaços de socialização se tornam demasiado plurais, o quarto pode também assumir-se um lugar de convívio alternativo, mais intimista e essa ideia é particularmente reforçada em quartos partilhados com vários elementos como no caso da Casa da Infância. No entanto, esta partilha pode simultaneamente ser um constrangimento à privacidade de cada indivíduo, que não consegue reconhecer nitidamente o seu espaço pessoal. A privacidade, que é principalmente conquistada no quarto apresenta diferentes variações consoante a tipologia existente, podendo ser posta em causa quando o espaço não fornece as condições favoráveis a vivências mais íntimas.

No que refere as vivências ligadas à promoção da autonomia, os espaços podem desenvolver-se de forma mais ou menos integrada na estrutura da *casa de acolhimento*. De um modo geral verifica-se que estes têm o papel de estimular a independência dos jovens que preparam a sua saída da instituição. O espaço surge assim como um elemento que poderá proporcionar experiências algo distintas das que ocorrem nas *unidades funcionais* dos utilizadores mais jovens e isso reflete-se ao nível das funções a considerar, da tipologia dos quartos e na relação dos acessos e percursos com o restante espaço institucional.

Em suma, a diversidade de soluções espaciais repercute diferentes vivências nos três casos de estudo. Importa realçar que estas variações não são unicamente estabelecidas pelo espaço mas também pelas práticas de intervenção levadas a cabo em cada *casa de acolhimento*, assim como pela heterogeneidade dos utilizadores com idades e percursos de vida muito distintos. Como refere Alberto (2003 citado por Ferreira, 2011, p.9), “*cada instituição é um organismo vivo, que se caracteriza e compõe de outros seres vivos, com vivências, afectos,*



*projectos, passados e presentes e futuros próprios”.*

No entanto, a arquitetura representa também uma variável determinante que é evidenciada nas semelhanças e diferenças espaciais constatadas nos casos de estudo, sendo que soluções distintas nem sempre implicam espaços mais ou menos adequados, e soluções semelhantes podem não reproduzir as mesmas narrativas ou ser igualmente efetivas. Não existe um discurso vinculativo mas sim a evidência de que cada resposta dependerá da análise atenta do contexto e das suas especificidades.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de abordar o conceito de *acolhimento residencial* e clarificar as problemáticas a ele associadas, verificou-se que a forma como o espaço acolheu e acolhe as dinâmicas inerentes à residencialização de crianças e jovens se caracteriza pela sua heterogeneidade, sem que seja possível atribuir uma tipologia transversal às várias soluções apresentadas ao longo do tempo.

As características e alterações apontadas partem sobretudo da evolução das práticas associadas à assistência de crianças, que passam de um atendimento mais generalizado e não especializado - onde crianças, idosos, doentes, etc. eram acolhidos nos mesmos equipamentos e sob as mesmas circunstâncias - para estruturas direcionadas exclusivamente para a infância, mas que não revelam espacialmente esta exclusividade. Estes seriam espaços caracterizados pelo seu carácter fechado e pelo ambiente repressivo que procurava afastar estes indivíduos considerados 'desajustados' da sociedade e da cidade, de modo a não corromper a sua ordem natural (Caldeira, 2004; Goffman, 2003).

Na transição do século XIX para o século XX, o surgimento de legislação especialmente dirigida à proteção da infância e ao reconhecimento da criança enquanto ser de direitos e com necessidades diferentes dos adultos, desencadeia uma mudança de paradigma significativa no âmbito do acolhimento e proteção de crianças e jovens.

Em Portugal esta alteração tornou-se mais expressiva após a promulgação da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº147/99 de 1 de setembro) em 1999. A partir deste momento, preconizam-se espaços que contrariem as características associadas às *instituições totais* referidas por Goffman (2003) e defende-se a integração em estruturas com um carácter doméstico e familiar que promovam a normalização das vivências desta população (Del Valle, 2009).





Contudo, a efetivação deste conceito nem sempre se revelou de forma clara nos equipamentos de acolhimento em Portugal, sendo que o prevalectimento das estruturas preexistentes não permitiu que se revelassem alterações significativas neste sentido (Strecht, 2003).

Nestas circunstâncias, o ato de habitar adquire a sua própria especificidade, uma vez que, como verificámos, existe aqui um conjunto de fatores que dificultam a criação de um sentido de identificação com o ambiente e o estabelecimento do sentimento de pertença que poderá ser associado ao lar ou à casa, enquanto referência do Homem no mundo. As alterações no paradigma do acolhimento residencial e a tentativa de repercutir essas alterações no espaço procuram, de alguma forma, diluir essa dificuldade, contudo aspetos como o tempo de permanência indeterminado (períodos muito curtos ou muito longos), o carácter coletivo das *casas de acolhimento* ou, no limite, a forma como a criança/jovem encara tal situação, podem identificar-se como constrangimentos ainda hoje observáveis. Como tal, destaca-se essencialmente a ideia de criar um ambiente que procura, dentro do seu contexto e da realidade que o envolve, oferecer a estabilidade necessária num período tão conturbado.

Por conseguinte, a arquitetura poderá ter um contributo importante, pois é possível através dela criar um diálogo com o utilizador, neste caso, as crianças e os jovens que assumem perante a disciplina características particulares a considerar.

No período do pós-guerra o discurso arquitetónico encarou estes intervenientes como elementos fundamentais para a regeneração da sociedade, da cidade e deles próprios, através do olhar atento e sensível do arquiteto. Essa sensibilidade, refletida em obras como o Orfanato de Amesterdão (1955) ou a *Hubertus House* (1973) de Aldo van Eyck, revela a dicotomia existente entre as relações/necessidades sociais e a capacidade que a arquitetura tem para as promover e/ou absorver.

Contemporaneamente, a resposta do arquiteto e da arquitetura a este programa passa pela necessidade do conhecimento, tanto dos intervenientes como do cenário que os envolve, no sentido de atuar face às necessidades de cada indivíduo, de cada faixa etária e cada particularidade que lhe é inerente e que pode ser estimulada através da arquitetura.

Assim, as *casas de acolhimento* selecionadas como casos de estudo neste trabalho surgem como meio efetivo para a identificação destas necessidades particulares, possíveis de analisar devido às diferenças que cada instituição estabelece entre si a nível das idades da população acolhida, dos diferentes contextos geográficos e das distintas soluções espaciais apresentadas.

As variáveis consideradas na análise comparativa colocam em evidência aspetos



espaciais que influenciam as dinâmicas de funcionamento dos três casos de estudo e destacam necessidades fundamentais das crianças/jovens e eventualmente da equipa técnica que os acompanha. Deste modo, exploram-se diferentes relações, a diferentes escalas, que vão desde a cidade (ou vila), até ao quarto. Cada espaço exerce a sua função e a sua influência própria na vida das crianças e jovens.

Salvuarda-se que esta presença assinalável da arquitetura e a influência do espaço nas variáveis apontadas, diz principalmente respeito a uma amostra reduzida de exemplares e que, admitindo uma análise mais alargada, muitas outras questões poderiam ser levantadas.

Contudo, parece evidente a necessidade de uma reflexão sobre a arquitetura dos espaços de acolhimento na atualidade, uma vez que os métodos de atuação e a legislação aplicada revelam uma evolução díspar com a atenção conferida ao espaço. Esta necessidade justifica-se, como verificámos, pela influência mútua destas dimensões e pelo contributo que pode surgir se se apresentarem em sintonia: a legislação, as práticas e o espaço.

Da parte do arquiteto, reconhece-se que a reflexão sobre o contexto e sobre a sua especificidade é fundamental e as variáveis apontadas neste trabalho, justificadas na sua aplicação aos casos de estudo, poderão assumir-se como base para essa reflexão. No entanto, estas não estipulam soluções mais ou menos efetivas nem se apresentam como normativas. São exatamente pontos de reflexão que dependem de um contexto e da interpretação pessoal de cada arquiteto.

Não obstante, como fizemos questão de frisar ao longo deste trabalho, também é tarefa do arquiteto reconhecer as suas limitações e assumir-se como ‘mais um agente’ da complexidade e heterogeneidade de agentes que envolvem a residencialização de crianças e jovens em Portugal, mas cuja intervenção é de grande relevância para as vivências que têm lugar nos espaços por ele projetados.



## BIBLIOGRAFIA

- Ábalos, J.** (2003). *A boa-vida: visita guiada às casas da modernidade*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili.
- Bachelard, G.** (1979). *A Poética do Espaço*, São Paulo: Abril Cultural.
- Batista, S.** (2013). *Características do contexto de acolhimento residencial e comportamentos dos jovens acolhidos*. Dissertação de Mestrado Integrado em Psicologia. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade do Porto.
- Borja, J.** (2003). *La ciudad conquistada*. Madrid: Alianza Editorial.
- Caio, E.** (2014). *Inclusão escolar de crianças e jovens institucionalizados-um desafio entre o ideal e o real*. Dissertação de Mestrado em Intervenção Social Escolar. Escola Superior de Educação. Instituto Politécnico de Castelo Branco.
- Caldeira, M. F.** (2004). *Assistência infantil em Lisboa na 1ª República*. Casal de Cambra: Caleidoscópico.
- Cansado, T.** (2008). *Institucionalização de crianças e jovens em Portugal continental: o caso das instituições particulares de Solidariedade Social*. E-cadernos CES. 02. III.
- Carvalho, M.** (2013). Sistema Nacional de Acolhimento de Crianças e Jovens. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Casa da Infância Doutor Elísio de Moura** (1981). *Casa da Infância Doutor Elyσιο de Moura: obra de bem-fazer tipicamente universitária e coimbrã: vivência de todos*. Coimbra.
- Casas, F.** (1988). Las Instituciones residenciales para la atención de chicos y chicas en dificultades socio-familiares: apuntes para una discusión. *Menores*, 10, 37-50.
- Clark, A., & Cameron, C.** (2014). Sense of place and space in children's residential care homes: perceptions of home? *Scottish Journal of Residential Child Care*, 13(2).
- Del Valle, J. F.** (2009) Evolución histórica, modelos y funciones del acogimiento residencial. In A. Bravo & J. F. del Valle, J. (coords), *Intervención socioeducativa en acogimiento residencial*. Cantabria: Administración de unidades de información.
- Del Valle, J. F. & Zurita, J. F.** (2000). *El Acogimiento residencial en la protección a la infancia*. Madrid: Pirámide.
- Del Valle, J. F. & Artamendi, M. R. F.** (2011). *Evaluación del proceso en programas de acogimiento residencial*. Departamento de Psicología de la Universidad de Oviedo.



- Dorvey, K.** (1985). Home and Homelessness. In: I. Altman e C. Werner (eds.). *Home Environments*. (pp.33-64). New York: Ed. Plenum.
- Dudek, M.** (2000) *Kindergarten Architecture: Space for the Imagination*. Londres: Taylor & Francis Group.
- Ferreira, R.** (2011). *Uma casa para todos- estudo, análise e aplicação das Recomendações Técnicas para Equipamentos Sociais- Lar de Infância e Juventude*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade da Beira Interior.
- Foucault, M.** (2013). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Lisboa: Edições 70.
- Fonte, T. A.** (2005). *No limiar da honra e da pobreza: A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)*. Areosa: Imprensa Ofíto.
- Fernandes, J. M.** (1982, outubro/novembro). Espaços para crianças e histórias de crianças e espaços. *Arquitetura-equipamentos colectivos para a 1ª e para a 2ª infâncias*, 147(4), 42-47.
- Guerra, I.** (1997). Um Olhar Sociológico Sobre o Alojamento, in: *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 24, Lisboa, 165-181.
- Guerra, P.** (2016). *Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo anotada*. Almedina.
- Guimarães Sá, I.** (1994). Child abandonment in Portugal: Legislation and institutional care. *Continuity and Change*, vol.9, nº1, 69-89.
- Goffman, E.** (2003). *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspetiva.
- Gomes, I.** (2010). *Acreditar no futuro*. 1ª edição. Alfragide: Texto editores, Lda.
- Grupo CID.** (2007). *Manual de Boas Práticas: Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Heidegger, M.** (1993). Building, Dwelling, Thinking. In D. Farrell Krell (ed.) *Basic Writings*. London: Routledge.
- Hertzberger, H.** (1991). *Lessons for Students in Architecture*. Roterdão: 010 Publishers.
- Heuvel, D.** (2006). Team 10 riddles - A few notes on mythopoiesis, discourse and epistemology. In Risselada, M., Heuvel, D. & Wall, G. [eds.]. *Team 10. Keeping the language of Modern Architecture alive* (pp. 88-108). Delft: TU Delft.
- ISS, I.P.** (2010a). *Recomendações técnicas para equipamentos sociais (RTES) – Centros de acolhimento temporário-Novos estabelecimentos e estabelecimentos existentes*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.





- ISS, I.P.** (2010b). *Recomendações técnicas para equipamentos sociais (RTES) – Lares de Infância e Juventude-Novos estabelecimentos e estabelecimentos existentes*. Lisboa: Instituto da Segurança Social, I.P.
- ISS, I.P.** (2014). *CASA 2013 - Relatório de Caracterização anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- ISS, I.P.** (2015). *CASA 2014 - Relatório de Caracterização anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto de Segurança Social, I.P.
- Jack, G.** (2010). Place Matters: The Significance of Place Attachments for Children's Well-being. In *British Journal of Social Work*, 40 (3), 755-71.
- Kozlovsky, R.** (2013). *The Architecture of Childhood: Children, Modern Architecture and Reconstruction in Postwar England*. Ashgate Publishing.
- Lara, J. E. [dir.]**. (2015). The children's house of the Future - CEBRA Architecture. *Sección-Revista de Arquitectura*. nº1, pp. 36-46.
- Lefebvre, H.** (1975). *De lo rural a lo urbano*. Barcelona: Península.
- Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. Diário da República** - I Série A, 204.
- Lei nº 142/2015, de 8 de setembro** - segunda alteração à lei nº 147/99, de 18 de setembro.
- Luvizaro, N. A., Galheigo, S. M.** (2011). Considerações sobre o cotidiano e o habitar de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional em abrigo. In *Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo*, vol. 22, nº 2, 191-199.
- Maia, J. F.** (2012). "Brincar na rua". *Desenhar (n) o espaço público*. Dissertação de mestrado integrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Martinho, J.** (2014). *O espaço para a criança na cidade um estudo crítico a partir da experiência de Aldo van Eyck*. Dissertação de mestrado integrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto.
- Martins, E.** (2002). *A criança abandonada: estudo histórico-educativo da Monarquia à 1ª República*. Educação Unisinos, vol. 6, nº 10, 175-198.
- Martins, P. C.** (2004). *Protecção de Crianças e Jovens em Itinerários de Risco – representações sociais, modos e espaços*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Universidade do Minho.
- Martins, P.** (2005). *O desenvolvimento pessoal e social da criança em contexto de vida institucional - elementos para uma análise da ecologia da interpessoalidade*. Encontro Inadaptação Social – Inadaptação Social: transformações, intervenção e avaliação. Porto.



- Martins, P. C. M.** (2006). A Qualidade dos Serviços de Protecção às Crianças e Jovens – As Respostas Institucionais. In *Intervenção realizada no VI Encontro Cidade Solidária: Crianças em Risco: será possível converter o risco em oportunidade?*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mello, S. G.** (2004). O ambiente físico no qual vivem crianças e adolescentes em situação de abrigo. In: *O direito à convivência familiar e comunitária: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil*. (pp. 135-167). Brasília: IPEA/CONANDA.
- Morais, I.** (2008). *O território da privacidade as crianças em acolhimento institucional prolongado*. Tese de Mestrado em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores. Universidade de Lisboa.
- Mumford, E. P.** (2002). *The CIAM discourse on urbanism, 1928-1960*. Cambridge: MIT Press.
- Norberg-Schulz, C.** (1996). *Genius Loci: paesaggio, ambiente, architettura*. Milano: Electa.
- Oliveira, A.** (2015). *A casa compreensiva. Um percurso sobre a concepção arquitectónica das tipologias de habitação*. Casal de Cambra: Caleidoscópio-Edição e Artes Gráficas, SA.
- Pallasmaa, J.** (2005). *Encounters: architectural essays*. Helsinki: Rakennustieto.
- Peace, S., Holland, C.** (2001). Homely residential care: a contradiction in terms? In *Journal of Social Policy*, 30(3), 393–410.
- Piedade, P.** (2001). *Intervenção social na evolução do sistema de protecção social das crianças e jovens em perigo em Portugal*. Pós-Graduação em Protecção de Menores. Universidade de Coimbra.
- Pinho, J.** (2010). *O Ninho dos Pequenos. 8 décadas a fazer sorrir as crianças da nossa terra*. Coimbra: Associação dos Amigos do Ninho dos Pequenos.
- Quintãns, C. R. P.** (2009). *Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização*. Tese de Mestrado em Psicologia da Justiça. Universidade do Minho.
- Raposo, A. M. S.** (2000). *Casa da Infância Dr. Elísio de Moura : história e funcionamento (1920-1930)*. Trabalho de seminário História das Organizações. Coimbra.
- Rasmussen, S. E.** (1998). *Arquitetura vivenciada*. São Paulo: Martins Fontes.
- Risselada, M. [ed.]; Heuvel, D.** (2005). *Team 10: in search for a utopia of the present: 1953-81*. Rotterdam: NAI Publishers.
- Rodrigues, A. L.** (2008). *A habitabilidade do espaço doméstico. O cliente, o arquitecto, o habitante e a casa*. Tese de Doutoramento em arquitetura. Universidade do Minho.



- Vieira, A. S.** (2009). *Imaginar a Evidência*. Lisboa: Edições 70.
- Santos, J.** (1983). *Ensaio sobre educação-II. O falar das letras*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Santos, M. A. M.** (2010). *O acolhimento institucional prolongado de jovens em risco- a experiência passada de institucionalização e o seu significado atual para os sujeitos adultos*. Dissertação de mestrado em Ciências da Educação. Universidade de Coimbra.
- Savi, A.** (2008). *Abrigo ou lar? Um olhar arquitetônico sobre os abrigos de permanência continuada para crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina.
- Schneider, D. & Mancey, S. M.** (2002). Foundlings, Asylums, Almshouses and Orphanages: Early Roots of Child Protection. In *Middle States Geographer*, nº 35, 92-100.
- Silva, S. M.** (2010). *Da Casa da Juventude aos Confins do Mundo: Etnografia de fragilidades, medos e estratégias juvenis*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, R. J. A.** (2013). *Arquitetura Hospitalar e Assistencial Promovida por Bissaya Barreto*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra.
- Smithson, A. [ed.]**. (1968). *Team 10 primer*. London: Studio Vista.
- Smithson, A.; Smithson, P.** (2001). *The charged void: urbanism*. New York: The Monacelli Press.
- Strecht, P.** (2003). *Crescer Vazio. Repercussões psíquicas do abandono, negligência e maus-tratos em crianças e jovens*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Strauven, F.** (1998). *Aldo van Eyck: the shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura.
- Tavares, D.** (2003). *Filippo Brunelleschi: o arquitecto*. Sebentas de História da Arquitectura Moderna, 2. Dafne Editora.
- Távora, F.** (1982). *Da Organização do Espaço*. Publicações FAUP.
- Zumthor, P.** (2005). *Pensar a arquitectura*. Barcelona: Gustavo Gili.
- Zumthor, P.** (2006). *Atmosferas*. Barcelona: Gustavo Gili.

#### **Artigos Online:**

- Fujimoto, S.** (2008). *Children's center for Psychiatric Rehabilitation*. Archidaily.
- Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes** (2014). *Maison d'accueil de l'enfance*. Darchitectures.





# CRÉDITOS ICONOGRÁFICOS

- Figura 1** | Disponível em [http://www.storiadimilano.it/citta/Piazza\\_Duomo/duomo\\_barbari.htm](http://www.storiadimilano.it/citta/Piazza_Duomo/duomo_barbari.htm) [acedido a 27-04-2016]
- Figura 2** | Retirada de Tavares, D. (2003). *Filippo Brunelleschi: o arquitecto*. Sebentas de História da Arquitectura Moderna, 2. Dafne Editora. (p.88)
- Figura 3** | Retirada de Pizzigoni, A. (1989). *Brunelleschi*. Bologna: Zanichelli. (p.51)
- Figura 4** | Disponível em [https://classconnection.s3.amazonaws.com/470/flashcards/2108470/png/brunelleschi\\_\\_ospedale\\_degli\\_innocenti1351780422348.png](https://classconnection.s3.amazonaws.com/470/flashcards/2108470/png/brunelleschi__ospedale_degli_innocenti1351780422348.png) [acedido a 20-06-2016]
- Figura 5** | Disponível em <http://www.neonatology.org/classics/hopital/hopital3b.jpg> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 6** | Disponível em <http://vergue.com/media/plan-delagrive-AP.png> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 7** | Disponível em <http://welcome.vs.de/montessori/en/detail/333/> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 8** | Disponível em <http://welcome.vs.de/montessori/en/detail/223/> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 9** | Retirada de Silva, R. J. A. (2013). *Arquitectura Hospitalar e Assistencial Promovida por Bissaya Barreto*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.137)
- Figura 10** | Retirada de Silva, R. J. A. (2013). *Arquitectura Hospitalar e Assistencial Promovida por Bissaya Barreto*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.137)
- Figura 11** | Disponível em <http://portugalmemoria.blogspot.pt/2015/02/casa-pia-de-lisboa.html> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 12** | Disponível em <http://portugalmemoria.blogspot.pt/2015/02/casa-pia-de-lisboa.html> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 13** | Disponível em <http://portugalmemoria.blogspot.pt/2015/02/casa-pia-de-lisboa.html> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 14** | Disponível em <http://portugalmemoria.blogspot.pt/2015/02/casa-pia-de-lisboa.html> [acedido a 27-04-2016]
- Figura 15** | Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Carl\\_Larsson](https://en.wikipedia.org/wiki/Carl_Larsson) [acedido a 11-06-2016]
- Figura 16** | Disponível em [https://en.wikipedia.org/wiki/Carl\\_Larsson](https://en.wikipedia.org/wiki/Carl_Larsson) [acedido a 11-06-2016]
- Figura 17** | Retirada de Arquitectura Viva. Nº 163/2014. *Small Spain. Reinventing Practice, 12+1 Experiences*. (p.58)
- Figura 18** | Disponível no Arquivo Gulbenkian (Biblioteca de Arte - Estúdio Mário Novais)
- Figura 19** | Disponível em [http://www.eron.it/CANVAS\\_2003\\_-\\_2006.html#2](http://www.eron.it/CANVAS_2003_-_2006.html#2) [acedido a 20-11-2015]
- Figura 20** | Retirada de Kozlovsky, R.(2013). *The Architecture of Childhood: Children, Modern Architecture and Reconstruction in Postwar England*. Ashgate Publishing. (p.224)



- Figura 21** | Retirada de Kozlovsky, R.(2013). *The Architecture of Childhood: Children, Modern Architecture and Reconstruction in Postwar England*. Ashgate Publishing. (p.225)
- Figura 22** | Disponível em <https://s-media-cache-ak0.pinimg.com/736x/95/d5/37/95d5375fe37ac770f75bec096331a8bb.jpg> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 23** | Disponível em <http://revelateurphocean.com/wp-content/uploads/2015/02/PAR162907.jpg> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 24** | Disponível em <http://mediastore.magnumphotos.com/CoreXDoc/MAG/Media/TR7/e/8/4/5/PAR162908.jpg> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 25** | Disponível em <http://mediastore4.magnumphotos.com/CoreXDoc/MAG/Media/TR7/8/6/1/1/PAR274867.jpg> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 26** | Retirada de Heuvel, D. (2006). Team 10 riddles - A few notes on mythopoiesis, discourse and epistemology. In Risselada, M., Heuvel, D. & Wall, G. [eds.]. *Team 10. Keeping the language of Modern Architecture alive* (pp. 88-108). Delft: TU Delft. (p. 93, editada)
- Figura 27** | Retirada de Smithson, A. [ed.]. (1968). *Team 10 primer*. London: Studio Vista. (p.77)
- Figura 28** | Disponível em <http://www.grids-blog.com/wordpress/wp-content/uploads/2013/05/Smithson-golden-lane-dwg.jpeg> [acedido a 15-06- 2016]
- Figura 29** | Retirada de Smithson, A.; Smithson, P. (2001). *The charged void: urbanism*. New York: The Monacelli Press. (p.23)
- Figura 30** | Retirada de Smithson, A.; Smithson, P. (2001). *The charged void: urbanism*. New York: The Monacelli Press. (p.23)
- Figura 31** | Retirada de Risselada, M. [ed.]; Heuvel, D. (2005). *Team 10: in search for a utopia of the present: 1953-81*. Rotterdam: NAI Publishers. (p. 56-57)
- Figura 32** | Disponível em <http://beeldbank.amsterdam.nl/beeldbank/weergave/record/?id=010009001665> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 33** | Disponível em <http://beeldbank.amsterdam.nl/beeldbank/weergave/record/?id=10009A002982> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 34** | Disponível em <http://www.architektur fuer kinder.ch/index.php/pioniere/aldo-van-eyck/> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 35** | Disponível em <http://www.architektur fuer kinder.ch/index.php/pioniere/aldo-van-eyck/> [acedido a 15-06-2016]
- Figura 36** | Retirada de Strauven, F.(1998). *Aldo van Eyck: the shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura. (p.290)
- Figura 37** | Disponível em <http://www.archiposition.com/wp-content/uploads/2016/07/court-.jpg> [acedido a 16-06-2016]
- Figura 38** | Disponível em <http://loveyousomat.tumblr.com/post/30508125742> [acedido a 16-06-2016]



- Figura 39** | Retirada de Strauven, F.(1998). *Aldo van Eyck: the shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura. (p.301)
- Figura 40** | Retirada de Strauven, F.(1998). *Aldo van Eyck: the shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura. (p.572)
- Figura 41** | Retirada de Strauven, F.(1998). *Aldo van Eyck: the shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura. (p.578)
- Figura 42** | Retirada de Strauven, F.(1998). *Aldo van Eyck: the shape of relativity*. Amsterdam: Architectura & Natura. (p.576-577)
- Figura 43** | Disponível em <http://cebraarchitecture.dk/project/future-childrens-home/> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 44** | Imagem cedida pelo atelier CEBRA
- Figura 45** | Imagem cedida pelo atelier CEBRA
- Figura 46** | Imagem cedida pelo atelier CEBRA
- Figura 47** | Desenhos cedidos pelo atelier CEBRA (editados)
- Figura 48** | Disponível em <http://www.hessamfar-verons.fr/projets/centre-daccueil-durgence/> (editada) [acedido a 20-06-2016]
- Figura 49** | Disponível em <http://www.hessamfar-verons.fr/projets/centre-daccueil-durgence/> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 50** | Disponível em <http://www.hessamfar-verons.fr/projets/centre-daccueil-durgence/> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 51** | Disponível em <http://www.hessamfar-verons.fr/projets/centre-daccueil-durgence/> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 52** | Disponível em <http://www.hessamfar-verons.fr/projets/centre-daccueil-durgence/> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 53** | Disponível em <http://www.hessamfar-verons.fr/projets/centre-daccueil-durgence/> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 54** | Disponível em <http://de.phaidon.com/resource/atlas21c-207-01.jpg> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 55** | Retirada de Barbado, S. (2013). *Uma Arquitectura Especial-desenhar o espaço para crianças com o espectro do autismo*. Dissertação de mestrado integrado. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto. (p.146)
- Figura 56** | Disponível em <http://www.archdaily.com/8028/children%25e2%2580%2599s-center-for-psychiatric-rehabilitation-sou-fujimoto> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 57** | Disponível em <http://de.phaidon.com/resource/atlas21c-207-02.jpg> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 58** | Disponível em <https://maps.google.pt/>, editada pela autora [acedido a 20-06-2016]



- Figura 59** | Disponível em <http://www.uc.pt/ruas/inventory/mainbuildings/pedreira/1.jpeg> [acedido a 20-06-2016]
- Figura 60** | Desenhos cedidos pela instituição, redesenhados pela autora
- Figura 61** | Desenho cedido pela instituição
- Figura 62** | Desenhos cedidos pela instituição, redesenhados pela autora
- Figura 63** | Desenho cedido pela instituição
- Figura 64** | Disponível em <https://maps.google.pt/>, editada pela autora [acedido a 20-06-2016]
- Figura 65** | Disponível no Arquivo Gulbenkian (Biblioteca de Arte - Estúdio Mário Novais)
- Figura 66** | Disponível no Arquivo Gulbenkian (Biblioteca de Arte - Estúdio Mário Novais)
- Figura 67** | Retirada de Silva, R. J. A. (2013). *Arquitectura Hospitalar e Assistencial Promovida por Bissaya Barreto*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.131)
- Figura 68** | Retirada de Silva, R. J. A. (2013). *Arquitectura Hospitalar e Assistencial Promovida por Bissaya Barreto*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.131)
- Figura 69** | Retirada de Franco, C. (2014). *A Arquitetura da Maternidade-Reutilização do Complexo da Quinta da Rainha em Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.120)
- Figura 70** | Retirada de Franco, C. (2014). *A Arquitetura da Maternidade-Reutilização do Complexo da Quinta da Rainha em Coimbra*. Dissertação de Mestrado em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.120)
- Figura 71** | Desenhos cedidos pela instituição, redesenhados pela autora
- Figura 72** | Fotografia da autora
- Figura 73** | Disponível em <https://maps.google.pt/>, editada pela autora [acedido a 20-06-2016]
- Figura 74** | Fotografia da autora
- Figura 75** | Desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira, redesenhados pela autora
- Figura 76** | Desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira
- Figura 77** | Retirada de Silva, R. J. A. (2013). *Arquitectura Hospitalar e Assistencial Promovida por Bissaya Barreto*. Dissertação de doutoramento em Arquitetura. Universidade de Coimbra. (p.327)
- Figura 78** | Fotografia da autora
- Figura 79** | Fotografia da autora
- Figura 80** | Fotografia da autora
- Figura 81** | Fotografia da autora
- Figura 82** | Fotografia da autora
- Figura 83** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira
- Figura 84** | Fotografia da autora
- Figura 85** | Fotografia da autora





- Figura 86** | Fotografia da autora
- Figura 87** | Fotografia da autora
- Figura 88** | Fotografia da autora
- Figura 89** | Fotografia da autora
- Figura 90** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira
- Figura 91** | Fotografia da autora
- Figura 92** | Fotografia da autora
- Figura 93** | Fotografia da autora
- Figura 94** | Fotografia da autora
- Figura 95** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pela instituição
- Figura 96** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira
- Figura 97** | Fotografia da autora
- Figura 98** | Fotografia da autora
- Figura 99** | Fotografia da autora
- Figura 100** | Fotografia da autora
- Figura 101** | Fotografia da autora
- Figura 102** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pela instituição
- Figura 103** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira
- Figura 104** | Fotografia da autora
- Figura 105** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pela instituição
- Figura 106** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pela instituição
- Figura 107** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pelo arquiteto Hélder Ferreira
- Figura 108** | Fotografia da autora
- Figura 109** | Fotografia da autora
- Figura 110** | Desenho realizado pela autora, com base nos desenhos cedidos pela instituição
- Figura 111** | Fotografia da autora
- Figura 112** | Fotografia da autora
- Figura 113** | Fotografia da autora
- Figura 114** | Fotografia da autora

**Tabela 1** | Retirada de Del Valle, J. F. (2009) Evolución histórica, modelos y funciones del acogimiento residencial. In A. Bravo & J. F. del Valle, J. (coords), *Intervención socioeducativa en acogimiento residencial*. Cantabria: Administración de unidades de información. (pp.17-18, editada)

**Tabela 2** | Retirada de Peace, S., Holland, C. (2001). Homely residential care: a contradiction in terms? In *Journal of Social Policy*, 30(3), 393–410. (p.407, editada)



# ANEXOS



## ANEXO A – Guião de entrevista realizado aos Diretores Técnicos das casas de acolhimento

Faculdade de Ciências e Tecnologia- Universidade de Coimbra

Departamento de Arquitetura

### GUIÃO DE ENTREVISTA

A presente entrevista desenvolve-se no âmbito da Dissertação de Mestrado em Arquitetura do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra.

As respostas são confidenciais tendo como única finalidade o trabalho académico.

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nº de unidades funcionais da instituição: \_\_\_ | Capacidade máxima de instituição: \_\_\_

Nº de crianças/jovens institucionalizados: \_\_\_ | Idades: \_\_\_\_\_ | Sexos: \_\_\_\_\_

As perguntas que se seguem fazem referência à perceção do Diretor-técnico em relação à integração, apropriação e vivência do espaço por parte das crianças/jovens residencializados.

#### 1. Questões relativas à Integração

1.1. As crianças/jovens quando se pretendem deslocar, têm fácil acesso aos espaços, serviços e transportes públicos? (ex. Praças e jardins, escolas, centro de saúde, etc.)

1.2. É permitido que as crianças/jovens recebam amigos na residência? Se sim, existe um espaço para tal acontecer?

#### 2. Questões relativas à Apropriação

2.1. Qual a divisão onde costumam passar mais tempo?

2.2. De que forma é que os jovens intervêm na personalização do espaço (público e privado)?

2.3. As crianças/jovens têm a possibilidade de colocar objetos pessoais no seu quarto ou outra divisão?

2.4. Podem alterar alguma coisa que não gostem? (ex. Decoração, objetos, cores) Se não, porquê?

2.5. Que alterações/renovações espaciais já houve necessidade de realizar na instituição (alterações de espaços/funções) e porquê? Estão previstas mais alterações?

2.6. Considera que existe um sentimento de pertença por parte das crianças e jovens em relação aos espaços em que habitam?

#### 3. Questões relativas à Vivência dos espaços

##### *Socialização*

3.1. Que espaços são geralmente utilizados para socializar/realizar atividades? Mudaria algum aspeto





deste(s) espaço(s)? (sala de estar, sala de refeições ou outro)

3.2. A instituição tem espaços de lazer exteriores? São utilizados?

3.3. Que espaço é utilizado para estudar? (ex. Biblioteca, sala de informática, quarto, etc.)

#### *Privacidade*

3.4. Que espaço é mais utilizado pelas crianças/jovens quando querem ter a sua privacidade? Porquê?

3.5. As crianças/jovens têm espaços específicos para estar com os familiares e para conversar em privado com um técnico? (ex. Sala de visitas)

3.6. Existe separação dos espaços técnicos e administrativos dos espaços de habitação? (ex. diferentes acessos, edifícios distintos, etc.)

#### *Autonomia*

3.7. Que espaços têm particular relevância na autonomização das jovens e como é que estes poderiam ser melhorados?

### **4. Perceção geral do espaço da residência**

4.1. As dimensões dos espaços da instituição são adequadas às necessidades de utilização?

4.2. Considera os espaços da instituição confortáveis? (ex. Temperatura, ruído, iluminação, ventilação, limpeza, etc.)

4.3. Acha os materiais utilizados no edifício adequados? (ex. Resistentes, confortáveis, de fácil manutenção e limpeza?) O que mudaria?

4.4. Sente que esta instituição representa uma casa para estas crianças/jovens?



## ANEXO B – Transcrição da Entrevista à Diretora Técnica da Casa da Infância Dr. Elísio de Moura

Data: 12/03/2016

Nº de unidades funcionais da instituição: 3 | Capacidade máxima de instituição: 30

Nº de crianças/jovens institucionalizados: 25 | Idades: 10-21 | Sexos: F

### 1. Questões relativas à Integração

**As crianças/ jovens quando se pretendem deslocar, têm fácil acesso aos espaços, serviços e transportes públicos? (ex. Praças e jardins, escolas, centro de saúde, etc.)**

*Os casos são todos diferentes, porque há casos de crianças que são de risco e que tem que haver determinadas precauções. Teoricamente esta casa é uma casa aberta e elas podem sair autonomamente (desde que sejam capazes de o fazer) para a escola, em pequenos grupos para laser, para atividades que frequentam em grupo..., têm essa liberdade. Agora, dado que há crianças de muito risco temos que ter algum cuidado com algumas delas, umas porque têm um défice cognitivo e não se sabem orientar tão bem, outras porque, por exemplo, são miúdas de risco, ao nível da sexualidade, ao nível de não serem capazes de entrar em lojas sem que isso as acabe por solicitar um roubo... Temos que ter algum cuidado nessa linha, porque as crianças que temos aqui são, muitas delas, sinalizadas com problemáticas muito graves. Agora, teoricamente elas podem sair, não estão aqui fechadas nem nada disso! Temos é que ter algum cuidado para as proteger [...]. Elas sabem que a porta está aberta [...] já temos tido algumas fugas, [...] às vezes abrir a porta e sair até com rebeldia pode acontecer, mas depois imediatamente acabam por vir. Mas elas tem essa liberdade, não estão aqui fechadas nem temos restrições a esse nível. [...] Nós temos acesso fácil a todos os serviços. E isso é muito bom, há casas deste género que estão mais integradas no campo e depois têm a vantagem de também estar mais protegidas de determinados riscos que a cidade também tem.*

**É permitido que as crianças/jovens recebam amigos na residência? Se sim, existe um espaço para tal acontecer?**

*Desde que seja comunicado, podem receber os amigos. Na verdade, não é uma prática muito vulgar [...] porque também há horários e tudo mais. Isto é como uma família!  
Agora, de vez em quando vêm [as jovens] com as colegas de escola estar um bocadinho no pátio, vão à sala de visitas, algumas vezes lancham com elas também. Têm essa possibilidade, mas não é uma prática muito vulgar porque estas casas também tem que ter muita disciplina e horários estabelecidos [...] não é muito funcional ter assim gente de fora que vem constantemente [...].*

### 2. Questões relativas à Apropriação

**Qual a divisão onde costumam passar mais tempo?**



*Poderá ser sala, quando estão cá em casa, a sala da animadora sociocultural, acho que sim, animadora socio cultural, a sala de estudo, a sala de televisão, penso que é o espaço onde mais permanecem.*

**De que forma é que os jovens intervêm na personalização do espaço (público e privado)?**

*No caso das meninas da autonomia os quartos elas dispõem-nos como elas entenderem, não há restrição, elas são livres para organizar o seu espaço sem qualquer restrição. Quando se trata de estarem num grupo, onde há mais jovens, a educadora que está com elas coordena as situações e não podem fazer as coisas só como elas querem, até porque não tem autonomia. Agora se fizerem uma proposta boa, ninguém lhes vai dizer que não, têm é de ser orientadas porque as crianças precisam dessa orientação. Quando já estão na unidade de autonomia não, aí elas já têm o seu espaço completamente livre, decoram como quiserem, dispõem como quiserem, há total autonomia desde que não deteriore as coisas não há problema.*

**As crianças/jovens têm a possibilidade de colocar objetos pessoais no seu quarto ou outra divisão?**

*Perfeitamente, eu tenho um quarto que no dia em que foi pintado e arrumadinho para a menina que vinha [...] no dia seguinte cheguei lá, e tinha toda a parede está cheia de fotografias! –“são as minhas amigas, a minha mãe, o meu irmão, o meu namorado...”. Pronto, está todo quase forrado a fotografias, ninguém foi contra isso desde que seja uma coisa que ela mantenha limpa. Mas têm total liberdade de organizar o seu espaço.*

**Podem alterar alguma coisa que não gostem? (ex. Decoração, objetos, cores) Se não, porquê?**

*Perfeitamente, podem perfeitamente.*

**Que alterações/renovações espaciais já houve necessidade de realizar na instituição (alterações de espaços/funções) e porquê? Estão previstas mais alterações?**

*No ano passado estabelecemos a unidade de autonomia para estas jovens que estão já numa fase mais avançada da estadia, isso alterou tudo. Tivemos que montar uma cozinha, montar lavandaria, própria, uma sala de estudo própria, quartos torná-los autónomos porque estavam duas ou três [...]. Portanto, praticamente foi ter rouparia, uma lavandaria, a sala de estudo, os quartos, a cozinha tudo isso foi remodelado durante o verão, para que correspondesse concretamente as necessidades das jovens. O espaço nos outros grupos em que elas não têm quartos individuais, mas estão em pequenos espaços de camarata, isso tem que ser remodelado várias vezes ao ano, pela questão de conflituosidade. Está constantemente a ser remodelado por necessidade, por exemplo, o refeitório, é remodelado para aí de três em três meses, porque começam a haver grupos que depois começam a ser mais conflituosos e temos mesmo que mudar, já tivemos a modalidade do refeitório em U, já tivemos mesa por mesa... isto tem mesmo que se ir mudando, ou seja o espaço tem que ser adaptado constantemente às pequenas [...]. Nós tínhamos um grupo numa faixa etária até aos 12, por exemplo, a partir do momento em que começaram a crescer tivemos de mudar o mobiliário todo da sala de estudo porque já não cabiam nas mesitas e,*



*portanto, isto tem que ser adaptado constantemente a situação das pequenas.*

**Considera que existe um sentimento de pertença por parte das crianças e jovens em relação aos espaços em que habitam?**

*Existe, perfeitamente. Elas têm a sua noção de “este é o meu espaço, aqui tenho as minhas fotografias, aqui tenho as minhas coisas de higiene”, acho que sim, isso sim.*

### **3. Questões relativas à Vivência dos espaços**

#### *Socialização*

**Que espaços são geralmente utilizados para socializar/realizar atividades? Mudaria algum aspeto deste (s) espaço (s)? (sala de estar, sala de refeições ou outro)**

*Os espaços de socializar continuam a ser sem dúvida a zona da animação social, onde eles estão mais tempo, a sala de estudo é uma sala onde elas estão também muito em conjunto, e como dizia à bocado a sala da televisão é muito importante para elas também. Há uma sala em cada grupo onde elas se juntam pelo menos duas vezes por dia, e aí também, por exemplo à noite. É muito importante juntarem-se os grupos quando ainda não estão em autonomia com a sua educadora para recolher tudo aquilo que é do dia, para fazer uma reflexão da noite. E esse espaço é um espaço muito bom para elas, que é a chamada sala de grupo. Estas salas estão inseridas nos dormitórios, uma delas é no meio, e a outra é na ponta, onde estão os sofás, onde está a televisão.*

**A instituição tem espaços de lazer exteriores? São utilizados?**

*Tem, são utilizados, o pátio é muitíssimo utilizado, parece que não mas é, principalmente agora aos fins-de-semana e no verão.*

**Que espaço é utilizado para estudar? (ex. Biblioteca, sala de informática, quarto, etc.)**

*A biblioteca. Nos quartos, sobretudo ao fim do dia, há o chamado estudo suplementar em que as jovens que já estão, por exemplo, em anos mais avançados, ou seja 9º e 10º ano, têm um tempo de estudo depois de jantar, sempre que necessitam com a educadora para poderem reforçar o seu estudo.*

#### *Privacidade*

**Que espaço é mais utilizado pelas crianças/jovens quando querem ter a sua privacidade? Porquê?**

*O quarto, sem dúvida, penso que é mais a zona do quarto. Quando querem conversar, há um aspeto que é fundamental, que tem a ver com a gestora de caso em que os gabinetes - gabinete da psicóloga, gabinete da assistente social, gabinete da diretora e da educadora - são os espaços de privacidade, claro não tanto entre elas, mas com o adulto que esta com elas [...] de resto são os seus quartos.*

**E o facto dos quartos serem coletivos não tem consequências neste sentido?**

*Pois por isso é que necessário fazer obras. A remodelação que estamos agora a refletir sobre ela passa*





*mesmo por requalificar os espaços todos porque aquilo que há 10 ou 20 anos era o normal, por exemplo a questão dos balneários, atualmente nós queremos casas de banho. A nossa ideia é que, por exemplo, haja pelo menos uma casa de banho para cada duas, para não estarem à espera [...]. As obras que se vão aqui fazer são para requalificar espaços para as pequenas, a privacidade por exemplo, cada vez é mais importante, vão passar a haver quartos duplos e algum individual e depois sim, podemos ir até ao triplo. Nestas casas é muito importante que possa haver quartos triplos porque quando há duas pequenas que podem ter alguns vícios é bom haver uma terceira, [...] porque em camarata é mais fácil a observação. Dentro do quarto temos de ter essa possibilidade, há crianças que não têm problemas desses mas há outras que têm [...] há que ter aqui algum cuidado e fazer essa triagem, [...] ter em conta a importância da privacidade, do seu roupeiro próprio de ter o seu espaço muito próprio mas também prevenir algumas situações que também são delicadas.*

**As crianças/jovens têm espaços específicos para estar com os familiares e para conversar em privado com um técnico? (ex. Sala de visitas)**

*Têm. Os técnicos conversam sempre em privado nos gabinetes, as famílias vem a sala da visitas ou também saem com as jovens e podem conversar a vontade, normalmente saem sempre um bocadinho com as visitas quando vêm buscar as jovens, se o dia esta bom e se tem autorização para tal, porque há pais que não podem sair daqui, aí então tem que ser na sala de visitas.*

**Existe separação dos espaços técnicos e administrativos dos espaços de habitação? (ex. diferentes acessos, edifícios distintos, etc.)**

*Sim, sim. Existe, tá tudo separado, não há qualquer mistura desde a secretaria aos gabinetes tem entradas independentes.*

**Autonomia**

**Que espaços têm particular relevância na autonomização das jovens e como é que estes poderiam ser melhorados?**

*Neste momento temos três unidades funcionais, dois grupos com jovens que estão em estudo e, portanto, o seu futuro tem a ver ou com a integração na família ou autonomização mais tarde e um grupo de sete que já estão numa unidade em que já tem uma autonomia significativa desde confeccionar as refeições, tratamentos de roupas...portanto, tudo aquilo que diz respeito ao dia-a-dia, elas já são autónomas. Há uma gestora de caso, que é uma assistente social, que faz a ligação com o que são tribunais, CPCJ, assistência social...e depois está uma irmã, que faz aqui a coordenação mais a nível global e juntamente com a gestora de caso. Mas as jovens neste momento já têm autonomia portanto, dormem num espaço que é integrado na casa, um espaço autónomo sem ninguém a não ser quando há alguma situação [...]. Mas fazem a refeição, a noite é já autónoma, de manhã levantam-se também autonomamente para irem ou para o trabalho, ou para a escola e assim já estão a preparar-se, [...] para que quando saírem daqui não se deparem com um mundo que é totalmente diferente daquilo que tinham aqui em casa, portanto*



*já tem uma autonomia bastante significativa.*

#### **4. Percepção geral do espaço da residência**

##### **As dimensões dos espaços da instituição são adequadas às necessidades de utilização?**

*Esta casa tem imensas potencialidades e estas jovens, de facto, acabam por ocupar a casa toda num certo sentido. É a casa delas, é verdade. Muitas delas chamam-lhe o colégio, em vez de ser o lar. Agora, é verdade que considero que será bom modificar alguns espaços para os melhorar, isso considero. [...] O espaço chega muito bem, estão á vontade, tem varandas, pátios, salas onde elas podem estar perfeitamente. Agora, [...] considero que a parte quando elas estão em grupo terá que ter mais privacidade, quer a nível dos quartos quer mesmo a nível do ser mais estanque, os grupos não se misturarem tanto, porque não há neste momento portas fechadas - digamos assim - e isso considero que terá que melhorar um bocadinho no futuro.*

##### **Considera os espaços da instituição confortáveis? (ex. Temperatura, ruído, iluminação, ventilação, limpeza, etc.)**

*Iluminação, ventilação, ruído não há problema porque de facto é isolado, a nível da temperatura é mais complicado, procuramos colmatar com o aquecedor, com edredons e tudo isso. Agora, consideramos que a casa, ao ser um edifício deste género, é bastante fria [...] tem uma vantagem, no verão é ótima.*

##### **Acha os materiais utilizados no edifício adequados? (ex. Resistentes, confortáveis, de fácil manutenção e limpeza?) O que mudaria?**

*São confortáveis na medida em que é um edifício muito bonito, e de manutenção também não há problema, é um edifício que se calhar não foi construído para isso portanto, tem que levar manutenções, mas não posso dizer muito mais porque as coisas funcionam bem as garotas gostam de viver aqui mas há espaços que tem que ser remodelados, de facto.*

##### **Sente que esta instituição representa uma casa para estas crianças/jovens?**

*Na maioria sim. A maioria não quer daqui sair, ficam muito aflitas, por exemplo, quando às vezes ficam na perspectiva que vão para um centro educativo ou se vão para outra casa. As pequenas, elas sentem que esta é a sua casa, mesmo com a sua rebeldia, consegue-se criar aqui um clima de família em que elas, de facto, têm um certo orgulho na casa, gostam de aqui estar e a pertença é grande. E esta é a casa delas de facto. Ultimamente, as coisas estão um bocadinho diferentes ao nível destas instituições e as chamadas permanências são sempre pautadas por, ou 6 meses ou 1 ano, mas que depois é renovável constantemente, até que a família tenha condições. E quando não chega a tê-las, elas vão daqui ou para a universidade, ou já com autonomia, para o trabalho e acabam por ficar aqui muitos anos mesmo.*



## ANEXO C – Transcrição da Entrevista à Diretora Técnica do Ninho dos Pequenitos

**Data:** 08/04/2016

**Nº de unidades funcionais da instituição:** 1 | **Capacidade máxima de instituição:** 20

**Nº de crianças/jovens institucionalizados:** 16 | **Idades:** 0-6 | **Sexos:** F/M

### 1. Questões relativas à Integração

**As crianças/ jovens quando se pretendem deslocar, têm fácil acesso aos espaços, serviços e transportes públicos? (ex. Praças e jardins, escolas, centro de saúde, etc.)**

*Nós estamos muito centrais, [...] se quisermos utilizar os transportes públicos temos acesso aos transportes públicos, é muito fácil, nós estamos no centro da cidade! O facto de estarmos inseridos em Celas facilita-nos o acesso a tudo: na parte escolar temos protocolo com vários infantários e várias creches que são todos muito acessíveis, mesmo a pé, do Ninho a esses equipamentos de infância. A parte de saúde é um bocadinho diferente, nós como temos o protocolo com os HUC [Hospitais da Universidade de Coimbra], acabamos por ter a facilidade de as consultas médicas e vacinação serem todas feitas no Ninho portanto, não há necessidade de nos deslocarmos ao centro de saúde, não o fazemos. Mas por exemplo a deslocação ao hospital pediátrico agora ficou um bocadinho mais longe, quando era aqui mesmo ao lado nós íamos a pé muitas vezes [...].*

*A nível da parte cultural, estamos perto da casa da cultura, da ludoteca (que é onde muitas vezes são feitas algumas atividades com as crianças fora daqui), Praça da República, Jardim da Sereia, ou seja, temos todas as nossas estruturas à volta, daí sentimos que estamos muito bem integrados porque temos tudo à volta com facilidade de ir a pé.*

*De há uns anos para cá, temos um meio ao nosso dispôr, que facilita-nos tendo em conta a faixa etária dos pequenitos [...], os nossos miúdos são muito pequeninos, portanto o irmos a pé a algum lado temos que ter em conta que são meninos de dois anos e não podemos fazer grandes distâncias porque depois ainda temos que regressar. Temos uma carrinha, isso facilita-nos, não é? Aí a deslocação é muito mais simples, daí os transportes públicos, se eles andarem de autocarro, é pela piada de andar de autocarro, não é pela necessidade. [...] De qualquer modo, o facto de estarmos aqui tão centrais, acaba também por não estarmos dependentes. Por exemplo, quando temos muitas crianças que fazem terapias e têm consultas fora daqui, a carrinha pode estar a ser utilizada para esse fim, e isso não é impedimento de os meninos irem à ludoteca [...].*

*A nível de integração no espaço da cidade estamos ótimos, o facto de estar aqui dentro [no complexo da Quinta da Rainha] tem as vantagens de serviços ou seja, [...] a parte da saúde temos o protocolo [com os Hospitais da Universidade de Coimbra] e à partida qualquer coisa em primeira instância são vistos [as crianças] cá dentro, e o facto de a vacinação ser feita cá dentro, obviamente que temos imensas vantagens [...].*





**É permitido que as crianças/jovens recebam amigos na residência? Se sim, existe um espaço para tal acontecer?**

*O que nós fazemos em relação às visitas é assim, eles por um lado são pequeninos, e ainda estão numa fase em que ainda não há muito dessa coisa de ir a casa uns dos outros, por outro lado as entradas no Ninho são controladas por questões de segurança. Todas as crianças aqui têm uma medida judicial e, portanto, há uma série de questões de segurança que têm que se impor. Aquilo que nós fazemos em relação à casa (porque é assim, esta é a casa deles) [...], quando às vezes há uma atividade diferente dentro do Ninho, [...] convidamos geralmente as salas dos meninos que estão integrados em creche ou infantário, e isso é uma forma deles trazerem os amigos a casa, ou seja só nessas situações é que as crianças vêm de fora ver os meninos, isto é só mesmo por uma questão de segurança.*

*É muito interessante, eles vêm geralmente com as escolas, corre muito bem! [...] É interessante porque tendo em conta as faixas etárias deles [dos amigos], que são muito pequeninos, esta questão do Centro de Acolhimento ainda é uma coisa que para eles ainda é pouco perceptível, para eles isto é a casa dos colegas deles, afinal eles têm muitos irmãos, muita família, é um bocadinho por aí. E é muito engraçado porque os nossos miúdos ficam muito orgulhosos, porque obviamente, ninguém tem em casa uma sala deste tamanho e com esta quantidade de brinquedos, então os miúdos ficam doidos com a casa dos amigos, porque têm uma casa fantástica, porque têm uma sala de infantário [...] em casa, têm imensos brinquedos, têm jogos, têm piscinas de bolas, e portanto para eles funciona numa forma muito positiva, porque reforça-os muito [...] e como ainda não têm noção (e ainda bem porque são pequeninos, não é?) [...] que eles vivem numa instituição, para eles isto é uma casa, e tentamos que tenha um aspeto de casa. Portanto, é muito positivo para eles as visitas dos coleguinhos deles que nós fazemos questão de o fazer, e todas as situações que nós vemos que há possibilidade dos infantários ou das creches virem assistir a qualquer coisa que seja organizada, a nossa ideia de fazer isso é exatamente trazer os amigos conhecerem a casa deles, e como tem corrido sempre muito bem, [...] nós temos mantido esse registo. Agora vir cá individualmente, não, isso não.*

**Os espaços que costumam usar nesses acontecimentos são sempre aquelas salas coletivas?**

*Depende das situações, depende daquilo que é organizado e dependo do objetivo. Pronto, nós já utilizámos o refeitório, mas isso foi até uma situação que era o Centro de Ciência Viva de Aveiro que veio cá fazer, e necessitava de alguns apetrechos e então fizemos no refeitório.*

*Já fizemos também teatros no refeitório. Tem às vezes a ver com número de crianças que venham. O refeitório como tem menos coisas nós conseguimos rapidamente organizar e fazer ali uma plateia e um teatro. Por exemplo, nós na festa de Natal deste ano fizemos na nossa sala de estar, mudámos completamente, claro que não podia estar como está agora, alterámos completamente, criámos um espaço mais amplo, e porquê? Nós costumamos fazer a festa de Natal numa sala da maternidade (sala de aulas da maternidade). Este ano experimentámos naquela, um género de casa [...]. Normalmente há muitos*



*funcionários da maternidade que vêm à festa de natal nomeadamente o coro da maternidade vem atuar. E foi muito engraçado porque também não tínhamos muitas crianças a assistir, tínhamos só duas ou três salitas talvez, dos infantários, porque se fossem mais crianças se calhar também não era tão viável, mas foi muito engraçado, porque foi muito mais acolhedor, foi dentro da casa é diferente, a dinâmica é diferente, foi uma experiência interessante, portanto para o ano vamos repeti-la. Mas utilizamos as salas consoante as necessidades, consoante a atividade que for programada, o que vem fazer, o que precisa, nós adaptamos um bocadinho mas geralmente, ou é refeitório ou uma das salas.*

## **2. Questões relativas à Apropriação**

### **Qual a divisão onde costumam passar mais tempo?**

*É na sala de estar, ou na sala lúdico pedagógica, apesar de estarem efetivamente mais tempo na sala de estar. Os bebés na parte da manhã estão na sala de atividades deles, junto ao berçário. Mas depois ao final da tarde, porque os meninos costumam começar a chegar a partir aí das três e meia, quatro horas, mesmo os bebés vão [...] todos para a sala de estar, portanto, a divisão por excelência onde eles estão é a sala de estar.*

### **De que forma é que os jovens intervêm na personalização do espaço (público e privado)?**

*Não, nos quartos só se for no quarto dos grandes, no quarto dos outros não. No quarto dos grandes é que eles podem ter, se ele quiser, ou se os meninos que estiverem naquele quarto quiserem colocar alguma coisa, geralmente os brinquedos que estão por cima são deles, não são nossos, e se eles quiserem pôr alguma coisa podem pôr, os grandes a partir aí dos quatro ou cinco anitos, antes disso não porque é um berçário.*

*Na casa em si, não. Aquilo que acontece é, muitas vezes ao fim de semana eles querem fazer uns desenhos e dizem - é para pendurarmos ali!- e, não sei se reparou que há uns placards, e ok eles penduram. Na altura de natal gostam de fazer coisas para pendurar e para decorar. Agora na funcionalidade não, porque neste momento se calhar aquela sala [sala de estar] está mais adaptada com brinquedos para mais pequenos, porque estamos mesmo com meninos muito pequeninos [...] as salas agora estão assim [...] o armário dos livros, neste momento nós resolvemos encostar à parede e pôr brinquedos para miúdos mais pequeninos [...] não quer dizer que se daqui a uns tempos quando o grupo mudar e ficarmos com meninos maiores, que o armário não volte para onde estava, que era mais ou menos a meio da sala, e faz-se ali o canto de leitura. A funcionalidade dos espaços nós vamos gerindo consoante a necessidade, e eles são muito pequeninos.*

### **As crianças/jovens têm a possibilidade de colocar objetos pessoais no seu quarto ou outra divisão?**

*Sim.*

### **Podem alterar alguma coisa que não gostem? (ex. Decoração, objetos, cores) Se não, porquê?**



*Nunca nos aconteceu, sinceramente, agora estou a tentar pensar mesmo nos mais velhinhos, mas é engraçado não me estou a recordar de algum que tenha dito – “olha não gosto daquilo!”- porque eles se não gostarem eles dizem, não é? Nunca nos aconteceu, porque é assim, [...] nos quartos dos pequenos eles não estão sozinhos sequer, é mesmo para descanso, a dinâmica é um bocadinho essa. Nós temos duas auxiliares por turno [...] e os meninos tão pequeninos não estão sozinhos no quarto, estão os grandes. E isso acontecia mais quando havia mais meninos no quarto dos grandes, neste momento só temos um, e só se quiser ir fazer qualquer coisa porque por norma não vai sozinho para o quarto, não gosta. Mas mesmo nos grandes estou-me a tentar lembrar, porque eles têm esse à vontade de dizer não gosto disto, não gosto daquilo, e nunca houve nenhum que dissesse [...]. Agora se isso acontecer algum dia, desde que seja dentro do razoável, podem mudar, desde que seja coisas de decoração que não perturbem a estrutura.*

**Que alterações/renovações espaciais já houve necessidade de realizar na instituição (alterações de espaços/funções) e porquê? Estão previstas mais alterações?**

*A alteração a nível de estrutura, de obra mesmo, foi feita a parte do dormitório especialmente, mas isso já foi feito há alguns anos, agora, as estruturas nós estamos sempre a tentar melhorar, como já lhe disse, a nível da planta definitiva, alterámos por uma questão de necessidade o vestiário que mudou de sítio e fez uma troca com a arrecadação. Precisávamos mesmo de um espaço grande para fazer a arrecadação, e como o vestiário só serve efetivamente para chegarmos e mudarmos, e vestir as batas, mudar a roupa, portanto não estamos lá. Foi a alteração que fizemos de maior, do que está na planta definitiva [...]. Agora, aquilo que nós tentamos sempre é ir melhorando o espaço, se precisar. Neste momento não temos prevista nenhuma alteração de funcionalidade, os espaços como estão é como vão ficar [...]. Agora a nível de obra, é assim, nós temos imensos planos e imensas vontades de alterar algumas coisas, agora economicamente isso não é possível, portanto não está previsto nenhuma obra nem nenhuma alteração neste momento. A recuperação da copa é uma coisa, das que, estarão um bocadinho em cima da mesa, poderão ser feitas agora; alterações de chão por exemplo, é uma coisa que nós queríamos, que era o chão do corredor; queríamos fazer a alteração do exterior que nos parece muito pouco provável, porque economicamente é muito dispendioso [...]. De funcionalidade neste momento, mas eu digo mesmo neste momento, [...] não vejo necessidade de alteração, não quer dizer que ao alterar alguma coisa no funcionamento da instituição nós não pensemos, ok vamos mudar isto daqui para ali, não é uma coisa estanque, é uma coisa que é sempre possível de ir alterando. As salas e os gabinetes e tudo isso pode ser alterado [...]. Tem que ser porque tem a ver muito com o grupo de crianças que nós temos em cada altura, é como eu digo ultimamente as nossas crianças tem sido sempre mais ou menos na faixa etária no máximo três anos, não quer dizer que de um momento para o outro, já nos aconteceu isso para aí há dois ou três anos, de repente ficámos sem meninos grandes, e alterámos completamente o espaço das salas, tivemos que os adaptar de uma forma completamente diferente para as crianças que tínhamos, portanto, isso é uma coisa que pode estar sempre a acontecer.*



**Considera que existe um sentimento de pertença por parte das crianças em relação aos espaços em que habitam?**

*Acho que sim. Eu acho muito interessante porque eles quando têm de fazer um desenho da casa, a casa é o Ninho. Quando desenham a família eles desenham não sei quantos bebês! Então eu acho que sim, eu acho que há uma apropriação da casa como a casa deles (isto só se aplica nos maiores). Eles têm uma outra casa, uma outra família, eles sabem disso e têm essa noção mas, com muita facilidade se perguntar- “onde é que é a tua casa?”- eles dizem – “é no Ninho!”.*

**3. Questões relativas à Vivência dos espaços**

**Socialização/atividades**

**Que espaços são geralmente utilizados para socializar/realizar atividades? Mudaria algum aspeto deste (s) espaço (s)? (sala de estar, sala de refeições ou outro)**

*Os espaços onde eles se centram é a sala de estar, a sala lúdico-pedagógica e o exterior. São os sítios onde eles brincam, onde eles estão, onde eles convivem. Efetivamente é onde eles passam o tempo que estão cá dentro. Neste momento os espaços estão adaptados para a as crianças que temos, se pudesse mudar mudava o exterior, fazer a requalificação do exterior. A privacidade também é uma questão complicada, nós estamos inseridos aqui dentro, sabemos que de manhã há consultas na Unidade [de Intervenção Precoce] e portanto, sabemos que de manhã não é possível utilizar muito aquele espaço. No verão [...] é chato mas, nós tentamos resguardar. Houve uma altura que ainda pensámos em plantar arbustos naquela parte em frente à Unidade, já tentámos pensar em várias hipóteses mas temos noção que o terreno não é fértil e por outro lado é onde nós estamos, temos de nos adaptar um bocadinho, [...] então era a parte da privacidade e da requalificação do piso.*

**Privacidade**

**Que espaço é mais utilizado pelas crianças/jovens quando querem ter a sua privacidade? Porquê?**

*O quarto. Eles quando têm assim alguma coisa - também têm dias como nós, às vezes estão mais chateados- é o quarto. Apesar de eles serem muito pequeninos e recorrem muito ao adulto, mesmo quando tem alguma coisita. [...] Para estar sozinhos, completamente sozinhos... para eles ainda não se coloca muito essa questão.*

**As crianças/jovens têm espaços específicos para estar com os familiares e para conversar em privado com um técnico? (ex. Sala de visitas)**

*A nível dos familiares têm as salas de visitas, que são específicas para a família estar com as crianças. Quando está bom tempo, os mais velhos podem utilizar o espaço exterior para brincar, têm o escorega e têm lá as casinhas e assim. Quando querem falar com algum técnico...eles são pequenos, [...] se algum deles quer falar connosco vem ter connosco, nunca vimos para o gabinete porque isso não tem lógica. Geralmente vamos para a sala lúdico-pedagógica. Quando vêm ao gabinete é sempre pela brincadeira, e*





*geralmente é sempre combinado com uma das auxiliares, para pedir qualquer coisa. Quando é para falar nunca é no gabinete, é sempre na sala de atividades lúdico-pedagógica, daí chamar-se sala de atividades lúdico-pedagógicas, mas é muito multifacetada, aliás os espaços aqui dentro são muito versáteis, eles servem para aquilo, mas são utilizados para outras coisas sempre que necessário.*

**Existe separação dos espaços técnicos e administrativos dos espaços de habitação? (ex. Diferentes acessos, edifícios distintos, etc.)**

*Neste caso aqui há uma separação, há aqui o gabinete técnico e o gabinete administrativo, e os vestiários, os três estão juntos. Eu costumo dizer quando, às vezes, há visitas, que são as três portas que não têm interesse nenhum, efetivamente não têm, é o vestiário e dois gabinetes. [...] Como isto é uma casa está tudo ligado agora, está separado, nós não fazemos atendimentos formais, por exemplo, atendimentos formais para a família, nós não fazemos no espaço de brincadeira, é feito no gabinete.*

*Nós não temos grandes fornecedores [...] quem entra cá dentro sem sermos nós e as famílias, são os funcionários da maternidade, portanto à partida são funcionários que também conhecem as crianças. [...] O resto que vier não passa do hall. Por exemplo, temos um laboratório que volta e meia nos faz um donativo de leite e o senhor já sabe, não passa da porta, eles chegam descarregam ali e nós depois trazemos para dentro, não há ninguém a entrar cá para dentro que seja estranho, só se for o senhor que às vezes vem arranjar as máquinas de lavar e secar roupa porque avariaram, mas é tudo para aqui perto do gabinete, lá para dentro não vão.*

**4. Perceção geral do espaço da residência**

**As dimensões dos espaços da instituição são adequadas às necessidades de utilização?**

*Eu acho que por um lado a dimensão é excelente. [...] São salas que têm uma luminosidade fantástica, os miúdos eu acho que estão muito bem. Onde eles brincam e onde eles estão a maior parte do tempo há praticamente sempre luz natural [...]. Claro que eu tenho consciência que estas salas são um exagero, por isso mesmo é que eu acho que está muito bem. Agora, temos o problema da arrumação e da arrecadação, que temos muita dificuldade em arrumar tudo aquilo que temos, já mais do que uma vez tentámos fazer vários tipos de arrumação, várias formas de o fazer, até porque para nós era importante ter tudo arrumado mas é impossível, porque não temos espaço para o fazer. Temos as coisas arrumadas efetivamente mas não estão como todos queríamos. O que eu mudava era ter mais arrecadação, agora nunca nos passou pela cabeça, por exemplo, tirar espaço às salas para arranjar arrumação, eu sei que elas são grandes comparativamente aquilo que existe, mas são boas exatamente por isso, porque dá para nós fazermos uma série de coisas nas salas porque são grandes e têm essa capacidade. Eu acho que a nível de quartos e tudo o resto, que está bem, sinceramente acho que está bem dimensionado [...].*



**Considera os espaços da instituição confortáveis? (ex. Temperatura, ruído, iluminação, ventilação, limpeza, etc.)**

*Nós todos tentamos tornar o mais confortável possível a instituição para quem cá vive. [...] As mudanças que nós vamos fazendo, nomeadamente no chão, as coisas que vamos usando dos armários, das prateleiras, tudo o que vamos conseguindo renovar, tem sempre, por um lado, com 'o ser mais funcional possível' e por outro que garanta a segurança, porque eles são todos pequenitos [...]. Claro que havia coisas que se calhar nós melhorávamos, mas acho que está bom.*

**Sente que esta instituição representa uma casa para estas crianças/jovens?**

*Eu acho que sim, [...] que para eles, apesar dos mais velhos terem consciência que tem outra casa e que tem outra família, eles consideram que esta é a casa deles, porque é assim que a apresentam aos amigos de fora quando há as tais festinhas ou as tais representações. Eles falam nisto como sendo a casa deles e há crianças que entraram aqui com dias de vida e para eles a casa deles é esta, é só esta que eles conhecem.*



## ANEXO D – Transcrição da Entrevista à Diretora Técnica da Casa do Canto

Data: 01/03/2016

Nº de unidades funcionais da instituição: 2 | Capacidade máxima de instituição: 23

Nº de crianças/jovens institucionalizados: 23 | Idades: 12-21 | Sexos: F

### 1. Questões relativas à Integração

**As crianças/ jovens quando se pretendem deslocar, têm fácil acesso aos espaços, serviços e transportes públicos? (ex. Praças e jardins, escolas, centro de saúde, etc.)**

*Nós estamos em Chão de Couce, que é um meio muito rural e claro que há imensas dificuldades, sobretudo nas deslocações. As jovens para a escola felizmente têm os transportes cedidos pela câmara ou pela rede da rodoviária que facilmente, quer de manhã, quer à noite, asseguram esses mesmos transportes. As consultas, as que são aqui no centro de saúde, nós asseguramos, que é aqui muito pertinho, as consultas de especialidade acabam por ser uma dificuldade porque elas são realizadas em Coimbra ou em Leiria sendo que ficam sempre a mais de 50 km da Casa do Canto e encarece, é um custo que nós acabamos por suportar mas, elas são levadas a essas mesmas consultas por um adulto da casa e acabamos por o fazer. Em termos de socialização, lá fora, claro que é um meio rural, tem poucas ofertas em termos de atividades. Elas acabam por gostar de ir aqui ao parque de lazer ou a Ansião, nestes meios mais próximos, acabam por elas próprias irem a pé ou quando se torna mais longe elas pedem, nós ouvimo-las nas reuniões de jovens e acabam por pedir e nós levamo-las. Temos duas carrinhas de 9 lugares que ultrapassam essa dificuldade também.*

*A única vantagem que nós aqui encontramos muitas vezes é a calma e a tranquilidade. Se calhar do meio agitado e conflituoso já elas vêm então, acho que aqui encontram algum sossego e tranquilidade. Mas a dificuldades também são imensas!*

**É permitido que as crianças/jovens recebam amigos na residência? Se sim, existe um espaço para tal acontecer?**

*Sim. Elas têm uma salinha à entrada que funciona como a sala das famílias. Sala esta que é para receber de facto as famílias ou algum convidado em especial. Digo também que de facto elas não recebem muitas visitas. Claro que têm amigos na escola, nas atividades que frequentam na comunidade, mas não existe muito esta procura de receber cá os colegas. Porque ainda veem como a instituição. Como é que as pessoas vão ver ou achar da minha casa, é uma casa diferente da casa familiar.*

### 2. Questões relativas à Apropriação

**Qual a divisão onde costumam passar mais tempo?**

*É na sala de convívio. A casa é grande, divide-se me dois pisos mas temos uma sala multiusos, digamos assim, que serve de sala de convívio, de refeições e de estar. E é aí que de facto as jovens passam a maior*



parte do seu tempo.

**De que forma é que os jovens intervêm na personalização do espaço (público e privado)?**

*Elas dão sugestões, muitas das vezes em reunião de jovens, que é o momento delas partilharem essas coisas, a opinião delas. O quarto é realmente o espaço onde elas têm essa liberdade de poderem decorar, é o quarto delas, é o quarto privado e é o único espaço que elas poderão decorar a gosto. Nos espaços comuns isso não acontece tanto pela obrigatoriedade do funcionamento da casa em termos de instituição porque temos algumas coisas nossas que também temos de fixar por obrigatoriedade. Podem realmente é dar a opinião/sugestão na reunião de jovens. Uma vez é aceite, outras não será tão aceite.*

**As crianças/jovens têm a possibilidade de colocar objetos pessoais no seu quarto ou outra divisão?**

*Sim.*

**Podem alterar alguma coisa que não gostem? (ex. Decoração, objetos, cores) Se não, porquê?**

*Sim.*

**Que alterações/renovações espaciais já houve necessidade de realizar na instituição (alterações de espaços/funções) e porquê? Estão previstas mais alterações?**

*De facto quando fazemos uma obra ou quando terminamos uma obra é usual dizer que devíamos estar a começá-la. Porque depois no dia-a-dia com o funcionamento das rotinas é que nós nos apercebemos das grandes necessidades. Aqui na Casa do Canto já foram feitas algumas adaptações. Deveriam ser se calhar feitas ainda mais, que gostaríamos, ainda não foi possível por dificuldades financeiras, mas que ao longo do tempo vamos conseguir com certeza ultrapassar. Neste primeiro piso foi criada uma parede de “pladur” à entrada, como forma de proteger um bocadinho e dar privacidade ao grupo de jovens que está aqui acolhido no primeiro andar. Era uma entrada geral, onde passavam as pessoas todas -técnicos, jovens acolhidas, onde entravam e saíam jovens da casa, os próprios fornecedores -e achamos que de alguma forma as jovens não tinham privacidade no seu espaço de refeições/convívio, e então criámos esta parede e ao mesmo tempo houve um recanto que deu para fazer uma salinha de apoio às famílias que era uma coisa que também não tínhamos- uma sala das famílias ou de estar para receber um convidado, um amigo, alguém especial. Depois no piso de baixo também transformámos uma sala de estar, fechámos-la e criámos um gabinete técnico para que a equipa técnica se pudesse dividir também em dois pisos e haver uma equipa específica para o piso de baixo. Depois pela necessidade, por exemplo salas de estudo, não estavam implementadas na casa. Havia no piso de baixo uma sala multiusos, uma sala grande que foi sendo várias coisas e no piso de cima não existia sequer uma sala de estudo. E nós sentimos necessidade de criar um espaço mais pequenino onde elas pudessem sentar de facto a estudar, uma pequena biblioteca, por exemplo. E nada disto existia. Por exemplo, no piso de cima abdicamos de um quarto para fazer esta sala de estudo/biblioteca e no piso de baixo adaptamos um bocadinho aquela*





*sala que é maior e também dá para fazer atividades lúdicas ou formativas até e também sala de estudo.*

**Considera que existe um sentimento de pertença por parte das crianças e jovens em relação aos espaços em que habitam?**

*Em algumas jovens. Noutras eu acho que não veem a Casa do Canto como a casa delas. Nós tentamos e muitas vezes tentamos inculcar, pelo menos no período em que estão aqui, que esta é a casa delas mas nem todas o aceitam como espaço de pertença delas. Entendem isto como um espaço de passagem. Daí também não haver muito gosto e preservação dos espaços. Há um desgaste enorme em tudo o que é bens materiais e mobiliários -sofás, cadeiras, as próprias paredes.*

**3. Questões relativas à Vivência dos espaços**

*Socialização/atividades*

**Que espaços são geralmente utilizados para socializar/realizar atividades? Mudaria algum aspeto deste(s) espaço(s)? (sala de estar, sala de refeições ou outro)**

*A sala de convívio [...] se pudesse, transformava este grande espaço, esta grande sala em vários espaços, onde pudesse ter o espaço de convívio, a da televisão, do computador. Criar subespaços neste grande salão.*

**A instituição tem espaços de lazer exteriores? São utilizados?**

*Nós temos um espaço exterior à volta da casa com um jardim, ainda grande, que foi feito através do apoio das jovens, dos colaboradores da Casa do Canto e alguns voluntários. Espaço este que carece de manutenção e de arranjos constantes e onde as jovens não intervêm muito, de facto, não têm muita motivação ainda para fazerem alguns arranjos, para dedicarem algum do seu tempo livre. De facto, é um espaço que deveria ser mais valorizado. Nós anualmente temos sempre um dia no verão dedicado à manutenção do jardim com o intuito de não deixar desprezar o jardim e de manter de alguma forma o espaço verde, mas nem sempre é fácil e há jovens que gostam mais, outras não se identificam em nada com o jardim e com o exterior. E era uma forma de terapia.*

**Que espaço é utilizado para estudar? (ex. Biblioteca, sala de informática, quarto, etc.)**

*Elas para estudar utilizam as salas de estudo. Nós temos de as dividir, porque o grupo é grande, sendo que ocupam a sala de estudo, uma ou outra ainda acaba por estudar no quarto individualmente, sempre que haja essa confiança de que de facto ela também aproveita aquele espaço e outras fazem-no nas salas de convívio na mesa grande.*

*Privacidade*

**Que espaço é mais utilizado pelas crianças/jovens quando querem ter a sua privacidade? Porquê?**

*Acaba por ser o quarto, sendo que os quartos da Casa do Canto são duplos. Mas é um espaço que de facto é delas e elas veem-no como sendo esse o espaço íntimo de cada uma. Ainda não é o ideal, porque tudo é*



*partilhado nesta casa. Sozinhas, sozinhas...elas acabam por encontrar esse espaço, porque não estão as duas no quarto ao mesmo tempo. O único espaço mais privado é o quarto, sendo que são quartos duplos, nunca é tão íntimo quanto desejariam.*

**As crianças/jovens têm espaços específicos para estar com os familiares e para conversar em privado com um técnico? (ex. Sala de visitas)**

*Os técnicos são divididos na casa pelos vários gabinetes técnicos e é aí que executam a sua atividade, sendo que quando de facto há uma conversa importante de jovem para técnico o próprio técnico tem a sensibilidade de encontrar esse espaço na casa, seja a sala de estudo, o quarto das jovens ou outro espaço na sala que consigam estar sozinhos sem ninguém os incomodar e que possam então conversar. Vão aproveitando os recursos que existe.*

**Existe separação dos espaços técnicos e administrativos dos espaços de habitação? (ex. Diferentes acessos, edifícios distintos, etc.)**

*O acesso é único. Existe essa divisão, nós temos os gabinetes de trabalho e depois temos as salas de convívio, a cozinha, os quartos, tudo isso separado. Mas a entrada basicamente é a mesma.*

**Isso é de alguma forma um constrangimento?**

*Deveríamos ter um acesso próprio à cozinha, sendo que ela está no piso de cima e torna-se um bocadinho mais difícil. Mas com a criação de umas escadas externas poderia ser colmatada essa necessidade.*

**Autonomia**

**Que espaços têm particular relevância na autonomização das jovens e como é que estes poderiam ser melhorados?**

*A autonomização das jovens é um aspeto que nos tem preocupado muito ao longo da nossa intervenção nestes oito anos de casa. Porque estas jovens devem sair daqui o mais bem preparadas possível para a sociedade. Sendo que, não nos podemos esquecer que estamos numa instituição onde habitam muitas jovens (23 jovens diariamente) e é difícil também haver essas condições necessárias à sua autonomização. Contudo, nós vamos criando grupos de jovens, por exemplo, para cozinharem. As jovens de baixo, duas a duas diariamente vão cozinhando, estão escaladas para cozinhar, para preparar a refeição para as restantes colegas do piso, assim como são elas que tratam da sua roupa. Põem a roupa a lavar, estendem, passam a ferro...mas claro que se nós no piso de baixo temos uma cozinha mais pequenina e mais familiar, no piso de cima temos uma cozinha industrial. A lavandaria, temos uma lavandaria grande, com máquinas industriais...mas vamos gerindo da melhor forma e as jovens também são instruídas no sentido de um dia mais tarde saberem lidar com a sua autonomia.*



#### **4. Percepção geral do espaço da residência**

##### **As dimensões dos espaços da instituição são adequadas às necessidades de utilização?**

*É a casa que temos e é difícil agora alterar mas digo-lhe que os quartos são duplos mas são quartos pequenos. São quartos que para duas jovens que guardam os pertences todos da escola, a roupa, sapatos, os bens que trazem de casa... acabam por ser espaços pequenos. Os próprios roupeiros tornam-se eles muito pequenos porque têm portas de correr, portas estas que se vão danificando ao longo do tempo, as jovens optam por retirá-las para não se magoarem com elas e porque realmente há uma limitação de espaço. Depois em termos de outros espaços, eu acho que eles até são bem conseguidos sendo que existem dois grandes salões, que são bons por um lado mas não são tão bons por outro. São bons quando queremos fazer uma atividade conjunta, com elas todas ou formativa com os colaboradores porque precisamos de espaço, mas são menos bons porque se tornam mais frios, muito amplos e não têm os seus recantos, não estão criados espaços mais pequeninos de conforto e sociabilidade entre elas.*

##### **Considera os espaços da instituição confortáveis? (ex. Temperatura, ruído, iluminação, ventilação, limpeza, etc.)**

*Em termos de limpeza sim, nós temos uma ajudante de serviços gerais, sendo que as jovens entram também no processo ativo de limpeza e arrumação dos espaços. Mas depois temos os adultos que são os principais responsáveis por assegurar essa parte da segurança, conforto e limpeza. Em termos de espaços amplos é de facto difícil manter o conforto, até porque manter o aquecimento é extremamente dispendioso para a instituição e depois são espaços muito grandes e difíceis de aquecer, e falo sobre tudo dos dois salões. Tem sido de facto a nossa grande dificuldade, manter a casa quente no inverno.*

##### **Acha os materiais utilizados no edifício adequados? (ex. Resistentes, confortáveis, de fácil manutenção e limpeza?) O que mudaria?**

*As coisas têm um desgaste muito rápido aqui na casa. Por exemplo sofás, nós estamos cá há oito anos e já é necessário trocar os sofás porque de facto são muitas jovens, já passaram 115 jovens aqui pela casa todas elas diariamente dão muito desgaste às coisas. Por exemplo, as maçanetas das portas é preciso andar sempre a substituir, os chuveiros, é uma coisa que quase todas as semanas estão a pedir novos porque já se estragou. Há várias coisas que é preciso ir mudando, e eu acho que nem se prende com o facto de ser bom ou mau é mesmo o desgaste que é tão grande que acaba por ser necessário andar sempre a mudar algumas coisas. O chão dos quartos são tacos de madeira que facilmente se riscam. As jovens têm necessidade de mudar a disposição das coisas, das camas, dos móveis e com estas mudanças claro que acabam por ir danificando muito o chão. A pintura a mesma coisa. É preciso ir pintando porque, há um risco, há furos, as jovens gostam muito de colar coisas nas paredes e o facto de colar e tirar fica logo a marca e é necessário, de facto, ir mantendo.*



**Sente que esta instituição representa uma casa para estas crianças/jovens?**

*Sim, é a casa delas é a lar delas. Mas se me perguntar se elas gostam de aqui estar, a maioria diz que não porque de facto a casa delas, da família delas é sempre mais importante, é aquela que elas valorizam mais. Elas perceberam que por um motivo, por alguma razão tiveram de vir para aqui em determinadas fase da sua vida mas não é mas não é uma casa que elas gostem.*

